

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

ANA ELISETE MOTTER

**REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE DO TOCANTINS NA LITERATURA E NA
IMPrensa (1989-2002)**

SÃO LEOPOLDO

2010

ANA ELISETE MOTTER

REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE DO TOCANTINS NA LITERATURA E NA
IMPrensa (1989-2002)

Tese apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Doutor em
História, pelo de Programa de Pós-
Graduação em História da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos.
Área de concentração: História.

Orientadora: Profª Drª Heloísa Jochims Reichel

SÃO LEOPOLDO

2010

M922r Motter, Ana Elisete
Representações da identidade do Tocantins na literatura e na
imprensa (1989-2002) / por Ana Elisete Motter. -- 2010.
157 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos,
Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS,
2010.

“Orientação: Profª. Drª. Heloisa Jochims Reichel, Ciências
Humanas”.

1. História - Tocantins. 2. Construção - Identidade. 3.
Discurso literário - Identidade. I. Título.

CDU 981.17

AGRADECIMENTOS

Muitos, de uma forma ou de outra, me auxiliaram nessa jornada e lembrar todos não é tarefa fácil, por isso, desde já, peço desculpas caso esqueça de alguém.

Sem dúvida, a pessoa a quem mais devo agradecer por ter desenvolvido esse trabalho, é minha orientadora Prof. Dra. Heloísa Jochims Reichel, que sempre leu meus escritos, fez sábias sugestões e me auxiliou a refletir sobre o tema estudado. Professora, muito obrigada, a sua orientação foi um porto seguro!

Agradeço, também, ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em História, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, pela acolhida e possibilidade de aprendizado. Em especial, gostaria de agradecer à Prof. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck e à Professora Dra. Eloísa Helena C. da Luz Ramos, que, participando como membros, da banca do exame de Qualificação, através de sugestões e reflexões, em muito contribuíram para os resultados desse trabalho.

Devo agradecer à instituição para qual trabalho, a Universidade Federal do Tocantins – UFT, que possibilitou um afastamento, de um ano e meio, das minhas atividades para doutoramento e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa a mim concedida.

Agradeço ao Colegiado, do Curso de História, do Campus de Araguaína-UFT, do qual faço parte. Muita compreensão eu tive dos meus colegas que, nesses dois últimos anos, me “pouparam” de muitas tarefas e trabalhos no Curso para que eu pudesse concluir essa tese. Obrigada ao Coordenador, Prof. Dr. Vasni de Almeida, obrigada a todos vocês, meus colegas!

Agradeço aos meus alunos, principalmente aqueles que têm vontade de aprender, pesquisar e produzir conhecimento histórico. Desses tive e tenho muitos, dois deles por terem pesquisado, sob minha orientação, questões referentes ao tema desse trabalho devem ter deferência: Jarbas da Silva Mendonça e Lucialine Duarte da Silva, bolsistas PIBIC, de 2001 e 2005. Muito obrigada a vocês dois,

nossas reflexões estão presentes, nesse resultado da pesquisa que agora apresento.

Tenho que agradecer, também, aos meus amigos queridos, importantes e imprescindíveis para tudo, também para que eu concluísse esse trabalho. Obrigada Daniel, Elida, Gislaine, Jean, Lia, Maria Clara, Mariseti e Martha.

Por fim, agradeço aos meus pais, que mesmo distantes geograficamente, estão sempre comigo.

RESUMO

O Tocantins, antiga região norte do estado de Goiás, teve sua instituição político-administrativa como estado da federação brasileira, em 1989. Esse trabalho estuda facetas do processo de construção da identidade, desse novo Estado, nos primeiros quatorze anos da sua existência. E, para tanto, analisa a forma como discursos da imprensa e da literatura representam o novo Estado e os sujeitos tocantinenses, no período em foco. Isso, por considerarmos que essas representações relativas ao Tocantins, veiculadas nos referidos discursos, têm potencial para construir um sentimento identitário tocantinense e, também, para perpassar esse mesmo sentimento. A delimitação temporal de nossa pesquisa deve-se ao fato de que, na mesma, José Wilson Siqueira Campos, autor do projeto que criou o Estado do Tocantins e político considerado, nos discursos emitidos na época, como criador do Estado, foi chefe do executivo tocantinense por três mandatos. Assim, concebemos esse período - que corresponde à instituição e parte da consolidação do Estado-privilegiado para o estudo do processo identitário tocantinense, pois é um momento simbólico, fundador do Tocantins.

Palavras-Chave: Tocantins. Identidade. Discurso.

ABSTRACT

Formerly known as the northern region of the state of Goiás, Tocantins was instituted as a state of the Brazilian Federation in 1989. This study focuses on the various aspects of identity-building in this new state during the first fourteen years of its existence. To that end, it analyses how the discourse of the press and literature represent not only the new state but also Tocantins subjects and individuals over that period, since such representations, disseminated through the afore-mentioned discourses, have the potential not only to build a sentiment of local identity, but also permeate this very sentiment. The time frame of our research arose from the fact that José Wilson Siqueira Campos, the author of the bill of law that created the state of Tocantins and a politician regarded as being the creator of the state, was its governor for three terms. Therefore that period -- spanning the creation as well as part of the consolidation of the state of Tocantins -- is considered favourable to the study of the local identity-building process, because it is a symbolic, founding moment for the state.

Keywords: Tocantins. Identity. Discourse.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 TOCANTINS: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS.....	20
2.1 Aspectos econômicos e sociais do antigo Norte goiano	20
2.2 O processo de autonomia	28
2.3 Tocantins: a construção de um passado	37
2.4 Aspectos da conjuntura histórica (1989-2002)	41
2.5 Siqueira Campos e suas posturas (1989-2002)	48
3 O TOCANTINS EM UM DISCURSO LITERÁRIO	53
3.1 Categorias identitárias tocaninenses.....	55
3.1.1 O sertão.....	55
3.1.2 Crençices e crenças.....	64
3.1.3 Subserviência, apadrinhamento, assistencialismo	70
3.1.4 A mulher em papel subalterno.....	74
3.1.5 Preconceito étnico	80
3.2 Memória.....	81
4 O TOCANTINS EM UM DISCURSO DA IMPRENSA.....	99
4.1 O jornal e seus posicionamentos políticos.....	100
4.2 Categorias identitárias tocaninenses.....	105
4.2.1 Memória da autonomia.....	106
4.2.2 A modernidade	116
4.2.3 Um líder e um povo	132
4.2.4 Estado ecológico	141
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS.....	151

1 INTRODUÇÃO

O Tocantins, antiga região Norte do estado de Goiás, teve sua instituição político-administrativa como estado da federação brasileira em 1989. Este trabalho possui o objetivo de estudar facetas do processo de construção da identidade desse novo Estado, nos primeiros quatorze anos da sua existência. Para isso, analisa a forma como discursos¹ da imprensa e da literatura representam o novo estado e os sujeitos tocantinenses no período em foco. Como será explicitado a seguir, no nosso entendimento essas representações relativas ao Tocantins, veiculadas nos referidos discursos, têm potencial para construir um sentimento identitário tocantinense e, também, para perpassar esse mesmo sentimento.

Considerando-se o objetivo geral, faz-se necessário precisar os aportes teóricos e metodológicos que embasam nosso trabalho no que diz respeito à construção dos processos identitários, encontrados principalmente nas obras de Bourdieu (1989), Stuart Hall (2000 a e 2000b) e Cuche (2002).

Bourdieu (1989) percebe a formação de um processo identitário no interior da representação², a qual é vista como um mecanismo que constrói o real.

Só se pode compreender essa forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição da identidade [...] com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exatamente, a luta das representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular as imagens mentais (BOURDIEU, 1989, p. 113).

1 Nesse momento inicial da Introdução, cabe esclarecer que entendemos discurso não como uma realidade semântica, mas como uma lógica que atua no interior da sociedade e que busca construir significados, interpelar e construir sujeitos. Ver mais em: PINTO, Céli Regina. *Com a Palavra o Sr. Presidente José Sarney ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec, 1989. Mais adiante, nessa Introdução, nos deteremos sobre o uso dado ao conceito na tese.

2 Na nossa concepção, representação é uma dimensão que compõe o real, é uma formadora de entendimento do social e, através da mesma, é possível compreender como, dentro de uma sociedade, se constitui diferentes leituras do mundo e como essa representa e incorpora socialmente os diferentes grupos, legitimando a ordem social existente ou transformando-a. São as representações que cada sociedade, ou grupo social, cria para identificar a si e ao mundo material, que dão unidade a uma coletividade, formando, assim, as ligações simbólicas, dos grupos identitários. Os discursos, as imagens, os símbolos, os estereótipos são algumas das formas como se expressam as representações que, por sua vez, não estão desvinculadas de práticas sociais e do contexto em vivem os sujeitos históricos. Ver sobre o tema: CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Esse autor acredita que o ato de criação das divisões do mundo social e de fazer e desfazer grupos se dão através das lutas de classificações: “Lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social.”(BOURDIEU, 1989, p. 113). Para Bourdieu (1989), as divisões, as fronteiras entre os grupos são criadas por quem tem alguma autoridade.

é um ato *religioso* realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem a existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado. (BOURDIEU, 1989, p. 114)

Portanto, conforme o autor, é a autoridade que nomeia, categoriza e classifica os grupos de certa maneira e não de outra. Essa autoridade, por meio do poder que lhe é conferido, emite um discurso permeado de representações que constroem a identidade do grupo. Contudo, para que essas categorizações sejam autorizadas e reconhecidas pelo grupo, elas precisam se pautar em certa objetividade.

Mas o efeito de conhecimento que o fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que enuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, [...]. O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo impondolhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade e uma idêntica da sua unidade (BOURDIEU, 1989, p. 117)

Mais recentemente, Stuart Hall (2000a) alertou para o fato de o conceito identidade ter sofrido uma severa crítica pelas mais variadas disciplinas, em função da propagada ideia de uma identidade integral, originária e unificada. Conforme esse autor, a teoria da pós-modernidade invoca a existência de um *eu* inevitavelmente performativo. Para Hall (2000a), a identidade é um conceito que opera sob rasura. O autor define os conceitos sob rasura da seguinte forma:

O sinal de rasura (x) indica que eles não servem mais – não são mais ‘bons para pensar’- em sua forma original, não reconstruída. Mas uma vez que eles não foram dialeticamente superados e que não existem outros conceitos, inteiramente diferentes, que possam substituí-los, não existe nada a fazer senão continuar a se pensar com eles embora agora em suas formas destotalizadas e desconstruídas, não se trabalhando mais no paradigma no qual eles foram originalmente gerados (HALL, 2000a, p. 104).

Segundo esse autor, há questões que, para serem pensadas, necessitam do conceito de identidade. Por isso, apesar de esse conceito ser problemático, estudiosos e cientistas sociais têm que lançar mão do mesmo para refletir sobre a realidade. Porém, o referido autor alerta que esse conceito é por ele concebido através do viés discursivo, relacional e posicional. As identidades, para Hall (2000a), não são nunca unificadas, sendo, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas, nunca singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. Conforme o autor: “As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós.” (HALL, 2000a, p. 112).

Cuche (2002), ao abordar os princípios teóricos que sustentam as pesquisas sobre os processos de construção de identidades, afirma que existem três posicionamentos entre os pesquisadores: o objetivista, o subjetivista e o relacional. O posicionamento objetivista – que, desde a década de 70, está praticamente superado - é aquele em que os pesquisadores fazem uma lista dos atributos culturais que devem servir de base à identidade, procurando determinar as invariantes culturais que permitem definir a essência do grupo, ou seja, sua identidade essencial. O posicionamento subjetivista é aquele que parte do princípio de que uma vinculação identitária nada mais é do que uma identificação imaginária, e o que importa, nesse estudo, são as representações que os indivíduos fazem da realidade social e de suas divisões.³ Por fim, há a concepção relacional e situacional

³ Esse autor alerta que, apesar do posicionamento subjetivista ter o mérito de ter rompido com a idéia de identidade essencial, o mesmo pode: “[...] [levar] a redução da identidade a uma questão de escolha individual arbitrária, em que cada um seria livre para escolher suas identificações. Em última instância, segundo este ponto de vista, tal identidade particular poderia ser analisada com uma elaboração puramente fantasiosa, nascida da imaginação de alguns ideólogos que manipulam as massas crédulas, buscando objetivos nem sempre confessáveis. A abordagem subjetivista tem o mérito de considerar o caráter variável de identidade, apesar de ter a tendência a enfatizar excessivamente o aspecto efêmero da identidade. Não é raro, no entanto, que as identidades sejam relativamente estáveis” (CUCHE, 2002, p. 181).

referente à identidade; nessa concepção, são levadas em consideração questões que dizem respeito aos motivos pelos quais, em determinado contexto e momento, uma identidade é afirmada ou, ao contrário, reprimida. O mesmo autor lembra o seguinte:

Se a identidade é uma construção social e não um dado, se ela é do âmbito da representação, isto não significa que ela seja uma ilusão que dependeria da subjetividade dos agentes sociais. A construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas. Além disso, a construção da identidade não é uma ilusão, pois é dotada de eficácia social, produzindo efeitos sociais reais. (CUCHE, 2002, p.182)

Conforme já referido, as reflexões desses três autores - Bourdieu (1989), Hall (2000a) e (2000b) e Cucho (2002) - sobre os processos identitários referendam a nossa concepção sobre a construção de uma identidade. Afinal, como sugerem os três autores acima citados, partimos do pressuposto de que as identidades são construídas no âmbito das representações, e, essas, como afirma Bourdieu (1989), nada têm de ilusórias, porque a representação do real contribui para a construção do real. Ainda conforme Bourdieu (1989), a realidade _ ou o chamado real - nada mais é do que “uma luta permanente [de enunciados] para definir a realidade” (BOURDIEU, 1989, p. 118). Além disso, assim como Hall (2000a), nos baseamos na ideia de que apesar de o conceito de identidade ser problemático por evocar totalizações e essencialismos, o mesmo é imprescindível para a reflexão sobre determinadas questões. Porém, assim como esse autor, rompemos com o paradigma essencialista ligado a esse conceito, pois entendemos as identidades como processos em eterna construção, sempre abertos e relativos a situações delimitadas. É importante destacarmos, ainda, que, como Cucho (2002), acreditamos que os processos identitários são relacionais e posicionais, pois as representações selecionadas para demarcar uma fronteira identitária partem de um contexto histórico delimitado e preciso.

A delimitação temporal – os anos de 1989-2002 – corresponde ao período em que José Wilson Siqueira Campos, autor do projeto que criou o estado do Tocantins e político considerado, nos discursos emitidos na época, uma espécie de mito

fundador do estado, foi chefe do Executivo tocantinense por três mandatos⁴. Esse longo período de governo, na nossa concepção, acabou por potencializar a veiculação de um arsenal de representações positivas referentes ao Tocantins e ao governo do político mencionado, moldando um sentimento identitário tocantinense. Consideramos, também, que esse período é privilegiado no sentido analítico, por ser um momento simbólico, que corresponde à fundação do Tocantins e à parte de sua consolidação.

Sabemos que os processos identitários estão em um eterno processo de construção, e detectar de que forma discursos da imprensa e da literatura caracterizam o Tocantins e os seus sujeitos no momento de sua instituição e consolidação é, a nosso ver, estudar o tema num momento fundamental e histórico, carregado de significados que, acreditamos, potencializam a veiculação de imagens do Tocantins e dos tocantinenses que tendem a ser marcantes no imaginário⁵ de esferas da população em foco.

Poucos estudos fazem menção à construção da identidade tocantinense. Um deles é a dissertação de mestrado de Ribeiro (2001), na qual o autor analisa vários discursos produzidos no momento da instituição e da autonomia do estado, principalmente os emitidos na década de 1980, a fim de detectar como a instituição do Tocantins foi legitimada. Dentre os discursos analisados pelo autor estão os da historiografia tocantinense e goiana, os da Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano- CONORTE, criada no início da década de 1980, e os da Assembleia Nacional Constituinte, instituição que concretizou a autonomia do Tocantins.

Apesar de o tema identidade perpassar todo o trabalho do citado autor, o mesmo só é abordado de forma específica no último capítulo. Por meio de fontes

⁴ José Wilson Siqueira Campos foi governador do Estado por três mandatos: de 1989 a 1990, de 1994 a 1998 e de 1999 a 2002. Antes disso, destacou-se no processo de autonomia da antiga região norte de Goiás. Em 1983, foi autor de um projeto, apresentado na Câmara dos Deputados, que previa a separação de Goiás e a criação do Estado do Tocantins. Esse projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional, em 1985, mas vetado pelo Presidente da República. Quatro meses após, foi reapresentado pelo Senador goiano, Benedito Ferreira e, apesar de aprovado por parte da Câmara e do Senado foi, mais uma vez, vetado pelo Presidente da República. O veto do então Presidente, José Sarney, provocou protestos e, dentre esses, o que mais se destacou, foi a greve de fome, realizada por Siqueira Campos e Totó Cavalcante. Em 1987, Siqueira Campos, participando da Assembleia Nacional Constituinte, propôs a separação do antigo norte de Goiás e a criação do Estado do Tocantins, o que foi aprovado para a nova constituição pela Casa. Ver sobre o assunto: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O Movimento Separatista do Norte de Goiás (1821-1988)*. Goiânia: Dissertação de Mestrado da UFG, 1990.

⁵ “[Imaginação ou imaginário] trata-se da orientação da atividade imaginativa em direção ao social, isto é, a produção de representações da ‘ordem social’ dos atores sociais e das suas relações recíprocas [...], bem como das instituições sociais, em particular as que dizem respeito ao exercício do poder, às imagens do chefe, etc .” (BACZKO, 1985, p.309)

como materiais didáticos confeccionados para alunos do ensino fundamental e compêndios produzidos pelo Patrimônio Histórico do Estado e pela Secretaria de Cultura, o autor chega à conclusão de que a identidade tocantinense é construída nos moldes das identidades nacionais. É uma identidade pautada na construção de mitos fundadores, hino, bandeira e outros símbolos também utilizados pelos Estados-nação nas suas construções identitárias.

Outro estudo que aborda aspectos relacionados ao processo identitário tocantinense é o de Firmino (2003). Esse autor, nos primeiros capítulos do seu trabalho, analisa fontes de vários matizes, como a historiografia, pronunciamentos de políticos, imprensa e publicações oficiais do estado a fim de abordar o processo de autonomia, bem como os primeiros anos da instituição do estado do Tocantins. Nesses capítulos, o citado autor direciona a análise da documentação ao desvendamento de lógicas inerentes ao processo de instituição e consolidação do estado, as quais foram, muitas vezes, segundo sua visão, silenciadas pelo que ele chama de discurso oficial tocantinense. Segundo ele, que parte de uma concepção marxista da história, a construção de uma identidade tocantinense pelo discurso oficial é uma tática que compõe a inversão da realidade, promovida pelo aparato ideológico hegemônico da sociedade em questão. Já nos dois últimos capítulos o autor investiga o ensino de História, nas séries iniciais, na cidade de Araguaína-TO e indica os mecanismos que são utilizados pelos materiais didáticos e pelas práticas dos educadores para forjar e construir uma identidade tocantinense junto aos educandos.

Detectamos, no trabalho de Firmino (2003), uma busca incessante pela verdade. Há uma tentativa constante de revelar o que os discursos referentes à autonomia do Tocantins, bem como aqueles que remetem aos governos de Siqueira Campos, encobriam para ludibriar seus receptores. Portanto, o autor, apesar de conceber as identidades como processos que se dão no âmbito das representações, não vê essas mesmas representações como fazendo parte da realidade, mas sim como reflexos, muitas vezes invertidos, dessa realidade. Convém destacar, entretanto, que o tema da construção da identidade tocantinense não é o objeto central das suas investigações, que remontam, prioritariamente, para as práticas do processo de ensino-aprendizagem na disciplina de História, no ensino fundamental.

A análise dos discursos veiculados pela literatura e pela imprensa, no período em foco, instituições que, na nossa concepção, têm um papel fundamental na construção de sentimentos identitários, ainda não foi feita. E, a partir do embasamento teórico-metodológico utilizado, a presente investigação se assenta no estudo de facetas de um processo identitário⁶, as quais indicam a lógica social e política que norteou, nos referidos discursos das instituições aqui enfocadas, a veiculação de certas representações do Tocantins em detrimento de outras, o que equivale a conhecer os interesses e as visões de mundo de diferentes grupos e como eles tentaram impor sua visão e seus interesses aos demais grupos.

Em relação à literatura, analisamos a obra do escritor José Liberato Costa Póvoa. A escolha da obra literária desse autor⁷ deu-se em função de o mesmo ser do Tocantins, retratar a sociedade tocaninense em seus livros e ter publicado a maioria de seus escritos na cronologia em que se efetivou a autonomia e a consolidação do novo estado;⁸ portanto, em um momento em que houve, por parte dos vários discursos que permeavam a sociedade em questão, a afirmação de uma identidade tocaninense.

Na nossa concepção, a importância da literatura para o estudo dos processos identitários se assenta no fato de que a mesma pode revelar indícios, traços desse processo e, também, contribuir para a consubstanciação do mesmo. Ela revela indícios, na medida em que todo discurso deixa transparecer um imaginário, e esse, traz consigo a forma como uma comunidade se autopercepciona, pois, como afirma Baczko (1985):

⁶ A nosso ver, o estudo dos processos identitários elucida, em seus meandros, questões relativas às relações sociais, ao imaginário, aos conflitos e às resistências culturais e sociais de grupos humanos. Ver mais em: BRANDÃO, Carlos Rodrigues, *Identidade e etnia*. Construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986; NAVARRO, Raul Bejar y CAPPELO, Hector Manuel (Org.). *Bases teóricas y metodológicas em el estudio de la identidad y el carácter nacionales*. México. UNAM, 1990; OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976 e THOMPSON E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

⁷ José Liberato Costa Póvoa é tocaninense de Dianópolis, nascido em 12/04/1944. É Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), exerceu e exerce várias funções no Poder Judiciário do Estado do Tocantins, atualmente é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Além de dedicar-se a carreira jurídica, dedicou-se também a carreira literária tendo publicado vários livros de crônicas, contos e romances que retratam a sociedade tocaninense.

⁸ Dentre as obras do autor destacamos: *De Zé Goela a Pé-de-Janta - os Causos que o Duro Conta* (crônicas) (1989); *Contos Tocantinsenses* (contos) (1994); *Mandinga* (romance) (1998); *Conversa de Compadres* (crônicas) (2001); *Um Causo Puxa Outro* (crônicas) (2001).

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de 'bom comportamento', designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do 'chefe', 'o bom súdito', 'o guerreiro corajoso', etc. (BACZKO, 1985, p. 309).

Ela colabora para a construção de uma identidade, pela própria peculiaridade da escrita literária, que, apesar de não ter compromisso com o factível, tem que ser ancorada em uma perspectiva do real. Ela é, segundo Fernandes (1999), uma *mímesis* que, além de imitar a realidade, recria e institui novas facetas desta.

Os literatos, quando transformam os dados obtidos em seu contato com o mundo real para o universo estético da criação artística, não estão apenas 'imitando' a realidade objetiva, estão (re)criando-a, no contexto do traduzir as relações de semelhanças a partir das possibilidades miméticas (FERNANDES, 1999, p. 24).

Sendo assim, o literato, ao imitar a realidade, cria um dado novo dessa mesma realidade. E essa criação, por ser repleta de representações, além de revelar um sentimento identitário, contribui para a consubstanciação de novas categorizações que compõem esse mesmo sentimento.

No que se refere ao emissor do discurso por nós analisado, é importante, ainda, salientarmos que o concebemos como um porta-voz da comunidade em análise, o qual é entendido nos termos propostos por Bourdieu (1996), para quem o literato, é um agente apto a falar pelo grupo, por deter capital simbólico que lhe confere um mandato, do qual ele é, por assim dizer, um procurador.

Em relação à imprensa, nossa investigação se assenta no Jornal do Tocantins, periódico integrante da Organização Jaime Câmara, afiliada das Organizações Globo em Goiás e no Tocantins. A opção por esse periódico deve-se à sua abrangência e ao seu poder de atuação no estado, pois se trata do jornal com maior circulação no Tocantins.

No que diz respeito à importância da imprensa para a construção e o estudo de um processo identitário, ressaltamos que entendemos essa instituição, que visa a formar opinião e ter uma ampla abrangência na sociedade, como um espaço social que interfere e contribui para a forma como grupos se percebem. Além disso, o

discurso jornalístico também revela um imaginário social, e esse, como já afirmado em relação à literatura, uma identidade.

Deve-se considerar, também, que a imprensa escrita, como ressalta Enne (1999), desde meados do século XX, possui conotação de objetividade e verdade. Essa mesma autora afirma o seguinte em relação à mídia impressa contemporânea:

A objetividade, conjugada aos ideais da imparcialidade e da neutralidade valorativa, passou a ser exigência para a prática de um jornalismo 'verdadeiro' e profissional. A própria concepção de fato e notícia são vitais nesse sentido. O fato seria o que empiricamente e não valorativamente seria apreendido da realidade. O jornalismo, sem dúvida, passou a ser encarado como uma apropriação exata do real, exatamente por seu compromisso com a 'verdade'. A idéia de que estaríamos lidando com uma versão, um discurso construído sobre um real a ser apropriado, foi praticamente ignorada (ENNE, 1999, p. 112).

A autora afirma que cabe ao jornalista, também, a tarefa de seleção do que deve ou não ser noticiado e que o jornalismo é um formador de opinião, um cristalizador de versões acerca do real.

A ideia de "verdade objetiva", presente no discurso jornalístico, atribui ao mesmo um caráter de credibilidade junto aos seus receptores, e isso, no nosso entendimento, confere a esse discurso um papel importantíssimo na configuração e na construção de uma identidade. Afinal, ao nomear, categorizar, dizer, construir e interpelar sujeitos sociais, cotidianamente, esse discurso possui a capacidade de persuadir seus receptores, que, por considerarem-no verdadeiro e real, tendem a assumir uma posição de sujeitos desse mesmo discurso.

Ainda sobre os embasamentos teóricos por nós adotados, devemos fazer algumas considerações sobre questões relativas ao conceito de discurso que norteia nosso trabalho. Não nos propusemos a fazer uma análise do discurso da imprensa escrita e da literatura, no sentido lingüístico do termo. Contudo, alguns conceitos dessa teoria são por nós utilizados como ferramentas para análise de nossas fontes. Dentre eles, destacamos a própria definição de "discurso" e de "formação discursiva." Partindo do estudo de obras de autores da área⁹, entendemos discurso não como uma realidade semântica, mas, conforme explicita Pinto (1989), como

⁹ MAINGUENAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes Editores, 1989; ORLANDI, Eni Pucinelli. *Discurso e Leitura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996 a; ORLANDI, Eni Pucinelli. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996 b e PINTO, 1989. op.cit.

uma lógica que circula no interior de uma sociedade e tenta interpelar e construir sujeitos. Seguindo Orlandi (1996a), concebemos discurso não como um conjunto de textos, mas como a regularidade de uma prática, o espaço de regularidades enunciativas. Além disso, conforme essa mesma autora, acreditamos que o discurso não possui a função de constituir “a ‘representação’ fiel de uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação” (ORLANDI, 1996 a, p. 55).

Apesar de o conceito de discurso ter surgido no âmbito da lingüística, o mesmo é entendido, pelos autores acima citados, com um viés essencialmente histórico e social. Ele vem a ser a junção do social com a linguagem, pois um discurso, para ser autorizado e reconhecido, precisa fazer sentido, e esse sentido é construído social e historicamente.

Baseando-nos nessa concepção de discurso, nossa investigação se assenta nas regularidades em que certas representações, categorizações relativas ao Tocantins e ao sujeito tocantinense são veiculadas nos enunciados dos discursos em pauta. Além disso, focalizamos, em nossa análise, a forma como essas representações são autorizadas e legitimadas, ou seja:

Os sentidos não nascem [...] são criados. São construídos em confrontos de relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários. Tudo isso tendo como pano de fundo e ponto de chegada, quase que inevitavelmente, as instituições. Os sentidos, em suma, são produzidos (ORLANDI, 1996 a, p. 103).

Em relação ao conceito de “formação discursiva” baseamo-nos em Maingueneau (1989) e Orlandi (1996 a). Esses autores, remetendo-se a Foucault, definem a formação Discursiva como sendo *o que pode e deve ser dito*: “a formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada) determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 1996a, p. 58). Segundo os mesmos autores, é a formação discursiva que promove o sentido de um discurso, assim como a constituição de um sujeito.

Partindo dessa definição, entendemos que o sentido dos discursos aqui estudados está ancorado numa cronologia delineada pela autonomia político-

administrativa e pela instituição de um estado. Ou seja, o que pode e deve ser dito sobre o Tocantins em um momento crucial para sua instituição e sua consolidação?

Além disso, conforme a definição de formação discursiva, citada acima, impõe-se estas questões: quem pode dizer o que e para quem? Quem tem autoridade para categorizar, nomear, dizer? De que espaço social são veiculados os enunciados em questão, e, ainda, que sujeitos pretende-se interpelar e construir com as regularidades enunciativas veiculadas nos discursos em pauta?

Maingueneau (1989), remetendo-se a Bourdieu, afirma que um discurso só é autorizado e eficaz quando emitido por uma autoridade:

No quadro do gênero de discurso encontra-se, pois, uma questão geral, a da autoridade relacionada a uma enunciação, a qual desempenha um papel crucial na sociologia de Pierre Bourdieu, [...]. O discurso só é 'autorizado' e, conseqüentemente, eficaz se for reconhecido como tal (MAINGUENEAU, 1989, p. 37).

Assim, para nós, os emissores do discurso identitário tocantinense - jornalistas, intelectuais, políticos e literatos - são as autoridades que podem legitimar, junto a seus receptores, o discurso em questão. Esses receptores, que são, em potencial, os tocantinenses que vivenciaram a autonomia político-administrativa no final da década de 1980 e a consolidação do estado nas duas últimas décadas, são os indivíduos que os enunciados dos discursos em pauta procuram interpelar¹⁰ e transformar em sujeitos tocantinenses.¹¹ Na nossa análise, será importante indicar em que situação (política, social, de gênero e étnica) esses indivíduos devem estar para serem sujeitos do discurso investigado.

Tanto no discurso da imprensa, quanto no discurso literário buscamos identificar e analisar as representações relativas ao Tocantins que mais são veiculadas nos enunciados em análise. Acreditamos que a incidência quantitativa

¹⁰ “De forma simples, interpelação pode ser definida como o ato de identificação do indivíduo (sempre já sujeito) no discurso do ‘outro’. Quando se identifica torna-se sujeito” (PINTO, 1989, p. 27).

¹¹ É importante destacarmos, que não é objeto de nosso trabalho, a investigação da forma como os receptores do discurso em questão, reelaboram os enunciados em pauta. Sabido é, que as reelaborações de todo discurso são múltiplas e que todo e qualquer enunciado é polissêmico. Contudo, como destaca Hall (2003), há uma articulação no processo de produção de mensagens, onde a produção determina o consumo e o consumo a produção. Além disso, entendemos que todo emissor para ter seu enunciado autorizado e reconhecido precisa interpelar, convencer uma comunidade discursiva, que impõe coerções ao que é dito.

(repetição) ou a regularidade com que essas representações que nomeiam o Tocantins e o ser tocantinense são difundidas têm um papel significativo no estudo da construção de um processo identitário, pois, como refere Albuquerque (1999), através da repetição de enunciados relativos a sujeitos sociais, há toda uma estereotipação que acaba se materializando ao ser subjetivada por quem é estereotipado.

Em relação à pesquisa empírica, analisamos cinco obras literárias de José Liberato Costa Póvoa, a saber: *De Zé Goela a Pé-de-Janta - Os Causos que o Duro Conta* (crônicas) (1989); *Contos Tocantinenses* (contos) (1994); *Mandinga* (romance) (1998); *Conversa de Compadre* (crônicas) (2001); *Um Causo Puxa Outro* (crônicas) (2001). Quanto à pesquisa do *Jornal do Tocantins*, no que concerne aos anos de 1989 até 1998, só tivemos acesso aos exemplares dos dias relativos às datas comemorativas do estado, encontrados na SECOM – Secretaria Especial de Comunicação Social do Estado do Tocantins. Isso se deve ao fato de as Organizações Jaime Câmara, que editam esse periódico, não manterem um acervo documental do jornal. Já em relação aos anos de 1998 até 2002 tivemos acesso a praticamente todos os números do jornal, pois, a Fundação Espaço Cultural, instituição de cunho cultural e estatal localizada em Palmas, além de outros jornais, mantém um acervo do *Jornal do Tocantins*, desde o começo desse período.

Nosso trabalho é composto de cinco tópicos, a presente introdução, três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo, através de obras que abordam o processo de autonomia do Tocantins, assim como de outras que analisam o passado tocantinense, contextualizamos o processo histórico do mais novo estado da federação. E, por atrelarmos nosso estudo ao período em que José Wilsom Siqueira Campos foi governador do Tocantins, indicamos, nesse mesmo capítulo, questões referentes ao contexto histórico da época em que esse político exerceu seus cargos. Pois, assim, podemos melhor situar, historicamente, os discursos analisados no trabalho e, também, questões referentes à trajetória e às posturas do referido governante, enquanto dirigente do Tocantins, tema também contemplado, no capítulo. Importante salientar, que nesse capítulo, não nos detemos em registrar a “verdade” histórica sobre o Tocantins, nem em criticar a produção historiográfica tocantinense, mas em indicar as versões sobre esse passado que se sedimentaram nessa produção.

No segundo capítulo, analisamos a obra de José Liberato Costa Póvoa e indicamos as regularidades relativas ao Tocantins e aos sujeitos tocaninenses emitidas nos enunciados desse discurso literário. Além disso, nesse mesmo capítulo, abordamos a memória¹² instituída por esse discurso, a qual, no nosso entendimento, ao dotar a região e o povo tocaninense de um passado, também vem a ser um dispositivo que evidencia e procura construir traços identitários para um Tocantins.

No terceiro capítulo, analisamos o discurso do Jornal do Tocantins e, do mesmo modo que no discurso literário de Costa Póvoa, indicamos as regularidades referentes ao Tocantins e ao tocaninense, veiculadas por esse periódico, no período em foco.

Por fim, nas considerações finais do trabalho, além de um apanhado das categorias identitárias, veiculadas no discurso literário de José Liberato Costa Póvoa e no discurso do Jornal do Tocantins, fazemos uma breve comparação desses discursos e indicamos os motivos pelos quais as categorizações referentes ao Tocantins e aos sujeitos tocaninenses foram veiculadas tanto no Jornal do Tocantins como na obra de Costa Póvoa.

¹² Nossa concepção sobre memória, bem como as suas implicações para a construção de um processo identitário, estão explicitadas quando a abordamos, no transcorrer do trabalho.

2 TOCANTINS: CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

Este capítulo contextualiza aspectos do processo histórico tocantinense e possui o fito de dar substrato e melhor entendimento ao nosso objeto de investigação: a representação do Tocantins e do tocantinense, em um discurso da literatura e da imprensa, entre os anos de 1989 e 2002. Para tanto, lançamos mão de estudos sobre o processo histórico do Tocantins e, também, de obras que contextualizam o período em que houve a instituição e consolidação do novo estado.

No primeiro tópico, abordamos aspectos sociais e econômicos do antigo Norte de Goiás, desde o período colonial até o momento em que ocorreu o processo de autonomia política do Tocantins. No segundo, analisamos o processo de autonomia, desencadeado na década de 1980. No terceiro segmento, indicamos o sentido que o passado histórico da antiga região Norte de Goiás, assume na produção historiográfica tocantinense recente.

E, por atrelarmos nosso estudo ao período em que José Wilsom Siqueira Campos foi governador do Tocantins, indicamos, no quarto tópico desse capítulo, questões referentes ao contexto histórico da época em que esse político exerceu seus cargos. Assim, podemos melhor situar, historicamente, os discursos analisados no trabalho e, também, questões abordadas no quinto e último item do capítulo: a trajetória e as posturas do referido governante enquanto dirigente do Tocantins.

2.1 Aspectos econômicos e sociais do antigo Norte goiano

A historiografia é unânime em afirmar que as primeiras incursões sobre o território onde hoje se localiza o estado do Tocantins, foram efetivadas ainda nos séculos XVI e XVII, através de expedições de bandeirantes paulistas. Essas expedições adentravam na região próxima ao Rio Tocantins, através do Planalto Central, e tinham como objetivo prear índios. Além dos bandeirantes, houve, na região, incursões de jesuítas que, vindos da capitania do Pará, chegavam a essas

terras através da navegação pelo Rio Tocantins para impedir que a escravização dos indígenas fosse efetivada pelos paulistas.¹³

Contudo, foi no século XVIII, com a extração de minérios, que a antiga região Norte de Goiás teve uma efetiva ocupação econômica do seu território. Conforme Parente (1999), a descoberta de minas de ouro na região, nas primeiras décadas do século XVIII, teve força de atrair um grande contingente populacional para as terras próximas à margem direita do Rio Tocantins, instituindo os primeiros núcleos urbanos da região. Esses núcleos, conforme a mesma autora, espalhavam-se por uma região vastíssima, já que as minas de Goiás, diferentemente das de Minas Gerais e do Mato Grosso, localizavam-se muito dispersas umas das outras, ocasionando uma descentralização quase total dos centros administrativos. Ainda segundo Parente (1999), somado à situação de descentralização administrativa, outro fator que contribuiu para fragilizar esses núcleos urbanos foi o fato de as minas de ouro serem de aluvião e, por isso, se esgotarem facilmente.

A citada autora subdivide o ciclo da mineração nas minas do antigo Norte goiano em quatro fases diferenciadas. A primeira, que corresponde ao período de 1722 a 1730, foi um momento em que houve uma espécie de “febre” do ouro, e a região recebeu muitas levas de migrantes. A segunda fase, delimitada entre os anos de 1730 e 1738, foi, conforme a mesma autora, uma época em que ocorreu uma grande quantidade de extração do ouro, mas os constantes ataques indígenas impediram uma melhor estruturação dos arraiais. Já a terceira fase, datada pela autora entre os anos de 1740 e 1749, foi um período em que ocorreu a vinda de um grande contingente populacional para a região. Finalmente, a quarta fase, compreendida entre os anos de 1750 e o final do século XVIII, caracterizou-se pela extinção do ouro e pela decadência daquela sociedade que se organizara em torno da mineração.

Ainda segundo Parente (1999), a partir das últimas décadas do século XVIII, os efêmeros conglomerados urbanos, que eram habitados por populações de todos os lugares da colônia e, também, da metrópole, começaram a se esvaziar. Com isso, a densidade demográfica da região caiu vertiginosamente, pois, com a exaustão das jazidas de ouro, a população envolvida com a atividade extrativista, a qual tinha em comum apenas o espírito aventureiro e a vontade de enriquecer rapidamente,

¹³ A título de exemplo ver: CAVALCANTE, 1990, op. cit.

tendeu a emigrar para outras regiões da colônia com o objetivo de conquistar melhores condições de vida.

Conforme Palacim (1990), além de enfrentar uma vertiginosa diminuição da sua densidade demográfica, a região Norte goiana entrou no século XIX enfrentando uma forte crise econômica. Com a crise da mineração, as únicas atividades econômicas desenvolvidas na região foram a agricultura e a pecuária, sendo que essas, em função de não haver meios de escoar a produção para os centros importadores, eram desenvolvidas precariamente, tornando-se atividades de subsistência.

Sendo assim, essa sociedade, segundo o referido autor, caracterizava-se por ser pouco integrada aos mercados regional e nacional e por ser pouco estratificada socialmente: “na realidade, por comparação com outras situações contemporâneas, o que existia naquele norte remoto não era riqueza e pobreza, mas diversos graus de pobreza” (PALACIM, 1990, p. 30). O autor faz essa afirmação partindo do fato de que o que distinguia socialmente essa população, eminentemente rural, era a propriedade da terra, e esta, por existir em abundância e se localizar em um espaço economicamente periférico, não tinha um valor significativo. Sem dúvida, a tradição dos grandes proprietários de terras lhes conferia uma espécie de *status* social, mas a forma de vida dos grandes e pequenos proprietários, assim como de agregados e outros segmentos sociais, praticamente não se distinguia. Comentando essa característica que perdurou na sociedade Norte goiana do século XIX até parte considerável do século XX, Palacim (1990) se expressa da seguinte forma: “nesse ritmo tão lento da vida rural de outros tempos, nossos critérios de diferenciação social não encontram lugar. Nem a instrução, nem o vestido, a moradia, o conforto, ou a própria alimentação diferem sensivelmente entre ricos e pobres, coronéis e camaradas” (PALACIM, 1990, p. 34). Sendo assim, pela citação do autor, pode-se vislumbrar no antigo Norte de Goiás, do século XIX até parte significativa do século XX, não só o delineamento de uma sociedade pouco estratificada socialmente, mas também a configuração de uma sociedade tradicional¹⁴, que vivenciava um ritmo lento de existência.

Um dos motivos apontados com maior frequência pela historiografia tocantinense para justificar essa situação de falta de dinamismo social e econômico

¹⁴ Nosso entendimento, em relação à sociedade tradicional, está calcado em Thompson (2008), que vislumbra, nessa sociedade: a autoridade das expectativas baseadas nos costumes, a vivência de uma situação em que as gerações se colocam em posição de aprendizes umas das outras e a existência de uma lógica da produção e do trabalho regulada pelas tarefas e necessidades imediatas.

na região naquela época, é a inexistência de meios que possibilitassem o escoamento da produção ou a comunicação entre a região Norte de Goiás com outras regiões do Brasil. Um fato que ilustra essa situação de isolamento eram as dificuldades encontradas pelos viajantes que estavam no Norte para chegarem até Vila Boa, capital do estado, no início do século XX. Nesse sentido, Palacim (1990) relata as peripécias realizadas pelo padre João Lima, de Boa Vista, quando, em 1909, foi eleito deputado estadual e teve que se dirigir até Goiás Velho: “[...] devendo viajar para a capital, [o padre] decidiu que o caminho mais curto era o mais longo: de bote pelo Tocantins até Belém, depois embarcando até o Rio e, do Rio pela estrada de ferro até Uberlândia e daí a lombo de burro até Goiás” (PALACIM, 1990, p. 15).

Ainda abordando as dificuldades de comunicação do Norte de Goiás com outras regiões, o autor supracitado analisa crônicas literárias que retratam os costumes da população do antigo Norte goiano, no início do século XX, comparando-as com relatos do cotidiano da população dessa mesma região, feitos por viajantes no início do século XIX. Assim, ele constata que nesses escritos produzidos com um século de diferença há referência a um mesmo comportamento feminino, a uma mesma forma de sociabilidade, de namoro, além de outros fatores reveladores da vida cotidiana. Segundo o autor, a perpetuação desses comportamentos é explicada pela situação vivenciada pela região, que, sem trocar experiências com outros espaços e, por conseguinte, com diferentes concepções de mundo, voltava-se para si mesma, e isso inviabilizava a transformação dos valores e das normas de convivência social da sua população.

Oliveira (1996) afirma que um dos poucos contatos do antigo Norte goiano com outra região, no transcorrer do século XIX e boa parte do século XX, se estabelecia por meio de incipientes rotas de comércio, feitas através da navegação¹⁵, do Rio Tocantins até Belém. Os botes dirigiam-se para Belém carregados de couro e voltavam para o

¹⁵ Oliveira (1996), tendo como objeto de estudos a navegação, no rio Tocantins, no século XIX e parte do XX, afirma que essa era feita em péssimas condições naturais e técnicas. O rio com inúmeras cachoeiras, corredeiras e, em certos lugares, com falta de profundidade, principalmente no período de seca, impunha aos tripulantes dos barcos uma navegação comparável em perigo às navegações em alto mar. Às dificuldades oferecidas pelo próprio rio somava-se a precariedade dos equipamentos náuticos, pois, essa navegação fora praticada a remo até o ano de 1922, quando viriam para o norte goiano as primeiras lanchas a vapor. Ainda de acordo com a autora, esses botes eram movidos por até 12 pares de remeiros e carregavam até 150 tripulantes na embarcação, sendo que podiam transportar de 15 a 40 toneladas de mercadorias. As viagens de ida e volta demoravam de 5 a 6 meses. A ida a Belém demorava apenas 1 mês, pois seguia a descida do rio, porém, a volta, chegava a demorar até 5 meses. Muitos tripulantes acabavam sendo acometidos por doenças como malária e diarreia, esta última causada, principalmente, pela falta de higiene nos botes e, também, porque a água que havia para beber era a do rio.

Norte goiano com sal, ferramentas, tecidos e artigos de armarinho para serem vendidos nos poucos centros comerciais da região. Contudo, esses precários intercâmbios pouco melhoravam a situação do antigo Norte que, até a primeira metade do século XX, não vivenciou transformações significativas nos aspectos econômicos e sociais.

Segundo Cavalcante (1990), o governo federal, após 1930, empreendeu vários esforços para inserir as regiões interioranas do Brasil na economia nacional. A partir de então, o Sul de Goiás teve uma integração mais efetiva no cenário econômico do país, porém a situação do Norte, naquele momento, manteve-se inalterada. Segundo a mesma autora, medidas concretas para incentivar o Norte a sair da situação de isolamento só seriam tomadas quando as necessidades da expansão do capitalismo assim o determinassem, processo esse que só começou a adquirir relevância na década de 60, com o evento emblemático da construção da Rodovia Belém-Brasília.

Conforme Cavalcante (1990), além da construção da Belém-Brasília, na década de 1960, a antiga região Norte de Goiás recebeu, na década de 1970 e em parte da de 1980, sólidos investimentos através de programas especiais do governo federal para o seu desenvolvimento econômico. Esses programas, que eram direcionados, principalmente, para a Amazônia, mas contemplavam sessenta municípios do antigo Norte goiano, tinham o objetivo de promover a modernização¹⁶ da região, tornando-a exportadora de produtos ligados à agropecuária.

Segundo a mesma autora, dentre esses programas incluíam-se a partir de 1969, o SUDAM; nos anos 70, o Polamazônia e o Polocentro; e, nos anos 80, o Projeto Carajás. O SUDAM agia, prioritariamente, em termos de incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura para desenvolver a agropecuária. O Polamazônia desenvolveu uma política de incentivos fiscais com o objetivo de formar não apenas polos agropecuários, mas, também, polos agrominerais. O Polocentro deu ênfase à mecanização e à pesquisa na região, e o Projeto Carajás, que se distinguiu dos demais pelo montante de investimentos - U\$ 3.87 bilhões de dólares -, tinha como objetivo a construção de ferrovia, porto marítimo e núcleos urbanos.

Ainda conforme Cavalcante (1990), nas décadas de 1970 e 1980 também atuaram na região órgãos representativos dos governos federal e estadual voltados,

¹⁶ Para nós, moderno ou modernização são conceitos ligados às transformações vivenciadas por uma sociedade com a implantação do sistema capitalista.

fundamentalmente, para a legalização das terras ocupadas. Nesse processo, a citada autora destaca, em nível federal, a GETAT, Grupo Executivo de Terras Araguaia-Tocantins, que promoveu a regularização fundiária, especialmente no extremo Norte goiano, e, em nível estadual, o IDAGO, Instituto de Desenvolvimento Agrário, que, desde a década de 1960, atuou no estado, não apenas no sentido de promover a regularização das terras ocupadas, como também de instalar projetos de colonização no imenso espaço vazio ao Norte e Nordeste da região.

Para a autora supracitada, a partir dos anos 1970, a região tornou-se alvo de investimentos governamentais, quer através de financiamento, quer através de linhas de crédito ao produtor.

Registra-se que, só em 1970, 14,20% dos investimentos do governo federal se dirigiram para o norte goiano. Em 1975 esses investimentos cresceram para 20,5%, e ao chegar 1980, alcançaram 26,44. Um crescimento que só pára na segunda metade dos anos 80, quando, então, há uma redução dos financiamentos e da abertura das linhas de crédito ao produtor, como reflexo da crise por que passa o país, haja vista, o aumento dos preços de petróleo e derivados, a elevação dos juros da dívida externa, as pressões do FMI e o desenvolvimento do Programa Proálcool. Assim, pressionado pela conjuntura econômica, o governo federal começou a efetuar cortes na política de financiamento e crédito rural, e incentivo à agropecuária (CAVALCANTE, 1990, p. 22).

Cavalcante (1990) ressalta, ainda, que a partir dos anos 1970 o antigo Norte goiano, apesar de ter passado por um processo de modernização, desencadeado pelos subsídios do governo federal, não atendeu aos anseios desse governo, que queria para a região uma economia pautada na produção agrícola de exportação. Segundo a autora, apesar de na época a produção de exportáveis, como soja e arroz, ter aumentado, a atividade mais privilegiada com os subsídios fiscais e de crédito, advindos dos programas federais para o desenvolvimento do Norte, foi, majoritariamente, a pecuária.

Para a mesma autora, esse processo de modernização, ocorrido no antigo Norte de Goiás, resultou em uma heterogeneidade regional, no que diz respeito à estrutura fundiária e às modalidades de produção e exploração da terra. Afinal, conforme o estudo mencionado, ocorreu uma maior concentração de terras e capital no espaço territorial entre o Araguaia e a Rodovia Belém-Brasília, em detrimento do Nordeste, da região.

Essa concentração que ai se manifesta é o resultado da política de incentivos fiscais e de investimentos em infra-estrutura viária no espaço que compreende o Rio Araguaia e a Belém Brasília, enquanto que a faixa de terras que compreende o Tocantins até o limite com o Maranhão e a Bahia só indiretamente sentirão o impacto desse processo de modernização (CAVALCANTE, 1990. p. 24)

Aquino (1996), quando analisa um dos ícones da modernização do antigo Norte goiano, a construção da Rodovia Belém-Brasília, corrobora a autora já referida, no que diz respeito à afirmação de que houve uma abrangência desigual, na região, dos resultados decorrentes dos projetos de modernização do antigo Norte. Para o autor, a rodovia logrou, em pouco tempo, modernizar e integrar ao capitalismo as microrregiões próximas ao seu trajeto, enquanto que aquelas mais próximas à margem direita do Tocantins, onde se localizavam as cidades mais antigas da região, foram excluídas de todo esse processo de transformação promovido pela modernização e continuaram com uma vida social e econômica mais tradicional.

Segundo o mesmo autor, essa modernização concretizada nas regiões próximas à Belém-Brasília se manifestou através de um aumento considerável da densidade demográfica e do surgimento de uma economia de mercado mais estruturada, o que resultou no surgimento de novos centros urbanos, os quais, aos poucos, assumiram a liderança econômica de todo o antigo Norte. Novos métodos e técnicas da agricultura e da pecuária inseridos próximos ao trecho da rodovia aumentaram sensivelmente a produtividade, transformando a mentalidade da população, que se voltou, nesse momento, para o comércio de exportação, em detrimento do consumo e do abastecimento internos.

Sendo assim, a política modernizadora implantada no antigo Norte goiano, acabou por engendrar a formação de latifúndios pecuaristas, ligados ao grande capital, na região entre o Araguaia e a Rodovia Belém-Brasília enquanto a região da margem direita do Tocantins não foi incorporada às formas modernas do capitalismo. Essa última região, segundo Cavalcante (1990), embora também permanecesse como uma estrutura agrária pautada no latifúndio, economicamente manteve características tradicionais, tanto no que se refere à produção propriamente dita quanto no que diz respeito às relações de trabalho.

É preciso destacar, também, que toda essa modernização ocorrida em parte do antigo Norte de Goiás teve uma repercussão significativa no concernente à

urbanização¹⁷. Aquino (1996) demonstra que toda a área próxima à Belém-Brasília vivenciou uma urbanização que acabou sobrepujando aquela das regiões localizadas às margens do Rio Tocantins, que, até então, eram as únicas urbanizadas¹⁸ do antigo Norte. As levas de migrações, principalmente da Bahia, do Piauí, do Maranhão, de Minas Gerais e, também, do Rio Grande do Sul, que, a partir da década de 1970, adentraram no então Norte de Goiás fazem parte desse mesmo processo de modernização e urbanização.

Diante do exposto, podemos afirmar que, tendo um significativo aumento da sua densidade populacional¹⁹, algumas áreas da antiga região Norte de Goiás passaram por muitas transformações decorrentes do processo de modernização, desencadeado a partir dos anos 1960. Contudo, como vimos, essa modernização não atingiu o Norte de Goiás de forma homogênea. Regiões próximas à Belém Brasília, que foram contempladas com mais recursos, desenvolveram uma economia pautada no latifúndio pecuarista, que empregava técnicas aprimoradas de criação com mão-de-obra assalariada. Já as regiões afastadas dessa rodovia e mais próximas das margens do Rio Tocantins tenderam a perpetuar práticas econômicas tradicionais.

Essa situação econômica heterogênea no antigo Norte goiano, tendeu a engendrar uma situação social também diferenciada. Afinal, nas regiões contempladas com a modernização e uma maior urbanização²⁰ viu-se surgir uma pulverização social significativa, sendo que as esferas sociais privilegiadas dessa

¹⁷ Dentre os centros urbanos surgidos com o advento da construção da Belém-Brasília Aquino (1996), destaca: Araguaína, Colinas de Goiás, Guaraí, Miranorte, Paraíso do Norte, Gurupi e Alvorada.

¹⁸ Segundo os estudos supra citados, as cidades da margem direita do rio Tocantins surgiram em função da mineração, no século XVIII e se mantiveram, enquanto únicos centros urbanizados do antigo norte, até a construção da Belém-Brasília. Dentre essas cidades as que mais se destacam são: Dianópolis, Arraias, Peixe, Paranã, Natividade e Porto Nacional.

¹⁹ Segundo Cavalcante (1990), em 1970 o norte contava com 128.360 hab. e, em 1980 com 294.041 hab.

²⁰ Conforme Aquino (2002), estudos de geógrafos sobre a região apontam uma guinada do urbano sobre o rural, na passagem dos anos 1970 para os 1980. Segundo esses estudos, naquele período, a região teve sua população rural reduzida, de 75,3% (1970) para 60,3% (1980), enquanto a população urbana, no mesmo período, apresentou um vigoroso crescimento, cerca de 126%. Contudo, esse processo se efetivou de forma desigual, nas cidades próximas da rodovia, 84,54% da população era urbana e 15,6% rural. Já na região próxima das cidades antigas, localizadas à margem direita do Tocantins, a situação era inversa, 37,63% da população era urbana e 62,37% rural. Além desses dados, os mesmos estudos destacam que, as cidades próximas da Belém-Brasília (Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins, Colinas e Guaraí) totalizavam, na época, 230.828 pessoas e sobrepujavam, em quase quatro vezes, o outro grupo de cidades (Dianópolis, Arraias, Peixe, Paranã e Natividade), que perfazia um total de habitantes de 61.023 pessoas.

região²¹ eram formadas, principalmente, por latifundiários pecuaristas que empregavam técnicas modernas de criação. Já nas regiões que não foram contempladas por esse mesmo processo, assistiu-se continuidade de uma sociedade estratificada nos moldes mais tradicionais, pouco urbanizada e com segmentos sociais privilegiados que, apesar de estarem numa situação econômica aquém daqueles oriundos do processo de modernização, em função da própria importância histórica²², dessa sociedade para o antigo Norte, continuaram tendo espaço de atuação no cenário político e cultural do então futuro Tocantins.²³

2.2 O processo de autonomia

O estado do Tocantins, criado em 1988 com o desmembramento do estado de Goiás, compreende uma área de 286.938 Km², correspondente a 44,70 % do antigo território goiano. Na época da autonomia, a população do Tocantins, que era de aproximadamente 1.100.000 habitantes, distribuía-se por 60 municípios do território do novo estado.²⁴

Segundo Cavalcante (1990), para que o processo de autonomia política do Tocantins fosse desencadeado na década de 1980, pesou a redemocratização

²¹A historiografia tocantinense e goiana pouco se refere aos segmentos sociais, que ascenderam economicamente, no norte de Goiás com o projeto de modernização, Arbués (2002), quando analisa a situação da cidade agrícola de Gurupi, localizada no sul, do antigo norte de Goiás, nas décadas de 1970 e 1980, afirma: “[a modernização] atraiu uma nova frente migratória para região oriunda, na sua maior parte, do sul do país. Os incentivos fiscais e as facilidades de financiamento advindos da política implantada estimularam a ocupação econômica. Estes sulistas vão concentrar-se basicamente na microrregião do médio Tocantins-Araguaia, onde as culturas de subsistência, de produção camponesa, vão ser substituídas por uma agricultura comercial, voltada para a exportação [...]” (ARBUÉS, 2002, p. 404). Assim, podemos inferir, através da afirmação da autora, que a elite, nessa cidade, era proveniente do processo migratório, sofrido na época. Contudo, não podemos, por falta de informações decorrentes de pesquisas sobre o assunto, afirmar que essa foi a situação geral de todo norte goiano, mais atrelado à pecuária do que à agricultura.

²²A cidade histórica de Porto Nacional, às margens do rio Tocantins, é emblemática no sentido de demonstrar a influência política e cultural de seus segmentos sociais privilegiados. Considerada a capital cultural do Estado, essa cidade oitocentista, desde a década de 1950, até a instituição do novo Estado, na década de 1980, foi palco de muitas manifestações pró-criação do Tocantins, que envolveram políticos de famílias importantes da região, que mantiveram e mantém destaque no cenário político e cultural do antigo norte de Goiás, hoje Tocantins. Sobre as manifestações pró-autonomia do norte goiano ver: CAVALCANTE, 1990, op.cit.

²³Essa afirmação é feita em função de muitos intelectuais, políticos e juristas tocantinenses serem oriundos de segmentos sociais privilegiados daquela sociedade. Sendo que, José Liberato Costa Póvoa, jurista e autor do discurso literário analisado, nesse trabalho, é descendente de importante família de uma das cidades desse norte goiano antigo, Dianópolis.

²⁴Ver: BEZERRA, Adão Bomfim, *Tocantins, um Estado para a Nova República*. Goiânia: O Popular, 1986.

vivenciada pelo país, naquele momento. Afinal, conforme essa estudiosa da autonomia do estado do Tocantins, esse processo, por possibilitar a organização e a reivindicação de grupos sociais, referendou intelectuais e políticos nortenses radicados em Brasília e Goiânia a fundarem, em 1981, a Comissão de Estudos do Norte Goiano – CONORTE. Essa comissão tinha por principais objetivos “conscientizar a população norte-goiana sobre suas necessidades e potencial político-econômico, além de congregar os ideais humanos nortenses através de pesquisas, estudos e debates sobre a região” (CAVALCANTE, 1990, p. 215-216).

Ainda conforme Cavalcante (1990), em abril de 1982, a Conorte promoveu um congresso a fim de discutir e apresentar propostas que viabilizassem a exploração do potencial econômico da região Norte goiana. Naquele congresso, foram abordadas questões referentes:

- à necessidade de divisão do Estado, para melhor administrá-lo e integrá-lo ao processo de desenvolvimento nacional.
- às potencialidades agropecuárias de Goiás, com destaque para a região norte.
- à atuação do governo federal, através da SUDECO, na execução de Programas Especiais, como o Polocentro e o Polamazônia e, ainda, a atuação do PRODIAT (Projeto de Desenvolvimento Integrado da Bacia Araguaia-Tocantins), além da importância do Projeto Carajás para a região norte goiana.
- ao problema fundiário e atuação da IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás) e do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária).
- aos meios de comunicação no norte de Goiás e o mercado de trabalho, com atenção para as alianças de classes em escala regional, nacional e internacional, cujos interesses operam na área (CAVALCANTE, 1990, p. 216).

Ribeiro (2001), ao estudar os discursos referentes à autonomia da antiga região Norte goiana, na década de 1980, afirma que a CONORTE participou intensamente da campanha pró-autonomia, ocorrida em toda a década de 1980, e também, do processo de instituição do Estado, ocorrido no desenrolar da Assembléia Nacional Constituinte. Através de congressos, seminários e publicações, a CONORTE passou a ser a instituição articuladora do movimento separatista. Nas palavras do autor: “A atuação da CONORTE nos bastidores da política goiana, seus seminários, suas publicações e suas campanhas pelo desenvolvimento do Norte e divisão do estado de Goiás, instaurou uma nova maneira de ver a região Norte; seus problemas e seus habitantes” (RIBEIRO, 2001, p. 56).

Conforme o mesmo autor, a maioria dos membros da CONORTE tinha um posicionamento conservador, e a elaboração das metas e participação nas decisões da instituição eram restritas a um grupo limitado de pessoas que defendiam seus interesses. Para Ribeiro (2001), a CONORTE era composta por indivíduos oriundos de famílias de prestígio no Norte de Goiás, e, citando estudos que se dedicam a investigar a instituição de forma mais aprofundada²⁵, afirma que a CONORTE tinha um caráter conservador, por querer desenvolver o Norte goiano sem mudanças na estrutura social, permanecendo intacto o sistema de política agrária, caracterizado pelo latifúndio familiar, com seus mandantes políticos enraizados em cada uma das cidades do Norte goiano.

Ainda conforme o mesmo autor, nas eleições de 1982, foi significativo o papel da CONORTE no sentido de conclamar a população do então Norte goiano, para votar somente em políticos da região. Tendo seus apelos atendidos, a CONORTE contribuiu para a eleição de “dois deputados federais: José Wilson de Siqueira Campos (PDC) e José dos Santos Freire (PMDB); e três deputados estaduais: Totó Cavalcante (PMDB), Hagaús Araújo (PMDB) e Brito Miranda (PMDB)” (RIBEIRO, 2001, p. 63).

Segundo o autor citado, nas eleições de 1986, foram reeleitos os parlamentares de 1982 e elegeram-se quatro novos deputados estaduais: Edmundo Galdino (PMDB), João Rocha (PFL), João Cruz (PMDB) e Célio Costa (PMDB).

É nessa atmosfera de ampliação da representatividade política do antigo Norte de Goiás que, em 1983, o então deputado federal, José Wilson Siqueira Campos, pôs em votação, na Câmara federal, o projeto de criação do estado do Tocantins. Esse projeto, que foi aprovado em março de 1985 pelo Congresso Nacional, acabou por ser vetado pelo presidente da República. Quatro meses após, foi reapresentado pelo senador goiano Benedito Ferreira. Então, foi aprovado por parte da Câmara e do Senado Federal e, mais uma vez, vetado pelo presidente²⁶, sob a justificativa de inviabilidade econômica. Conforme os estudos citados, as reações diante dos vetos presidenciais não tardaram, ainda mais depois que dois parlamentares goianos, Siqueira Campos e Totó Cavalcante, fizeram greve de fome

²⁵ O autor faz menção a dois trabalhos sobre o tema: LIRA, Elizeu Ribeiro. *A gênese de Palmas – Tocantins*. Presidente Prudente- SP: Dissertação de Mestrado, UNESP, 1994. e OLIVEIRA, Rosy. Oliveira. *O Movimento Separatista do Tocantins e a Conorte (1981-1988)*. Campinas-SP: Dissertação de Mestrado, UNICAMP, 1998.

²⁶ Ver sobre: CAVALCANTE, 1990, op. cit.

em protesto contra o governo federal, chamando a atenção de toda a imprensa nacional para o assunto. Em 1986, mais uma vez, o projeto foi apresentado ao Congresso pelo senador Amaral Peixoto, que solicitava a autorização do presidente da República para formação de uma Comissão Especial de Redivisão Territorial do País, com a finalidade de levantar dados sócio-econômicos sobre as regiões que reivindicavam autonomia político-administrativa, em especial sobre o estado do Tocantins.²⁷

Nesse contexto, a CONORTE, como meio de pressionar o governo federal a aprovar a separação do Norte de Goiás, além de promover seminários e simpósios em prol da causa separatista, fez uma pesquisa de opinião, na região Norte e Nordeste daquele estado, sobre a possível divisão do mesmo. Foram inseridas, nessa pesquisa, as cidades mais populosas do Norte de Goiás, da época: Araguaína, Porto Nacional, Gurupi, eixo da Rodovia Belém-Brasília e Dianópolis. Conforme Cavalcante (1990): “Cerca de 75% da população entrevistada, ‘homens e mulheres pertencentes a vários níveis sócio econômicos e de diferentes faixas etárias’, foram favoráveis à criação do Estado do Tocantins; apenas 12,9% se colocaram contra” (CAVALCANTE, 1990, p. 224).

Conforme o estudo supracitado, em junho de 1989, a Comissão de Redivisão Territorial, sob coordenação do Ministério do Interior, concluiu os estudos das propostas de criação de novos estados e territórios. Em relação ao Tocantins, o parecer da dita comissão se posicionava contrário à separação do Norte goiano, pois, conforme os estudos levantados, a região não tinha uma arrecadação fiscal que viabilizasse a criação do Estado. Além disso, para a referida comissão, o novo Estado seria um ônus muito pesado à União. Conforme o resultado dos estudos dessa Comissão, no Norte de Goiás poderia ser instituído um Território e não um Estado.²⁸ Com isso, intensificaram-se as manifestações pela criação do estado do Tocantins, principalmente da CONORTE, apesar de algumas lideranças do movimento pró-emancipação do Tocantins apoiarem a criação de um território como estratégia para depois consolidar o estado. De qualquer forma, para as lideranças do movimento emancipacionista ficava claro que a instituição do estado do Tocantins só poderia se dar com a Constituinte de 1987.

²⁷ CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa., 1990, op. cit., p. 223

²⁸ Os territórios brasileiros, na época, ficavam submetidos à jurisdição política da União.

Segundo Cavalcante (1990), naquele momento, para os simpatizantes do movimento emancipacionista, a separação do antigo Norte de Goiás significaria benefícios do ponto de vista político-administrativo, econômico, cultural e ecológico. Em relação à situação político-administrativa, a separação do Norte significaria para a região uma ação governamental mais efetiva, tendo em vista que o governo estaria geograficamente mais próximo. Além disso, a autonomia acabaria com uma situação desigual de distribuição das verbas públicas, pois: “o Sul, com uma população três vezes maior, recebe dez vezes mais investimentos públicos e conta com um contingente de funcionários públicos onze vezes maior” (CAVALCANTE, 1990, p. 233).

Para a autora, os grupos empresariais, ligados à agropecuária, viam a criação do novo Estado como uma necessidade econômica, dado que os investimentos do governo federal em obras de infraestrutura criariam na região o suporte para que o capital privado fosse ali aplicado. Havia, portanto, por parte desses grupos, a expectativa de que com a criação do estado viria para o então Norte de Goiás a modernização. E, citando documentos da CONORTE, a autora reproduz as ideias dessa comissão, afirmando que, em relação ao aspecto social, a criação do novo Estado impediria o êxodo de habitantes do norte para as grandes cidades do Sul: Goiânia e Brasília.

Contudo, nem todos os discursos veiculados na época, eram favoráveis à criação do novo estado²⁹. Porém, conforme Ribeiro (2001), os posicionamentos contrários à efetivação da autonomia do Tocantins foram, de certa forma, minimizados pela mídia.

As vozes contrárias à divisão do estado de Goiás foram silenciadas e desqualificadas na produção do discurso tocantinense, o que constituiu um esforço na manipulação do imaginário social do Estado. Os pronunciamentos que divergiam do consenso, praticamente não aparecem na história do Tocantins (RIBEIRO, 2001, p. 70).

²⁹ Ver CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa, 1990, op. cit., p. 235 e ss.

Ainda conforme Ribeiro (2001), uma das vozes que se levantou contra a separação do Norte de Goiás foi a do escritor Bernardo Élis³⁰, que, nas páginas da revista *Presença*, de Goiânia, criticava a postura do jornal *O Popular*³¹, que só cedia espaço ao ideário separatista da CONORTE.

Que os mesmos espaços ocupados em seus jornais pelos que defendem a destruição da unidade goiana, também sejam abertos aos que defendem a sua integridade, coisa que não tem acontecido (*Presença*, ano I, n.6, 1986, p.09, apud RIBEIRO, 2001, p. 71).

Conforme o mesmo autor, a revista *Presença* foi um dos pouquíssimos veículos de comunicação que cedeu espaço às ideias contrárias à divisão de Goiás. Afinal, para essa revista: “o ideal tocantinense era o desejo de grupos econômicos que simplesmente se consideravam (sic) donos do Norte goiano” (RIBEIRO, 2001, p. 78).

Em relação ao posicionamento dos políticos goianos sobre a divisão do estado, Cavalcante (1990) e Ribeiro (2001) afirmam que a revista *Presença* advogava a ideia de que a maioria dos políticos goianos havia cedido ao *lobby* do grupo emancipacionista. E, por isso, era favorável ao desmembramento de Goiás, sendo que os que eram contrários à criação do Tocantins, por temerem retaliações desse grupo, se omitiam em relação ao assunto, sendo raras as manifestações públicas contrárias à separação por parte de deputados estaduais ou federais de Goiás.³²

De qualquer forma, o processo de emancipação política, da antiga região Norte de Goiás, se intensificou com a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987. Ribeiro (2001) afirma que a inclusão da divisão de Goiás na Assembleia Nacional Constituinte consagrou a criação do estado, pois essa Assembleia simbolizava a reorganização da nação e a superação dos atrasos e

³⁰ Falecido em 1997, Bernardo Elis foi o primeiro escritor goiano a entrar na Academia Brasileira de Letras, foi autor de várias obras como *Apenas um Violão*, *O Tronco* e *Ermos e Gerais*. Informações disponíveis no site: www.academia.org.br, acesso em 14/12/2009.

³¹ O Jornal “O Popular”, periódico publicado pela Organização Jaime Câmara, afiliada das Organizações Globo em Goiás e, hoje, Tocantins, reproduzia o ideário da CONORTE. Sendo o veículo de comunicação de maior circulação em Goiás, o mesmo tinha como responsável pela sua publicação João Rocha Ribeiro, um membro da CONORTE. Ver em: RIBEIRO, op.cit. p. 70

³² Ver CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa, 1990, op. cit., p. 235 e ss e RIBEIRO, 2001, op. cit., p. 79 e ss.

retrocessos de todo o Brasil. Para ele: “O Tocantins foi situado nos discursos dos parlamentares como o caminho desse novo Brasil” (RIBEIRO, 2001, p. 88). E, para corroborar essa afirmação, o autor cita trechos de pronunciamentos de parlamentares na Constituinte: “e se temos nas mãos tudo para mudar os rumos de nosso País, como constituintes, esta foi uma das mais acertadas decisões – a criação do Estado do Tocantins” (Deputado Sotero Cunha, PDC-RJ; Diário da Assembleia Nacional Constituinte, junho, 1988, p. 11018 *apud* RIBEIRO, 2001, p. 89)

Ainda conforme Ribeiro (2001), a CONORTE e lideranças políticas emancipacionistas souberam manipular o poder simbólico da Constituinte para fortalecer, no imaginário social tocantinense e de toda a nação, a ideia de um Tocantins. Afinal, a Constituinte significava, naquele momento, a legitimação da redemocratização do Brasil.

A Assembléia Nacional Constituinte foi um dos mais importantes instrumentos na produção do estado do Tocantins, não apenas por ter criado o Estado, mas pelo seu caráter legitimador dos interesses nacionais. Período de uma riqueza imensa, consagrado no imaginário político como um dos episódios de transição para Democracia plena (RIBEIRO, 2001, p. 89).

Ribeiro (2001) informa, em seu trabalho, que, estudando todos os números do Jornal da Constituinte, não encontrou nenhuma crítica direta ao desmembramento do estado de Goiás, e atribui esse feito aos esforços propagandísticos da CONORTE e de alguns políticos goianos. Da mesma forma, Cavalcante (1990) demonstra que a CONORTE e o Legislativo goiano promoveram vários debates, com ênfase na questão da viabilidade econômica do novo estado e nas vantagens mútuas que a divisão traria para o Norte e o Centro-Sul de Goiás, na época da instalação da Constituinte³³. As viabilidades econômicas do novo Estado, ressaltadas pela CONORTE e pela Assembleia Legislativa de Goiás, diziam respeito às condições produtivas do Tocantins:

O novo Estado nascia com uma base econômica assentada principalmente na agropecuária, no extrativismo minero-vegetal e com terras abundantes e férteis, pois no Vale do Araguaia situam-se 5 milhões de hectares aptos à irrigação, com produção agrícola prevista, em torno de 3 milhões de

³³ Ver CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa, 1990, op. cit., p. 239.

toneladas de grãos, o que lhe reserva a primeira posição de produtor de grãos do país, superando muitos Estados (CAVALCANTE, 1990, p. 240).

Conforme a mesma autora, que se baseia em estatísticas, do ano de 1985 publicadas pela CONORTE no Jornal *O Popular*, a produção agrícola, no Norte de Goiás da época era significativa. A região produzia 40% do arroz, da banana e da mandioca de todo estado, e, no que tange ao extrativismo vegetal, havia destaque para o babaçu, cuja exploração perfazia 99,8% do total do estado. A pecuária, segundo matéria publicada em 1987 pelo porta-voz da CONORTE, o Jornal *O Popular*, era o carro-chefe da economia nortense: “um rebanho de seis milhões de cabeças naquela região, produzindo um milhão de bois gordos por ano, o que lhe garantia a posição de 10º criador de bovinos no país” (CAVALCANTE, 1990, p. 242).

Além disso, segundo a mesma autora, as propagandas pró-criação do estado do Tocantins lançavam mão das possibilidades de arrecadação de recursos federais com a instituição do novo estado e dos benefícios que o Centro-Sul de Goiás teria com o desmembramento do Norte. Dentre esses benefícios, era destacada a diminuição do êxodo dos nortistas para as grandes cidades, como Brasília, Goiânia e Anápolis, já que o habitante do Norte com a modernização trazida pela autonomia para a região, teria chances de permanecer no seu torrão natal, não provocando o aumento da pobreza nos referidos centros urbanos. Outro argumento utilizado para defender a autonomia do Norte em relação ao Sul, nos debates da Assembleia Legislativa goiana ou nas propagandas da CONORTE era que com o desmembramento do estado, a renda *per ta* de Goiás aumentaria, e os dois futuros estados teriam melhor assistência dos representantes eleitos, pela superação das enormes distâncias geográficas.

Com esses argumentos, os debates favoráveis à criação do novo estado, promovidos pela CONORTE e pelo Legislativo goiano, incrementaram o arsenal discursivo pró-criação do Tocantins, direcionado para a Assembléia Nacional Constituinte. Conforme Ribeiro (2001), o único político que foi contrário à criação de novos estados³⁴, na Constituinte, foi José Richa (PMDB-PR). Mesmo assim, esse parlamentar posicionava-se favorável ao desmembramento de Goiás, já que, nesse

³⁴ Conforme Ribeiro (2001), na Assembléia Nacional Constituinte, além de tramitar o Projeto de criação do Estado do Tocantins, estavam em votação o da criação do Estado de Tapajós (PA), Maranhão do Sul (MA), Santa Cruz (BA) e Triângulo (MG).

caso, havia moções de apoio da Assembleia Legislativa e do governador de Goiás, Henrique Santillo. Aliás, a julgar pela entrevista concedida por Siqueira Campos ao Jornal da Constituinte, detecta-se que o apoio daquela Assembleia à instituição do novo estado foi maciço.

Ao governador de Goiás Henrique Santillo, à Assembléia legislativa, através de todos os seus integrantes, especialmente seu presidente, aos companheiros de bancada goiana e todos os constituintes, especialmente Bernardo Cabral, o presidente Ulisses Guimarães, o presidente Humberto Lucena, o senador Nelson Carneiro, os líderes de todos os partidos, especialmente Mário Covas, Adolfo Oliveira, José Lourenço, Amaral Neto, Luiz Inácio Lula da Silva, Gastone Righi, Brandão Monteiro e outros [...] A todos, a gratidão do povo tocantinense (Jornal da Constituinte, n.28, dezembro de 1989, p.09, apud RIBEIRO, 2001, p 100-1).

Assim, com grande apoio dos parlamentares de todas as matizes partidárias, o artigo que criava o estado do Tocantins foi aprovado em finais de 1987, com a emenda que determinava as eleições diretas para governador para um mandato tampão de dois anos, a exemplo dos mandatos de deputado estadual, federal e um dos três senadores.³⁵ O estado do Tocantins estava criado e legitimado pela Assembleia Nacional Constituinte, em 05 de outubro de 1988, sendo instalado, oficialmente, em março de 1989.

É importante salientarmos que Firmino (2003), assim como Ribeiro (2001), demonstram, em seus trabalhos, que os discursos pró-criação do estado do Tocantins se esforçaram por imprimir a ideia de que a luta pela instituição do novo estado foi popular, quando, na realidade, essa luta e a instituição do estado foram efetivadas para responder aos interesses de segmentos sociais privilegiados, compostos, principalmente, por latifundiários pecuaristas ligados a União Democrática Ruralista – UDR. Ribeiro (2001) assim se refere a essa situação:

Os interesses da União Democrática Ruralista – UDR – não estavam vinculados somente a questão agrária. Ela teve um papel de destaque na votação para a criação do estado do Tocantins, tendo em vista que a pecuária constituía a principal atividade da região. A UDR tinha como objetivo apresentar o estado do Tocantins como seu modelo de administração pública e a sua criação [...] representaria o poder

³⁵ Ver: Jornal da Constituinte, n. 41, 1988, p.02, apud RIBEIRO, 2001, op. cit., p.101.

da UDR na Constituinte e na região Norte de Goiás (RIBEIRO, 2001, p. 102).

Firmino (2003) endossa esse posicionamento quando comenta a ideia da alardeada participação popular na instituição do novo estado, veiculada nos discursos das lideranças do processo de autonomia do Tocantins: “ ‘a vitória popular’ aqui referida não passa de uma quimera, sendo os acontecimentos, ocorridos a partir de 1987/1988, o ponto culminante do marco inicial de construção de um estado edificado para as oligarquias agrárias da região e seus aliados” (FIRMINO, 2003, p. 101).

Esse mesmo autor, baseando-se em artigo publicado na Folha de São Paulo, em novembro de 1988, afirma que as duas chapas com viabilidade eleitoral, que concorreram à primeira eleição estadual no Tocantins, revelavam uma situação política e econômica ligada à União Democrática Ruralista (UDR), de Ronaldo Caiado, ou seja, a UDR estava representada nos dois lados que disputavam o pleito.

Portanto, conforme os estudos citados, a criação do Tocantins, tida pelos discursos dos políticos da época da autonomia como um processo que resultou da luta de todos, na realidade teve como lideranças políticas membros de segmentos sociais privilegiados da sociedade, que, veiculando a ideia de que o novo estado estaria se edificando em bases democráticas, acabaram beneficiando a si mesmos.

2.3 Tocantins: a construção de um passado

É significativo o sentido que o passado histórico da região onde hoje se localiza o estado do Tocantins assume no momento em que se promove a autonomia e a consolidação do novo estado. Firmino (2003), assim como Ribeiro (2001), demonstram de que forma o discurso historiográfico tocantinense, principalmente aquele ligado às questões políticas da região, sedimentou uma ideia de passado para a antiga região Norte de Goiás com o fim de legitimar a autonomia e a existência do Tocantins e de construir uma identidade para o estado³⁶.

³⁶ Como Fentress e Wickham (1992), acreditamos que a experiência passada recordada e as imagens partilhadas do passado histórico são tipos de recordações que têm particular importância para a constituição de grupos no presente.

Conforme esses autores, esse processo de construção de sentido para um passado se deu através da eleição de acontecimentos políticos, ocorridos na região, onde hoje se localiza o estado do Tocantins, que remontam ao início do século XIX e que são dispostos, no discurso historiográfico, como se tivessem uma continuidade no tempo de mais de cento e oitenta anos. A historiografia política tocantinense, portanto, encadeia acontecimentos esparsos ocorridos durante quase dois séculos e lhes dá logicidade, com o intuito de demonstrar, historicamente, que o Tocantins, enquanto entidade política e regional, existia desde o período colonial.

Essa versão da história do Tocantins foi veiculada por várias instituições, tais como a Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS), com as dissertações de mestrado de seu corpo docente, a historiografia goiana,³⁷ a CONORTE³⁸, as publicações oficiais do estado³⁹ e a imprensa, na época da consolidação do Tocantins.⁴⁰

Dentre os acontecimentos elencados pela historiografia política do Tocantins para dotar o novo estado de um passado histórico, destaca-se a criação da Comarca do Norte, em 18 de março de 1809⁴¹. A criação dessa comarca, segundo a historiografia tocantinense, teve por finalidade melhorar a administração política da capitania.⁴² Contudo, conforme Ribeiro (2001), a criação dessa comarca ocorreu em função de interesses econômicos, sendo os principais objetivos do governo local arrecadar os dividendos da Real Fazenda e evitar sonegação de impostos e contrabando de ouro.⁴³

De qualquer forma, foi a partir do evento dessa divisão entre a Comarca do Norte e a do Sul, que a historiografia tocantinense dá sentido ao seu relato sobre a História do Tocantins. O outro acontecimento eleito para demarcar o processo histórico tocantinense é o movimento de autonomia da Comarca do Norte, de 1821. Esse movimento, liderado pelo ouvidor Theotônio Segurado, eclodiu em 14 de

³⁷ Dentre os trabalhos produzidos dentro do rigor acadêmico, que reproduzem a versão de uma continuidade histórica para o Tocantins, desde o início do século XIX, citamos: CAVALCANTE, op. cit e PALACIN, Luis. *Coronelismo no extremo Norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo; Loyola, Goiânia: Cegraí, 1990; PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: UFG, 1999, entre outros.

³⁸ Ver: RIBEIRO, 2003, op. cit.

³⁹ Ver: FIRMINO, 2003, op. cit.

⁴¹ Desde 1998, por lei estadual de n. 960, o dia 18 de março é feriado e considerado o dia da autonomia no Tocantins.

⁴² Ver CAVALCANTE, 1990, op. cit.

⁴³ Desde a terceira década do século XVIII, parte da região do antigo norte de Goiás foi colonizada e ocupada em função do ouro encontrado em jazidas localizadas onde, hoje, situa-se o sudeste do Tocantins. Ver sobre o tema: PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do Estado do Tocantins*. Goiânia: UFG, 1999.

setembro de 1821 e perdurou até 1823, mas o dito ouvidor ficou na sua liderança somente até janeiro de 1822. Pois, sendo lusitano, Segurado foi chamado a Portugal para compor as Cortes de Lisboa, instituídas com a Revolução do Porto, de 1820. Quando Segurado deixou a capitania, várias querelas aconteceram entre as autoridades que compunham o movimento, e o mesmo teve seu fim meses após a Independência do Brasil. De qualquer forma, Theotônio Segurado é visto, na historiografia política tocantinense, produzida a partir de 1980, como o grande idealizador do Tocantins, a primeira liderança que ousou libertar o Norte dos grilhões que o oprimiam. Contudo, conforme Firmino (2003) e Ribeiro (2001), Segurado instituiu o movimento de autonomia do norte de Goiás porque era contrário à independência política do Brasil em relação a Portugal:

[...] a Comarca do Norte representava uma peça de alto valor estratégico às vésperas da independência do Brasil. Isso porque o Sul, a partir da Bahia, era defensor intransigente da independência do Brasil sob a regência de D. Pedro, e o Norte era favorável à união do Brasil a Portugal. A comarca do Norte de Goiás representava o espaço que possibilitava a ligação entre a Bahia e o Pará, sendo ela, portanto, o segundo mais importante obstáculo contra D. Pedro; ela era a via de comunicação da corte com o Pará e o acesso mais seguro, no caso da via marítima, costeando o Nordeste viesse a ser interdita. [O Plano de Segurado] era o de unir a Bahia ao Pará, fortalecendo a aliança regional contrária à independência do Brasil (FIRMINO, 2003, p. 47).

Ainda conforme Firmino (2003): “a causa pela qual lutou Segurado não foi a do ‘Povo tocantinense’, mas pessoal, dele (Segurado), que era a de combater a emancipação política do Brasil” (FIRMINO, 2003, p. 47). Contudo, Segurado é retratado, na historiografia política tocantinense, como um dos pais fundadores do Tocantins, seu primeiro idealizador e mentor. Além disso, o nome de Segurado está presente em todas as esferas do imaginário tocantinense, ele é nome de praças e ruas, além de ser reverenciado em monumentos, e uma das principais avenidas de Palmas, a capital planejada do Tocantins, tem seu nome.

É a partir desses acontecimentos - a instalação da Comarca do Norte, em 1809, e o movimento de autonomia de 1822 - que o passado histórico tido como tocantinense é narrado e descrito, não só pela historiografia, mas também, pela imprensa e por outras instituições ligadas ao poder estabelecido. É importante destacar que, como refere Ribeiro (2003), o discurso historiográfico tocantinense,

num exercício de compactação histórica, elege Siqueira Campos como o herdeiro, o continuador direto de Segurado na sua luta pela emancipação do Tocantins.

Ainda no que se refere a esse esforço de compactação histórica, o discurso historiográfico tocantinense, após iniciar a história do estado com fatos do início do século XIX, encadeia, de forma linear e como continuidade a esses mesmos fatos, alguns movimentos pró-emancipação do Tocantins promovidos por lideranças políticas e intelectuais da cidade de Porto Nacional, na década de 1950. Há um hiato de mais de cem anos entre os acontecimentos do início do século XIX e os da década de 1950 que não é considerado por esse discurso, e isso, segundo Ribeiro (2001), tende a dar a esse passado uma ideia de continuidade, de normalidade que levava à autonomia do Tocantins.

Ribeiro (2001), assim se refere a esses movimentos da década de 1950:

A segunda metade do século XX é outro momento bastante explorado e que passa a ter importância no discurso tocantinense. Nessa época a mobilização manifestou-se de forma mais organizada e freqüente, sendo que em 13 de maio de 1956, foi deflagrado o movimento autonomista do Norte goiano, em Porto Nacional, com manifestações constantes até 1961 (RIBEIRO, 2001, p. 50).

Esses movimentos, que iniciaram na década de 1950, perdurando até 1960, envolveram nomes como o do Major Lysias Rodrigues e os de jornalistas e intelectuais como Deocleciano Florêncio e Oswaldo Ayres da Silva e resultaram na confecção de imagens sobre o Tocantins (bandeira, hino, etc), que foram utilizadas na campanha emancipacionista efetivada pela CONORTE na década de 1980.⁴⁴ Como já foi afirmado, esses movimentos são muito enfatizados na produção de uma história política tocantinense, que tende a colocá-los como movimentos de participação popular que incidiam em todo o Norte goiano, quando, na verdade, eram organizados e liderados por um pequeno grupo e conseguiam adeptos no âmbito local da cidade de Porto Nacional.

Por fim, podemos afirmar que a produção historiográfica relativa às décadas de 1970 e 1980 encara esse período como um ápice, momento em que a luta pela emancipação se intensificou e o destino do antigo norte de Goiás se concretizou com a autonomia oficial da região.

⁴⁴ Ver RIBEIRO, 2001, op. cit.

É mister destacar, também, que essa historiografia, quando aborda qualquer período da história do Tocantins constrói a imagem de que o norte precisava efetivar a sua autonomia política para, assim, libertar-se da opressão e da exploração do sul. O sul é construído, nesse discurso, como o espoliador que, desde o período colonial, concentrando todos os recursos financeiros arrecadados em Goiás, impedia o pleno desenvolvimento da antiga região norte.

2.4 Aspectos da conjuntura histórica (1989-2002)

A época em que Siqueira Campos foi governador do Estado do Tocantins é caracterizada pela historiografia⁴⁵ como um período em que o capitalismo estava vivenciando a plena expansão de sua reestruturação, erigida após a crise desencadeada na década de 1970.⁴⁶ Hobsbawm (1998) afirma que, nas décadas de crise - 1973-1993-, o capitalismo caracterizou-se por ter operações incontroláveis pelos Estados nacionais, que perdiam o seu poder econômico. E, nessa circunstância, como tentativa de superar os déficits econômicos, houve, por parte de economistas e governantes das potências capitalistas, uma verdadeira cruzada contra o Estado do Bem-Estar Social, implantado no mundo ocidental após a II Guerra e a tentativa de efetivar o livre mercado no contexto econômico mundial.

Na década de 80, dois expoentes máximos da política internacional, como o presidente norte-americano Ronald Reagan e a primeira-ministra inglesa Margaret Thatcher, propagandeavam e instituíaam, através de suas decisões políticas, essas práticas que objetivam instaurar o livre mercado, a minimização do Estado e o desmantelamento do Estado do Bem Estar Social.

⁴⁵ Sobre esse contexto ver: CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo, Cia das Letras, 1998, e VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Dez anos que abalaram o século XX*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

⁴⁶ Conforme Vizentini (2002), entre os fatores que desencadearam a crise do Capitalismo, na década de 1970, destacou-se o desgaste da hegemonia norte-americana, manifestada desde a década de 1960. Para o autor, os países da Europa ocidental e o Japão, naquele momento, alcançavam e ultrapassavam os Estados Unidos em vários campos da economia, enquanto esses País apresentava crescentes dificuldades em desempenhar o papel de polícia do mundo capitalista. Somada a essa situação, os EUA, por motivo de se envolverem e serem derrotados, na Guerra do Vietnã, viram-se ainda mais fragilizados economicamente. Nesse ínterim, a crise do Petróleo, em 1973, veio selar a crise que se alastrou por todo mundo capitalista e, também, pelo mundo socialista, que por passar a se articular com a economia do ocidente, naquele momento, viu-se também inserido nesse processo.

Conforme Hobsbawm (1998), as práticas que diziam respeito à minimização do Estado desencadearam, dentre outras consequências, as privatizações, que eram vistas como um mecanismo que diminuía as perdas econômicas impostas pela crise ao aparelho estatal. No que diz respeito à implantação de um livre mercado econômico global e ao desmantelamento do Estado do Bem-Estar Social para a sociedade, o autor aponta, dentre outros resultados, o aumento vertiginoso nas taxas de desemprego em todo mundo capitalista. Segundo o mesmo autor, nos países pobres a população caminhou, gradativamente, para uma economia informal ou paralela, que vinha a ser uma combinação de pequenos empregos, serviços, expedientes de compra, venda e roubo. Nos países ricos, surgiu uma subclasse cada vez mais separada e segregada dos segmentos mais privilegiados. Em termos mundiais, para o autor supracitado, o principal efeito das décadas de crise foi a ampliação do fosso entre países pobres e ricos. E, ainda conforme o autor, quando a economia de livre comércio global estabeleceu o seu domínio sobre o mundo, ela acabou por: “[solapar] uma grande instituição, até 1945 praticamente universal. O Estado-nação territorial, pois um Estado assim não poderia controlar mais que uma parte cada vez menor de seus assuntos” (HOBSBAWM, 1998, p. 413).

Nesse período ocorreu, também, todo um processo de desenvolvimento tecnológico: a chamada revolução informacional. Castells (2001) afirma que essa revolução, pautada no desenvolvimento da microeletrônica, da computação, da telecomunicação e da engenharia genética, espalhou-se entre meados da década de 1970 e 1990 com muita rapidez e de forma seletiva, tanto social como funcionalmente. “Ilhas” do mundo capitalista foram inseridas nesse processo informacional e de economia de livre mercado global, enquanto boa parte do mundo viu-se alijada desse processo.

Para Castells (2001), a economia que se estruturou desde meados da década de 1970, no mundo capitalista é informacional e global. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem de sua capacidade de gerar, processar e aplicar a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercado), estão organizados em escala global.

As décadas de 1990 e 2000, portanto, foram um momento em que o capitalismo, através de inovações tanto no aspecto tecnológico quanto na organização econômica, conseguia se reestruturar e se afirmar enquanto único sistema viável no mundo, já que o socialismo estatal, no final da década de 1980 e no início da década de 1990, vivenciava sua derradeira crise.

Já na América Latina, segundo Vizentini (2002), esse contexto econômico e político descrito acima acaba por imprimir maior empobrecimento e vulnerabilidade do continente em relação às decisões externas. Para o autor, é a partir dos anos 1980, quando eclodiu a crise da dívida externa, decorrente do aumento da taxa de juros nos Estados Unidos, que esse processo foi deflagrado. Pois, na tentativa de pagar os juros da dívida, os países latino-americanos entraram em recessão. Essa situação desgastou os governos militares, abrindo espaço para os processos de redemocratização dos países latino-americanos. Esses processos, segundo o referido autor, redundaram na vitória política da centro-direita, que com apoio financeiro de Washington, chegou ao poder em praticamente toda a América Latina e implantou as reformas neoliberais pretendidas por instituições financeiras internacionais no continente.

Ainda conforme o mesmo autor o continente foi submetido, com exceção de Cuba, ao mesmo padrão. Privatizações de empresas estatais (geralmente compradas por companhias estrangeiras), abandono de importantes funções econômicas e sociais pelo Estado, abertura das economias nacionais e prioridade ao equilíbrio fiscal e ao combate à inflação passaram a ser regra. Em relação ao campo político ideológico, o mesmo autor afirma, que a tônica seguida pela América Latina foi o neoliberalismo.

Vizentini (2002) ressalta, ainda, que o resultado dos programas de ajuste neoliberais foi o retrocesso. Empresas estatais foram vendidas a preços simbólicos, os direitos sociais foram suprimidos, o sindicalismo foi enfraquecido e houve um declínio dos indicadores na educação e na saúde. E, para o autor, toda essa situação desencadeou um processo de fragmentação social inédito na história latino-americana.

Em termos econômicos, cabe ressaltar, também, que esse foi o momento em que se formaram as entidades econômicas supranacionais, dentre elas a União Europeia e o Mercosul. Este, segundo Vizentini (2002), por tentar integrar

economias dependentes, acabou sendo uma resposta infrutífera e periférica à globalização.

O Brasil, na década de 1980, passando pela mesma situação econômica e política dos demais países latino-americanos, vivenciou a passagem da ditadura militar para a redemocratização do país. Em 1985, o primeiro presidente civil a assumir o executivo nacional depois da ditadura militar, foi José Sarney⁴⁷. Conforme Silveira (2009), o governo Sarney cumpriu relevante papel em termos de abertura política; contudo, na esfera econômica, esse presidente, por titubear entre práticas liberais e desenvolvimentistas, teve uma atuação desastrosa e incoerente.

É importante salientar que no mandato desse político, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte. Essa Assembleia, constituída por parlamentares eleitos no pleito de 1986, elaborou a nova Constituição do país a qual foi formulada sob os auspícios da democracia. O trabalho dos parlamentares em 1987-88 resultou na promulgação de uma Carta que tinha dificuldades de eficácia por estar muito distante da realidade nacional.⁴⁸ No entanto, esse texto constitucional, que vigora até os dias atuais no país, foi tido, na época, como extremamente democrático e inovador.

Em 1989, através de eleições diretas, Fernando Collor de Melo foi eleito presidente do Brasil, sendo que seu mandato perduraria somente até dezembro de 1992. Pois, sob acusações de corrupção, esse político acabou renunciando ao mandato, na tentativa de evitar um *impeachment*, que acabou acontecendo em 29 de dezembro de 1992. De acordo com Silveira (2009), o governo de Fernando Collor foi, no seu conjunto, estruturado e executado a partir de premissas neoliberais. Suas ações tinham como foco a liberalização da economia e a minimização e o desmantelamento do Estado do Bem-Estar Social.

Com a renúncia e o *impeachment* de Collor, assumiu a presidência do país Itamar Franco. Conforme Silveira (2009), esse governo também primou por práticas neoliberais. No mandato desse governante, muitas empresas foram privatizadas. Além disso, de acordo com o citado autor, no período Itamar houve um aprofundamento da desregulamentação da economia e abertura comercial. É importante destacar que no

⁴⁷ Tancredo Neves, através de eleições indiretas, foi eleito, em 1984, Presidente da República. Contudo, em função de doença e óbito desse político, quem assumiu o cargo foi o seu vice José Sarney. Ver sobre o tema: SAES, Décio. *República do Capital*. Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

⁴⁸ Como já abordado, nesse capítulo, a Constituição de 1988, por ter instituído o Tocantins, tem uma fundamental importância para o novo Estado.

final do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, como ministro da Economia, lançou o Plano Real o qual, por meio da indexação da moeda nacional com o valor do dólar, visava a conter a inflação no país.

Com a estabilidade econômica alcançada com o Plano Real, Fernando Henrique Cardoso foi eleito para o seu primeiro mandato em 1994, sendo reeleito em 1998. Silveira (2009) caracteriza os mandatos de Fernando Henrique como essencialmente neoliberais. Nesses anos, segundo o autor: “Elementos como diminuição dos dispêndios com funcionalismo público, venda de empresas estatais, ajuste fiscal, reforma previdenciária, redução das áreas de atuação direta do Estado (como educação superior) [foram ações efetivadas pelo governo]” (SILVEIRA, 2009, p. 150).

Ainda conforme o autor supracitado, nesse período as diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional à economia brasileira foram seguidas à risca. Aquele foi o momento das privatizações de empresas públicas de todas as áreas e tamanhos. Além disso, nos governos de FHC houve o fim do monopólio estatal em áreas como telecomunicações, energia e petróleo o que impulsionou a abertura da economia.

Segundo o mesmo autor, durante os governos de FHC, o baixo nível de investimentos levou o país à estagnação econômica e a um grande desemprego. As reformas da legislação trabalhista geraram a terceirização dos serviços e a piora da condição dos trabalhadores, que enfrentaram o desemprego estrutural. A falta de investimentos públicos gerou o apagão de 2001, o caos das rodovias e o sucateamento de hospitais e universidades. Ainda conforme o autor mencionado, o Brasil, nas décadas de 1980, 1990 e início de 2000, vivenciou, politicamente, um processo de redemocratização e, economicamente, passou por um processo de desregulamentação econômica e desmantelamento do Estado do Bem-Estar Social.

Torna-se importante salientar, também, que nessas três últimas décadas, governantes e sociedades civis do mundo inteiro manifestaram preocupações em relação ao meio ambiente e ao esgotamento dos recursos naturais do planeta. Questões como a emissão de gás carbônico na atmosfera, o esgotamento dos recursos hídricos e o aquecimento global passaram a ser discutidas em congressos promovidos pela ONU e por outras instituições internacionais. Acaloradas discussões entre os participantes de organizações ecológicas e representações governamentais sobre como a humanidade poderia chegar a um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental tornaram-se comuns, em congressos, seminários e outros

eventos destinados a reflexões sobre o meio ambiente. Contudo, segundo Hobsbawm (2001), a solução para esses problemas não foi encontrada, pois o tão almejado e discutido desenvolvimento sustentável compromete o crescimento e a lógica econômica do capitalismo.

No Brasil do período em análise ocorreram alguns episódios ligados ao meio ambiente que chamaram a atenção da opinião pública mundial. Dentre esses episódios, destacou-se o assassinato do seringueiro Chico Mendes, em Xapuri, no Acre, no ano de 1988. Líder de uma organização de trabalhadores que procuravam evitar a derrubada da floresta, Chico Mendes, após sua morte trágica, passou a ser considerado por aqueles se preocupavam com questões ambientais no mundo, como uma espécie de ícone da defesa da Floresta Amazônica.⁴⁹

Outro evento ocorrido no Brasil, no período em foco e que chamou a atenção mundial em relação às questões ecológicas foi a Eco 92. Promovida pela ONU, essa conferência contou com a presença de uma centena de líderes de diversos países e outros 30.000 participantes, que se reuniram na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para, dentre outras questões, criarem um código de conduta mundial que promovesse a defesa do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Apesar de essa conferência, por ter sido realizada no Brasil, ter despertado o interesse nacional para os assuntos ligados ao meio ambiente, dez anos depois, quando ocorreu outro evento da mesma envergadura em Johannesburgo, na África do Sul, a maioria dos preceitos acordados no Rio em 1992, não haviam sido colocados em prática, no mundo.⁵⁰

O contexto mundial e nacional abordado, desencadeou, na mais nova unidade federativa do Brasil, todo um processo de adequações ao modelo neoliberal dominante.⁵¹ Várias privatizações⁵² foram efetivadas, e a máquina estatal foi estruturada, dentro dos parâmetros da modernidade⁵³. Esta se manifestou concretamente com a realização de grandes obras, dentre as quais se destacaram a

⁴⁹ Essas informações encontram-se disponíveis no site: www.revistaforum.com.br/site/final/EdicaoNotialgra.asp?id-artigo=5723, acesso em 25/11/2009.

⁵⁰ Essas informações encontram-se no site: http://vejaabril.com.br.em_dia/eco.92, acesso em 25/11/2009.

⁵¹ É praticamente inexistente a produção historiográfica sobre o contexto econômico e social tocantinense, das décadas de 1990 e 2000. A sucinta abordagem discorrida, aqui, resulta de nossas pesquisas no *Jornal do Tocantins* e de cotejos de informações oriundas de trabalhos que investigam outros períodos da história do antigo norte goiano e que, de passagem, fazem breves alusões a essas décadas mais recentes.

⁵² Sobre essas privatizações, ver o próximo item desse capítulo e, também, o capítulo, desse trabalho, que analisa o discurso do *Jornal do Tocantins*.

⁵³ Ver sobre essa questão, o capítulo que analisa o discurso do *Jornal do Tocantins*.

construção da capital, Palmas, e de estradas, hospitais, usinas hidrelétricas, etc.⁵⁴

A economia tocantinense orientou-se, naquele momento, pelo desenvolvimento e crescimento da agropecuária, que, utilizando técnicas cada vez mais aprimoradas de plantação e criação, fortaleceu ainda mais os grandes proprietários ligados às modernas formas de produção.⁵⁵

Ainda em relação a esse processo de modernização vivenciado pelo Tocantins, podemos salientar uma maior urbanização da sociedade, que, com a conclusão da construção de Palmas, em 1991, se intensificou significativamente⁵⁶, e o aumento da densidade demográfica⁵⁷, incrementada, principalmente, pela chegada de muitos migrantes ao estado.⁵⁸

Contudo, todas essas transformações tenderam a acentuar a situação de heterogeneidade regional, inaugurada a partir de 1960 com o processo de modernização no norte de Goiás⁵⁹. Afinal, as transformações ligadas à modernização, instauradas após o período de autonomia, incidiram muito mais naquelas cidades e regiões que foram inseridas, a partir da década de 1960, no mercado do que naquelas cidades e regiões mais afastadas desse eixo e que não foram contempladas, a partir daquela década, por essa inserção.⁶⁰ Sendo assim, no momento de sua instituição e

⁵⁴ Ver o próximo item desse capítulo e, também, o capítulo que analisa o discurso do Jornal do Tocantins.

⁵⁵ Firmino (2003), apesar de não adentrar em análises da economia e da sociedade, do Tocantins, nas décadas de 1990 e 2000, deixa perpassar que essa era a situação econômica e social do estado, nesse momento.

⁵⁶ Matéria do Jornal do Tocantins, assim se refere à urbanização, da capital, Palmas, no ano de 2000: “Com uma população estimada em 122 mil de habitantes (IBGE/99), Palmas está recebendo cerca de 400 pessoas a cada mês. Segundo projeção do IBGE, a Capital está crescendo em torno de 24% ao ano, gerando uma estimativa para este ano de 151,179 habitantes. O cálculo é feito pelo IBGE de acordo com números do censo populacional de 1996, sendo que para os órgãos dos governos estadual e municipal os números reais são bem mais significativos. [...]” (J.T. 13/02/2000, p. 6).

⁵⁷ Aquino (2002), nos dá conta de que: em 1980 a população do ainda antigo norte de Goiás era de 738.668 e que, em 1991, essa população era de 920.116.

⁵⁸ Com base em dados do IBGE, matéria do Jornal do Tocantins, publicada em 1999, afirma sobre as migrações, em Palmas: “61% da população palmense ainda é do próprio Estado. E os estados que mais cederam habitantes para Palmas foram Maranhão (14%), Goiás (9%), Piauí (4%), Pará (3%), Ceará (2,5%), Minas Gerais (2%), sendo que outras unidades da federação e países estrangeiros somaram 4,5%. Do ponto de vista regional, o Nordeste contribuiu com 22%, o Centro-Oeste com 9,5% e o Sudeste com 3%. Mesmo tendo um grande número de sulistas em Palmas, a pesquisa só confirmou 1% de contribuição do Sul” (J.T., 03/02/1999, p. 1, 2º Cad.).

⁵⁹ Ver páginas 26-9, desse capítulo.

⁶⁰ Essa situação pode ser ilustrada pelo aumento do número de habitantes em cidades que foram inseridas nesse eixo de mercado como Araguaína e Gurupi e no decréscimo desse mesmo número, em cidades como Arraias e Natividade, que não foram inseridas em tal eixo.

CIDADES	NÚMERO DE HABITANTES EM	
	1991	2000
ARAGUAÍNA	103.396 HAB	113.143 HAB
GURUPI	56.741 HAB	65.034 HAB
ARRAIAS	12.899 HAB	10.984 HAB
NATIVIDADE	10.339 HAB	8.867 HAB

Esses números estão disponibilizados no site: www.ibge.gov.br

consolidação, o Tocantins deu continuidade a uma situação inaugurada ainda no período que antecedeu a autonomia: a existência e a convivência de tendências regionais distintas, uma econômica e socialmente mais atrelada à modernidade e, outra, mais voltada para o tradicional.

2.5 Siqueira Campos e suas posturas (1989-2002)

Sendo governador por três mandatos (1º de janeiro de 1989 a 15 de março de 1991; 1º de janeiro de 1995 a 3 de abril de 1998⁶¹; 1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2002) Siqueira Campos, além de carregar consigo a aura de criador do estado e de herdeiro da causa separatista, durante o período de tempo em que foi governador, acumulou um poder considerável para administrar o novo estado. Além desse período de tempo, que perfez dez dos primeiros quatorze anos de existência do Tocantins, outros fatores potencializaram as condições de poder do referido político. Dentre estes, destaca-se a própria Constituição de 1988, que, ao criar o estado, definia que nos dez primeiros anos de existência da mais nova unidade da federação cabia ao chefe do Executivo a prerrogativa de nomear três membros do Tribunal de Contas, além dos sete primeiros membros do Tribunal de Justiça.⁶²

Toda essa conjuntura favorável ao que podemos chamar de excesso de poder concedeu a Siqueira Campos as ferramentas necessárias para governar o Tocantins de acordo com os seus próprios interesses e também dos segmentos sociais privilegiados, geralmente ligados à agropecuária.

Considerado uma espécie de mito fundador do estado do Tocantins, esse político, segundo a historiografia tocantinense⁶³, chegou ao antigo Norte de Goiás, mais precisamente, na cidade de Colinas de Goiás, em 1963. Cearense da cidade do Crato, dois anos depois de sua chegada em Colinas elegeu-se vereador e abraçou a causa separatista do Norte de Goiás. Ainda conforme a historiografia tocantinense, Siqueira, por pretender a separação do antigo Norte, foi preso em

⁶¹ Nessa data, Siqueira Campos passou o cargo para o vice-governador, Raimundo Nonato Pires dos Santos para concorrer ao seu último mandato.

⁶² Conforme MAIA, Maria Zoreide Britto. Poder Político Tocantinense e universidade pública. In: FIRMINO, Eugênio Pacelli de Moraes Firmino (org). *Tocantins do passado (re)construído e do presente em construção* história, escola universidade e conhecimento. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2009.

⁶³ Ver FIRMINO, 2003, op.cit.

1969 pelas forças da ditadura, sendo solto em 1970 e eleito deputado federal em 1971. Após tomar posse na Câmara Federal, o então deputado, ainda na década de 1970 ao propor por cinco vezes o projeto de criação do estado do Tocantins, demonstrava ter como bandeira de luta a autonomia política da região Norte de Goiás.

Como já frisado na década de 1980, Siqueira continuou apresentando na Câmara, o projeto que instituía o estado do Tocantins, projeto que obteve a aprovação do Congresso, mas foi vetado pelo presidente da República, José Sarney. Ao fazer greve de fome em protesto contra os vetos presidenciais, o referido político ganhou visibilidade na imprensa e impressionou a opinião pública, o que certamente contribuiu para que a criação do Tocantins fosse aprovada na Constituinte.

Siqueira Campos elegeu-se em 1988, para exercer um mandato de governador por dois anos. Nessa eleição, representando a “União do Tocantins”, coligação política de bases conservadoras, disputou o cargo máximo do Executivo do Estado com José Freire, que representava o PMDB. Siqueira Campos conseguiu uma votação de 163.819 votos (45,7%), ao passo que José Freire obteve 84.926 votos (23,7%), de um total de 358.675 eleitores.⁶⁴

Com o lema “20 anos em 2”, Siqueira iniciou o seu primeiro mandato demonstrando a intenção de fazer uma analogia de seu governo com o de Juscelino Kubitschek, que adotou o *slogan* desenvolvimentista “50 anos em 5”. Outra atitude política de Siqueira que estava na esteira da de Juscelino com a construção de Brasília foi o planejamento e a construção da capital do Estado, Palmas. O envolvimento pessoal de Siqueira Campos com a construção dessa capital deu-se desde o momento da escolha do local que sediará a cidade, em fevereiro de 1989.⁶⁵ A construção de Palmas realmente materializava o objetivo de desenvolvimento e modernidade inserido nas propostas da campanha separatista. Ribeiro (2001) assim se refere ao momento da criação de Palmas:

No período dos dois primeiros anos, após a criação do Tocantins, os enunciados selecionados direcionavam e davam sustento ao projeto de governo do Estado que teve a construção de Palmas – a capital do Estado – como elemento privilegiado da materialização discursiva. Foi inaugurado

⁶⁴ Ver FIRMINO, 2003, op. cit..

⁶⁵ Ver: Jornal do Tocantins, 05 de outubro de 1999.

naquele momento uma outra fase do discurso tocantinense que utilizava do discurso desenvolvimentista para dar sustento as falas que ressurgiram (RIBEIRO, 2001, p. 133).

Esse desenvolvimento e essa modernidade não foram alardeados apenas com a construção da capital do estado: outras obras, como a Usina Hidrelétrica do Lajeado, construída com capital privado e inaugurada em 2001, por exemplo, deram sustentação ao discurso da modernidade instaurado por Siqueira Campos. É interessante observar em relação a essa usina que sua construção, próxima à cidade de Palmas, além de proporcionar a geração de considerável quantidade de energia no estado, possibilitou a criação de praias artificiais, na capital. Essas praias, construídas através do represamento das águas do Rio Tocantins, necessário à construção da Usina, compõem a orla do lago da cidade de Palmas, muito cantado e decantado como grande atração local.

Os governos de Siqueira Campos primaram por práticas assistencialistas; dentre elas, destacaram-se aquelas ligadas ao Programa Pioneiros Mirins. Esse programa de bolsa-escola, implantado no estado, em 1998, tinha uma administração articulada entre a Secretaria de Educação e a Polícia Militar.⁶⁶ O programa⁶⁷, que era contemplado com horário integral, abrigou 34 mil crianças e adolescentes no ano 2000, e, segundo Firmino (2003), tinha, na época, um forte propósito de formar currais eleitorais. De qualquer forma, o Pioneiros Mirins foi alardeado, principalmente na imprensa, como um grande programa social do governo Siqueira Campos. Era a expressão da preocupação que o Tocantins nutria por suas crianças e adolescentes e um mecanismo de proporcionar-lhes educação e saúde.

Conforme Firmino (2003), no campo da educação, o governo de Siqueira Campos adotou como filosofia a ideia do Mutirão pela Cidadania. Essa ideia, pautada no Programa de Gestão Compartilhada, previa a participação dos Executivos estadual e municipal, além da comunidade local, nos assuntos ligados à educação. Ainda segundo o mesmo autor, a cada ano o governo estadual emitia estatísticas extremamente favoráveis ao sistema educacional do estado, dando a impressão de que, no Tocantins, a educação tinha atingido um patamar excelente.

⁶⁶ Ver sobre o tema: LIMA, Fátima Maria de. *Programa Pioneiros Mirins no Município de Araguaína – TO – Discursos e Práticas (1989-2000)*. Goiânia: UFG, Dissertação de Mestrado, 2003.

⁶⁷ Esse programa, implantado em 1998, continua em funcionamento até os dias atuais.

Firmino (2003), afirma que o setor da saúde também ocupava o centro do discurso do governo siqueirista, que o colocava como resultado dos trabalhos do estado. Conforme o autor citado, que admite que é “impossível desconhecer que, desde a sua criação, o Tocantins não tenha realizado progressos no desenvolvimento de sua infraestrutura e de setores sociais como a educação, a saúde etc.” (FIRMINO, 2003, p. 133), entre os projetos executados no sistema de saúde pública destacam-se o modelo de hospitais comunitários e os desenvolvidos na área da medicina preventiva.

No último governo de Siqueira - 1º de janeiro de 1999 a 1º de janeiro de 2003 - o *slogan* veiculado na mídia para definir o Tocantins: -“Tocantins o estado da livre iniciativa e da justiça social” - revelava a intenção do governo de perpassar a ideia de que governava para todos. Defendendo uma natural vocação econômica tocaninense para a pecuária e a agricultura, o discurso do estado justificava e legitimava as ações políticas em prol do latifúndio pecuarista e defendia a ideia de que assim estava promovendo o bem estar de todos, através de práticas que estimulavam a livre iniciativa e promoviam a continuidade da estrutura fundiária e social da região, retratadas, pelo discurso do estado, como potencializadoras de justiça social.

O estímulo à livre iniciativa é apenas uma das características neoliberais assumidas pelo estado do Tocantins, na época dos governos de Siqueira Campos; outra é o processo de privatização empreendido pelo então governador do estado, que, quando privatizou a Companhia de Energia do Estado do Tocantins, a CELTINS, em 1997, declarou ao Jornal do Tocantins que pretendia privatizar tudo o que pudesse para o enxugamento da máquina estatal.⁶⁸

Nessa “ciranda” das privatizações no estado, nem a Universidade do Tocantins - UNITINS escapou ilesa. Foi um processo que começara em 1996 e terminou em 2000. Contudo, em função da resistência dos alunos da instituição, que promoveram manifestações e paralisações, conseguindo chamar a atenção da opinião pública, foi acordado com senadores e deputados estaduais e federais o comprometimento com a instalação de uma universidade federal no Tocantins, o que foi concretizado em 2002-2003. Firmino (2003) lembra que o mérito pela criação da Universidade Federal do Tocantins foi disputado pelo movimento estudantil da

⁶⁸ Ver o capítulo sobre o discurso do Jornal do Tocantins, nesse trabalho.

UNITINS, assim como pelas oligarquias políticas do estado que, principalmente nos períodos de eleições, procuram capitalizar votos através da recorrência a uma memória positiva de seus feitos.

Siqueira Campos governou o Tocantins durante dez dos primeiros quatorze anos de existência do estado. Seu governo só foi interrompido no período do peemedebista Moisés Avelino (15 de março de 1991 a 1 de janeiro de 1995), que foi acusado pelos siqueiristas de corrupto e inábil para gerenciar o estado. E, apesar de Siqueira ter sofrido muitas críticas da oposição no transcorrer de todo o seu período de governo⁶⁹, a julgar pelos índices de popularidade, gerados através de pesquisa por ele encomendada em 2001, ele tinha a aprovação dos eleitores. No resultado da referida pesquisa, publicado em um encarte, distribuído por todo o estado, o governo do Tocantins tinha 83% de aprovação pela população tocaninense e 78% dos tocaninenses achavam que a região havia melhorado com a criação do estado.⁷⁰ Outro fator que contribui para demonstrar que Siqueira Campos tinha apoio da população do estado, no final de seu último mandato foi o fato de o seu candidato oficial nas eleições de 2002, Marcelo Miranda, ter sido eleito governador do Tocantins pela UT – União do Tocantins.

⁶⁹ Conforme Firmino (2003), um dos principais opositores de Siqueira Campos, o peemedebista Freire Júnior o acusava de ter feito do Estado a sua propriedade particular, além de ter praticado várias irregularidades tais como a venda de terras a baixos preços para amigos, manipulação de concurso público, superfaturamento de obras de infra-estrutura, etc. Maia (2009), em artigo recentemente publicado, chama atenção para o fato de que, apesar da mídia local só enaltecer os feitos de Siqueira, a mídia nacional fez muitas críticas e denúncias ao governo desse político. Revistas como *Veja*, *Isto É* e *Época*, demonstraram, várias vezes, as irregularidades cometidas por Siqueira Campos que vendia terras a baixos preços a amigos e conhecidos, empregava familiares e parentes em funções estratégicas, dentro de órgãos públicos, assim como favorecia empreiteiras que trabalhavam nas muitas obras, erigidas no Estado, naquele momento. Essa mesma autora, ilustra a tendência autoritária do político em questão com o fato do mesmo ter mandado incinerar toda a edição de um livro que o criticava “O Didator do Cerrado”, escrito pelo jornalista Rinaldo Campos, que fora preso, a mando do governador, por cinco dias.

⁷⁰ Fonte: Encarte – Tocantins: união, trabalho e progresso, p.8, 2001, apud FIRMINO, 2003, op. cit, p. 134.

3 O TOCANTINS EM UM DISCURSO LITERÁRIO

Este capítulo analisa o discurso literário de José Liberato Costa Póvoa ⁷¹ como meio de detectar facetas da construção da identidade tocantinense. Como já referido, essa análise parte da concepção de que a literatura pode revelar indícios da construção de um processo identitário e, também, contribuir para a consubstanciação do mesmo. Ela revela indícios, na medida em que todo discurso deixa perpassar um imaginário, e, conforme Baczko (1984, p. 309), através dos seus imaginários, uma coletividade designa a sua identidade e elabora uma certa representação de si. Contribui na construção de um processo identitário por instituir memória, além de construir e situar sujeitos sociais em suas tramas e enredos.

Como já destacado na introdução do trabalho, concebemos o emissor desse discurso como uma espécie de porta-voz de um grupo social. Porta-voz entendido nos termos propostos por Bourdieu (1996), ou seja, para nós, o literato é um agente apto a falar pelo grupo, por deter capital simbólico que lhe confere um mandato do qual ele é, por assim dizer, um procurador. Além disso, torna-se importante destacar que, na nossa concepção, o emissor-literato, por imprimir em suas obras reflexões sobre as práticas sociais de uma determinada sociedade e por estar em um contexto histórico que o situa dentro de um grupo social, transmite, nessas reflexões e reelaborações, a visão desse mesmo grupo. Sem dúvida, Costa Póvoa, por ser um escritor e ocupar posições de destaque no Judiciário do Tocantins, pertence às esferas sociais privilegiadas da sociedade tocantinense. E, para nós, essa situação social do emissor tende a potencializar a visão de sociedade, de estratos, dessas mesmas esferas nas representações sobre o Tocantins e o sujeito tocantinense, veiculadas em seus escritos.

⁷¹ José Liberato Costa Póvoa é tocantinense de Dianópolis, nascido em 12/04/1944. É Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atuou como jornalista na imprensa mineira, goiana e tocantinense e foi fundador e primeiro presidente da Academia Tocantinense de Letras, cargo que ocupou por dois mandatos. Como escritor publicou vários contos, crônicas e um romance. Além da carreira jornalística e literária exerceu e exerce várias funções, no Poder Judiciário, do Estado do Tocantins, atualmente, é Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Ver: PÓVOA, José Liberato Costa. *Conversa de compadres*. Goiânia: Editora Kelps, 2001.

De qualquer forma, a escolha da obra literária⁷² de José Liberato Costa Póvoa deu-se em função de esse autor ser um dos escritores mais conceituados e populares do estado. Além disso, essa opção efetivou-se pelo fato de Costa Póvoa ser tocantinense, representar a sociedade tocantinense em seus livros e ter publicado a maioria de seus escritos na cronologia em que aconteceu a autonomia e a consolidação do estado do Tocantins;⁷³ logo, em um momento em que, como já referido, houve, por parte de vários discursos que permeavam a sociedade em questão, a luta pela afirmação de uma identidade tocantinense.

Em relação ao receptor do discurso em pauta, é importante salientarmos que, teoricamente, o concebemos como um coenunciador, como um sujeito que, fazendo parte das mesmas práticas sociais do emissor, acaba por impor coerções aos enunciados veiculados,⁷⁴ as quais são aceitas como um tipo de regra, pois todo emissor procura ter seu discurso autorizado e reconhecido e, para isso, respeita uma espécie de ritual social da linguagem implícito, partilhado pelo interlocutores. Pois: “indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais são capazes de entrar em acordo a propósito das representações de linguagem destas práticas”. (MANGUENEAU, 1989, p. 30). Os receptores do discurso de Costa Póvoa, em

⁷² Pode-se afirmar que a produção literária de Costa Póvoa, compõe a literatura regionalista do Tocantins., literatura essa, entendida como aquela que aborda o local, destacando as suas particularidades. Conforme o próprio autor, a influência dos mestres da literatura regional goiana e tocantinense foi crucial para a produção de sua obra: “Assim na condição de exenrido, vou entrando no terreno que consagrou Bariani Ortêncio e Carmo Bernardes, ali em Goiás, e Moura Lima, Eli Brasiliense e Juarez Moreira Filho, aqui no Tocantins – a cultura popular – [...] o costume do cachimbo é que entorta a boca, e de tanto ler nossos patrícios vou acabando é por assimilá-los o jeito [...]” (PÓVOA, 2001 a, p. 129-30). Contudo, é importante salientar que o regionalismo da literatura de Póvoa não distingue a mesma daquela produzida pelos demais escritores tocantinenses, pois, como demonstra Deboni (2007), ao analisar as produções e estatutos das Academias de Letras do Tocantins, a maior parte, da produção literária, desenvolvida nesse Estado, é de cunho regionalista. A mesma autora ressalta que esse regionalismo, inerente às obras dos escritores, membros das Academias de Letras do Tocantins, é pautado nas peculiaridades da natureza local e, também, nas singularidades da vida dos sujeitos tocantinenses. Ainda conforme essa autora, o regionalismo da literatura tocantinense está muito próximo daquele empregado pelo romantismo brasileiro do século XIX que, no afã de dar uma identidade para a jovem nação brasileira, retratava somente o local, o pitoresco, nunca chegando ao universalismo, atingido pela literatura regionalista na atualidade. E, para a autora, esse anacronismo da literatura regionalista tocantinense deve-se ao fato da mesma estar muito presa à idéia de dar uma especificidade e, por conseguinte, uma identidade para si e para o Estado.

⁷³ Dentre as obras do autor destacamos: De Zé Goela a Pé-de-Janta - os Causos que o Duro Conta (crônicas) (1989); Contos Tocantinenses (contos) (1994); Mandinga (romance) (1998); Conversa de Compadres (crônicas) (2001); Um Causo Puxa Outro (crônicas) (2001).

⁷⁴ Não estamos afirmando que há uma reelaboração homogênea dos discursos por parte dos receptores, mas que há por parte das comunidades discursivas uma espécie de contrato que norteia a veiculação de enunciados. Contrato esse, que é capaz de levar os indivíduos – emissores e receptores – a um acordo sobre as representações da realidade, feitas através da linguagem. Ver sobre o tema: MANGUENEAU, 1989, op. cit.

potencial, são tocantinenses, leitores de seus escritos. São membros de uma comunidade discursiva que, no momento da veiculação de suas crônicas, seus romances e seus contos, eram construídos como sujeitos dessa nova identidade político-administrativa.

O capítulo está dividido em dois tópicos. O primeiro indica e analisa as representações, relativas à sociedade tocantinense e aos seus sujeitos, que tiveram uma maior regularidade nos enunciados do discurso em pauta. Maior regularidade essa, entendida como mecanismo que, por meio da repetição, evidencia e constrói categorias identitárias para um Tocantins. O segundo tópico analisa a memória⁷⁵ instituída pelo discurso literário de Costa Póvoa, a qual, ao dotar o Tocantins e o povo tocantinense de um passado, também vem a ser um dispositivo que evidencia e procura construir traços identitários para o Tocantins.

3.1 Categorias identitárias tocantinenses

Na obra de José Liberato Costa Póvoa, as categorias identitárias relativas ao Tocantins que têm uma maior incidência e regularidade e que, na nossa concepção, podem revelar e construir um sentimento identitário tocantinense são: o sertão, *locus* eleito pelos escritos do autor como o “verdadeiro” Tocantins; as crenças e as credences do povo tocantinense; a subserviência, o apadrinhamento e o assistencialismo que marcam as relações sociais desse Tocantins; a situação da mulher, que ocupa um papel subalterno nessa sociedade; e o preconceito étnico que permeia as relações dos personagens-sujeitos, construídos pelo autor.

3.1.1 O sertão

Para José Liberato Costa Póvoa, o verdadeiro Tocantins é o sertão⁷⁶, local que garante uma vida tranquila e brejeira para o seu habitante, o sertanejo

⁷⁵ A memória, que também será abordada na análise do discurso do *Jornal do Tocantins*, por ter, na obra literária, um caráter mais lúdico e menos repetitivo do que a veiculada na Imprensa, será analisada, aqui, com referenciais teóricos diferenciados daqueles empregados, no terceiro capítulo desse trabalho.

⁷⁶ Amado (1995), ressalta o fato de que a literatura regionalista brasileira muito recorreu e recorre à categoria sertão para pensar a nação: “A literatura brasileira povoou os variados sertões que construiu

tocantinense. É nesse espaço rural que o autor⁷⁷ vai demarcar as peculiaridades do Tocantins de várias maneiras. Dentre essas, podemos citar o fato e o mesmo sublinhar, insistentemente, o linguajar típico da região em seus escritos. O tocantinense é retratado, na obra de Póvoa, como alguém que utiliza palavras só entendidas por ele e é cheio de “a pois bom”, “é apoiis num é?”, “ancê tiro a palavra da minha boca” (PÓVOA, 2001, p. 55). Para Póvoa, o sertanejo é aquele que parece um estrangeiro, tal a peculiaridade de seu linguajar⁷⁸. Em seu livro “Um Causo Puxa o Outro” (2001), assim se refere o autor, sobre a forma com que um peão de fazenda se expressava:

Passávamos quase noite inteira escutando Camilo tocar viola e contar seus causos num linguajar rico e cheio de expressões insubstituíveis, mudando o nome das pessoas porque sua língua não dava para soletrar os nomes certos:

-Apois, patrão, estúrdia nós fumo ajuntá um gado de Elco

-Quem é Elco, Camilo? – o nome soava-nos desconhecido.

Ele se ria como se fazendo chacota da gente ou imaginando que estivéssemos fazendo chacota era dele, e respondia:

-Uai, num me diz qui ancê num cunhece Elco? Elco home, marido de Dorinha e genro de Dito!

Não dava para entender mesmo, pois, o genro de tio Dito chamava-se Wellington (PÓVOA, 2001, p. 61).

As peculiaridades do falar sertanejo podem, ainda, ser encontradas em trechos do romance “Mandinga”, quando há o relato de um diálogo entre duas personagens da dita obra:

É o minino?

- Nhá não. É Nezim mesmo.

- Mas ontem de tarde, cond’eu saí, ele tava bem bom.....

- Essa noite deu um trem nele e num se sabe o qui foi. Tá todo opado, cum coisa qui foi algum veneno. Chego im riba da égua ruça de Cassimiro, que acho el’hoje, quando campiava. Ele tava adispois do currale, perto do véi Narcísico (PÓVOA, 1998, p. 84).

com personagens colossais, poderosos símbolos, narrativas míticas, marcando com eles forte, funda e definitivamente, o imaginário brasileiro” (AMADO,1995, p. 3).

⁷⁷ Sempre que empregarmos o termo autor, estamos por entendê-lo com o mesmo significado do termo emissor, que para nós é aquele que é responsável pela veiculação de enunciados que se coadunam em uma lógica, em um discurso.

⁷⁸ Ver PÓVOA, José Liberato. *Conversa de compadres*. Goiânia: Kelps, 2001.

E, para exemplificar ainda mais a forma com que o emissor, em seus escritos, sublinha o linguajar típico e pitoresco da região, citamos um trecho do conto “Cheia”, publicado em 1994.

Os arreeiros logo cuidaram de destorcer as agulhas de arrochar a carga, deitar fora os ligares, desapeando as brucas e desarrochando as cangalhas; outros, improvisando cavadores com paus arrancados nas margens do córrego, cavoucaram a areia grossa e chorona e fizeram uma cacimba para aquela passageira serventia (PÓVOA, 1994, p. 13).

Póvoa, em sua obra, sublinhando as peculiaridades do linguajar da área rural do Tocantins, contribui para a construção de um traço diacrítico do povo em questão e revela uma distinção regional, já que, na nossa concepção, o literato, além de imitar uma realidade para tornar sua obra verossímil, acaba, também, por construir um dado novo dessa mesma realidade. Além disso, devemos destacar o fato de que a construção ou a indicação de um traço diacrítico de um povo, por meio da exaltação das diferenciações linguísticas, tem um papel considerável na construção de um processo identitário, pois, como afirma Bourdieu (1989):

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque [linguajar], são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer grupos” (BOURDIEU, 1989, p. 113).

Outra distinção, eleita pelo discurso em pauta, para caracterizar o Tocantins diz respeito à culinária local. Em *Mandinga*, Póvoa refere-se aos costumes alimentares dos tocantinenses que vivem na área rural, relatando os afazeres domésticos de uma personagem, velha Fostina: “A mão-de-pilão subia e descia compassadamente. A velha Fostina tirava fubá de milho novo, para comer amanhã o cuzcuz breado com gordura de coco xodó”. (PÓVOA, 1998, p. 59), ainda referindo-se aos afazeres da dita personagem: “[...] foi lá dentro buscar a gamela de mocotó, para consertar e botar no fogo e depois comer com maxixe e carne seca” (PÓVOA, 1998, p. 61). Em outra passagem do mesmo romance, o emissor descreve a mesa

do café da manhã de outro personagem: "A paçoca de carne seca socada no pilão e passada na gordura, o rubacão de feijão-de-corda, a caneca de café tinto de tolda de rapadura passeavam na mesa do velho Crisóstomo" (PÓVOA, 1998, p. 143).

Em uma crônica do livro "Conversa de Compadres", publicado em 2001, o autor descreve os utensílios domésticos de uma cozinha sertaneja da seguinte forma:

Como dizia meu amigo Carmo Bernardes, não se pode conceber uma casa de interior sem o pilão de pilar paçoca e socar café, o tacho de cobre bem areado pra refinar açúcar-da-terra e fazer doce de buriti; o forno de cupim numa meia-água lá fora para assar o bolo-de-arroz, a puba e o biscoito-de-galho, e mesmo a panela de ferro cascuda para se torrar café com tolda (PÓVOA, 2001, p. 111).

E, veiculando um forte saudosismo, o emissor compara as comidas industrializadas com as consumidas no sertão.

O povo da cidade grande, às vezes até com raízes no interior, teima em negar suas origens, fazendo-se de desconhecedor. Um verniz de civilização foi o bastante para que ele tenha aderido aos pratos modernos, às maioneses, desprezando o tutu com torresmo, o arroz com lingüiça, o palmo e meio de carne de sol assada na brasa e o frango caipira com quiabo gosmento [...] (PÓVOA, 2001, p. 111).

Em relação à voracidade da fome do sertanejo, o autor afirma:

O apetite do nosso sertanejo é simplesmente assombroso, pois nem sempre há o que comer. No tempo da manga, a meninada vive de cara amarela, breada de manga; no tempo de pequi, basta se ter o sal e a farinha, pois pirão, além de gostoso, é forte e cheio de sustança, que a gordura o pequi já tem. Na hora do de comer, quando têm, os meninos comem ao redor de uma gamela, traçando linhas de domínio ('Daqui prali é meu; dali pracolá, é seu'), dividindo o bolo em porções mais ou menos iguais, [...]. Enquanto na cidade grande, os pais adulam os filhos para comer, o sertanejo, de quando em vez, precisa é tomar à força o prato do seu (PÓVOA, 1989, p. 30).

O discurso do autor está repleto de situações nas quais há uma dicotomia entre o sertão, o “verdadeiro” Tocantins, e a cidade, e, em relação à gastronomia do sertão, o mesmo afirma, ainda:

Nossas coisas do mato são bem mais gostosas. Dá gosto a gente esbarrar num brejo, onde impera um buritizal, e lá ficar horas esquecido roendo buritis [...].

Um beiju (de massa ou tapioca) tem seu lugar, ainda mais besuntado de gordura de coco. Não essa que vendem aí, desodorizada, mas aquela de coco torrado e socado no pilão, que deixa no encastão da língua o sabor do mato.

Uma lasquinha de carne seca, bem seca, picada de comprido bem fina, afogada numa panela d'água bem temperada e engrossada com farinha de mandioca é o suficiente para uma deliciosa cabeça-de-bode, que está desaparecendo. E quando a carne anda vasqueira e a gordura falha, o sertanejo não se aperta: um picado de abóbora ou qualquer outro legume, temperado só com sal e pimenta, transforma-se no delicioso quibebe, que sustenta o pobre na época da safra da roça e na escassez de carne (PÓVOA, 1989, p. 90).

Essa dicotomia entre cidade e sertão, constante na obra de Póvoa, além de imprimir um saudosismo deliberado em relação ao que estava sendo perdido com as “modernizações”, delinea as representações do Tocantins e do tocantinense nos escritos em questão. Afinal, como já frisado, para o autor, o verdadeiro Tocantins é o sertão, espaço que é construído, em sua obra, dentro dos parâmetros da tradição. Tradição essa, que é por nós vislumbrada, nos termos propostos por Thompson (2008), para quem uma sociedade tradicional é aquela que, além de ser calcada na autoridade das expectativas baseadas nos costumes, vive uma situação onde as gerações se colocam em posição de aprendizes umas das outras e onde a lógica da produção e do trabalho é regulada pelas tarefas e necessidades imediatas.

No discurso de Póvoa, esse sertão, que propicia uma vida calma, brejeira e que imprime simplicidade às pessoas, é palco de situações pitorescas e bucólicas. Várias são as passagens dos escritos do autor que revelam a paciência e a ingenuidade do sertanejo, além de evidenciarem episódios inusitados ocorridos nesse espaço social. Como exemplo desses episódios, podemos citar a trama veiculada em uma crônica no livro “Conversa de Compadres”, publicado em 2001, quando um dos personagens vai à casa de outro para matá-lo. Lá chegando, de manhã bem cedo, anuncia ao dono da casa, a quem queria matar, que tinha ido lá para realizar tal feito. Não obstante, lhe oferecem café e, após uma longa prosa, o

pretendo assassino desiste de matar sua vítima e ainda a convida para uma visita em sua casa. O matador assim chega à casa de sua futura vítima:

_Vamo encostano, cumpad' Antõe!
 _ Inhor, não, a demora é curta, meu cumpadre. Só vim aqui a mode mata ancê, que tenho de volta pra broca minha rocinha! Por isso truxe intê um cumpanhêro mode abreviá! (PÓVOA, 2001, p. 8).

A nosso ver, o emissor, ao relatar a situação acima, em tom anedótico e engraçado, imprime em seu discurso, a visão de que esse acontecimento está fora dos padrões da civilidade e da racionalidade.

A simplicidade e a falta de informação são uma constante no comportamento dos personagens do autor. Em uma crônica que rememora a chegada de freiras espanholas para trabalhar em um ginásio da cidade de Dianópolis⁷⁹, na década de 1950, o autor relata um episódio ocorrido com um matuto que foi fazer uma entrega no colégio.

Lembro-me de um dia, quando chegou um matuto para vender uma carga de lenha no ginásio (onde as freiras moravam) e enquanto a madre Consolata foi lá dentro apanhar o dinheiro para pagar o homem, ficou a madre Glória na saleta com ele. Ficaram calados, porque ela não sabia conversar em português, e quando o matuto falava alguma coisa ela se limitava a arregalar os olhos sem entender, ainda mais que o palavreado dele era cheio de 'mode que', 'esturdia', 'condafé', 'pondoró' e outras peculiaridades. Vendo-se sem resposta e reparando que a madre Glória se esforçava para entendê-lo, o homem achou que devia pelo menos demonstrar que ele estava bem impressionado. E, querendo ser agradável, aproximou-se da religiosa e falou todo enfático, como se estivesse 'abafando': - Eta diabinha danada de bonita! (PÓVOA, 1988, p. 22).

Em outra crônica, o autor narra a história do major Valentin, personalidade pitoresca da antiga Vila de São José do Duro, que, ingenuamente, financiava um "curso de repetência" para seu filho em Belo Horizonte.

⁷⁹ A cidade de Dianópolis, antiga vila de São José do Duro, terra natal do autor, é sempre o local retratado em seus escritos. Dianópolis localiza-se no sudeste do Tocantins, fronteira com a Bahia. Contudo, no nosso entendimento, essa cidade pode representar os pequenos núcleos urbanos, de boa parte do antigo norte goiano e, hoje, do Tocantins. Pois, na nossa concepção, a vida rural do sertão, da antiga São José do Duro - hoje Dianópolis- com todas as suas agruras e encantos, podia e pode ser compartilhada por boa parte das pequenas cidades, de toda região que, mais afastada do processo de modernização inaugurado, na década de 1960 e intensificado no período pós autonomia do Estado, tinha e tem uma vida mais tradicional.

Era o símbolo da ingenuidade: durante anos, seu filho, Aduplínio, alisou banco aqui em Belo Horizonte, sem nunca passar do primeiro ano científico, mas engambelou o velho dizendo que precisava de mais dinheiro porque estava fazendo um curso muito pesado, o 'curso de repetência'. E o major Valentim propalava aos quatro ventos a especialidade do curso que o filho fazia (PÓVOA, 1998, p. 77).

Na mesma crônica, o autor relata um outro episódio que caracteriza a simplicidade desse personagem:

[...] comprou uma alpercata arreada, mas foi descalço para a cidade, deixando para calçá-la ao entrar na rua. 'pra não giblar nos gorgulhos'. Quase chegando, levou uma topada que lhe arrancou a cabeça do dedo. Sua reação foi a de comentar - com Aleluia, que viera ajudá-lo a levantar-se:
- Ainda bem que eu tava de pé no chão. Se tivesse calçado, era bem riscoso desferrar minha precata nova! (PÓVOA, 1998, p. 78).

O autor, em várias passagens de sua obra, faz menção à falta de informação do sertanejo, que só sabe o que acontece ali no sertão: "O dólar sobe, o cruzado novo fraqueja, sai presidente da República, entra presidente da República; morre o Papa elegem outro, e o sertanejo nem toma conhecimento nem dá notícia" (PÓVOA, 1998, p. 167). Essa falta de informação e esse distanciamento do sertanejo em relação aos acontecimentos ocorridos fora do âmbito do sertão nos faz lembrar Thompson (2008), que, ao estudar as práticas tradicionais vinculadas às massas populares na sociedade inglesa do século XVIII, faz referência ao distanciamento existente entre a *gentry* e as comunidades camponesas e artesãs, daquela sociedade.

As juntas militares se envolvem em golpes e contragolpes, os pretendentes ao trono trocam de lugar, os senhores da guerra realizam marchas e contramarchas, mas na base da sociedade os camponeses ou os trabalhadores nas *plantations* permanecem passivos, submetendo-se às vezes a uma troca de senhores, contidos pela força das instituições paternas locais, obrigados a se sujeitar pela ausência de horizontes sociais alternativos (THOMPSON, 2008, p. 40).

Quando o sertanejo vai para a cidade grande, muitas são as gafes que comete. Em uma crônica intitulada "'Ratas' não são novidades", há o relato de um

grupo de Natividade, cidade vizinha de Dianópolis, ao sul do Tocantins, que, em viagem para Goiânia, coloca dinheiro no lixo pensando estar contribuindo com a limpeza da cidade.

Mas história mesmo foi a "rata" que deu uma turma aqui da vizinha Natividade, quando, logo depois da Revolução, esteve passeando aí em Goiânia. Além de ser fato mais ou menos recente, integrava gente dita experiente, vivida, que já fizera viagens por aí. Logo após a posse de um diligente prefeito, este decidiu fazer uma campanha de limpeza na cidade, mandando espalhar em cada esquina uma cesta de lixo muito vistosa, com os dizeres: 'COLABORE COM A PREFEITURA', 'AJUDE A LIMPEZA PÚBLICA'.

Pois a turma de Natividade voltou quase sem dinheiro, de tanto 'colaborar' com a Prefeitura, botando dinheiro nas tais cestas, na mais eloqüente demonstração de seu espírito público (PÓVOA, 1998, p. 176).

Percebemos que o sertanejo tocantinense é construído, nesse discurso, como um sujeito acrítico, desinformado, simples, ingênuo, sem iniciativa e sem espírito empreendedor.

Com a falta do que fazer, o sertanejo vive é zanzando de um lado para outro, inteiramente desprovido de iniciativa. Em vez de plantar uma roça que lhe assegure o de comer durante um ou dois anos, alguns se limitam a brocar e plantar um quintalejo com umas touceirinhas de arroz, umas covas de milho, escassas toras de manaíba para garantir a mandioca e uma ou duas moitas de cana para terem o doce de temperar o café e a garapa dos meninos (PÓVOA, 1998, p. 187).

Nesses enunciados, está implícita uma visão depreciativa da sociedade rural tocantinense representada e construída por Póvoa. Essa depreciação revela uma ambiguidade nesse discurso, pois, como vimos, o emissor, em várias crônicas e contos, enaltece o sertão, a vida brejeira e calma do sertanejo, mas, como no fragmento citado acima, o mesmo não consegue relativizar a concepção de tempo e de produção de uma sociedade que é representada e construída por ele como tradicional. A nosso ver, essa depreciação das relações produtivas ocorridas no sertão provém da situação social do autor, o qual, que por ser oriundo das esferas sociais privilegiadas da sociedade em pauta, veicula a visão de mundo desses segmentos, que, ilustrados, não conseguem fugir da percepção de que a modernização e todos os seus atributos formam o parâmetro de organização

econômica, social e cultural a ser seguido. A visão de que o sertanejo não possui um espírito empreendedor é também expressada na narrativa feita sobre o personagem major Tonhá, comerciante da Vila do Duro. Com ares aristocráticos e de inteligência, Tonhá não encerrava uma boa conversa para vender alguma mercadoria da sua loja.

-‘Seo’ Tonhá, tem agulha?
 - Tem não! Respondia sem desgrudar os olhos do jornal.
 -Mas minha mãe disse que comprou hoje aqui....
 Ele voltava para o pequeno freguês, olhava-o demoradamente medindo-o da cabeça aos pés, e respondia meio reticente:
 -Ter, tem.....
 E voltando-se para o jornal, pisava no pescoço da conversa:
 -...mas não tem quem despache! (PÓVOA, 2001a, p. 78)

Esse personagem/sujeito construído pelo emissor delinea a possibilidade da existência de um tipo social no sertão que não vive conforme a lógica de mercado, do lucro, e que age conforme o seu prazer e a sua satisfação. Portanto, o sertanejo construído na obra em questão vive um mundo exclusivo, só seu, e tem uma vida tranqüila, pacata, em que a iniciativa não se faz presente. Ainda em relação à falta de iniciativa, que, conforme o autor, chega às raias da indolência, há os seguintes enunciados: “[...] a indolência do sertanejo não lhe abre os olhos para a necessidade de construir pelo menos um cercado para livrar as galinhas de um eventual ataque noturno de bicho do mato (PÓVOA, 2001a, p. 134). Vemos nesses enunciados que, mais uma vez, o emissor não consegue relativizar a concepção de trabalho e de tempo desse sujeito social, que, inserido por ele em uma sociedade tradicional, sem os valores e os princípios da produção capitalista, concebe o trabalho como uma atividade ligada à necessidade imediata e não o vislumbra como um processo distinto de outras atividades de seu cotidiano.

Outro atributo do sertanejo impresso pelo discurso do emissor é a sua hospitalidade. Em uma crônica há o relato do fato de os naturais da terra terem as portas de suas casas sempre abertas, enquanto os “chegantes” vivem com suas portas fechadas, demarcando uma fronteira entre o sertanejo e o forasteiro que chegava ao sertão. “No interior o costume de se deixar a porta da rua aberta fez com que o povo do Rio de Conceição, (cidadezinha a seis léguas de São José do Duro) achasse um tanto estranho que a casa do chegante José Antônio permanecesse

com a porta fechada (PÓVOA, 2001b, p. 15). Viver com as portas de casa abertas, sem grandes preocupações, de forma calma e brejeira: essa é a vida nesse sertão, a qual o discurso analisado enaltece, mas também - por meio do anedótico e de uma visão depreciativa, sobretudo em relação a falta de espírito empreendedor do sertanejo- deprecia.

3.1.2 Crendices e crenças

Muitos são os enredos dos escritos de Póvoa que constroem e representam um sertanejo afeito a crendices e crenças. São tramas pautadas em lógicas que legitimam aparições de mortos, feitiços e outras práticas sobrenaturais como fazendo parte do cotidiano daquele sertão. Em seu romance “Mandinga”, o autor descreve o medo de um personagem, Zezinzão, em percorrer um trajeto à noite em busca de uma benzedeira para um velho vaqueiro à beira da morte:

O medo aumentava, quando lhe vinha à mente a figura de Jesualdo de Tintim, que diziam estar aparecendo nas encruzilhadas, com o bucho de fora; o velho Narcísio, que, vez em vez, estava safanando as rédeas do animal de algum viajante solitário; pensava nos causos de visagem que pulavam na garupa dos cavaleiros. Zezinzão dava ganas de chorar. [...] Para culminar o medo, sem querer lembrou-se de que estava numa noite de sexta-feira. O lobisomem. O canjuri. O pé-de-garrafa. A mula-sem-cabeça. Tremia que nem vara verde. Com os olhos fechados, Zezinzão tinha medo de abri-los. Imaginava-se no meio de uma multidão de fantasmas marchando [...] (PÓVOA, 1998, p. 100).

Em seu livro de crônicas, “De Zé Guela a Pé de Janta - Os Causos que o Duro Conta”, publicado em 1989, há a narração de uma história em que a praga de uma mãe atinge um filho, Romanzinho. Esse personagem, ainda menino, ao provocar uma discórdia entre seus pais, que resultando na morte de sua mãe, foi amaldiçoado por esta antes de morrer: "a partir de então, passou a vagar pelo mundo, com o espírito do capeta encarnado, caçando jeito de atentar o povo." (PÓVOA, 1989, p. 23). Na mesma crônica, o autor descreve a história de um menino que desaparecera no sertão por dez dias na época de cheia; quando já dado por morto, o mesmo é encontrado e alega ter sido cuidado, todos esses dias, por sua

madrinha: "Todas as noites, a madrinha dele colocava-o em cima de um pau para não ser comido por bicho do mato" (PÓVOA,1989, p. 24).

O autor registra em seus escritos que há a crença da existência de olho e mão ruim no sertão tocantinense. Em relação a olho ruim, Póvoa afirma:

Há certas pessoas que não podem sequer conversar num recinto onde haja alguém doente, que dirá olhar a pessoa: se existe ferimento novo, advém logo uma hemorragia; se o ferimento já estiver em fase de cicatrização, a inflamação é certa, e há casos em que, já seco e sarado, assim mesmo não está escapo de inflamar-se. Se houver um doce ou sabão sendo preparado, e uma dessas pessoas vê, pode jogar fora: o doce fica ralo, não chegando a ficar de corte, e o sabão não liga a ponto de ficar em barra. O trem derrenga e raleia a ponto de virar água (PÓVOA, 1989, p. 25).

Para abordar a crença da existência da mão ruim, o autor descreve uma situação contada pelo seu pai:

Contava meu pai que no quintal de meu avô existia um pé de croá (um fruto no feitio de melão, de cor roxa e sabor enjoativo, que o dicionário chama de caraguatá), e um negrinho, cria da casa foi incumbido de ir lá apanhar uma daquelas frutonas. O negrinho se escusou, dizendo ter mão ruim, mas era ordem. Refugando, o negrinho foi, mas prevenindo que não ia dar certo aquela tiração de croá, que mandasse outro arrancar, que ele não queria levar culpa. Empurrado pela autoridade de mando, foi. E trouxe o croá. De tarde, o pé da fruta estava murcho; no dia seguinte, as folhas estavam apontando pro chão e o viço perdera-se como se medonha solama houvesse sugado a seiva e o verde (PÓVOA, 1989, p. 26).

Como já afirmamos, na lógica discursiva de Póvoa, o sertão é cheio de crendices, lugar onde os mortos se comunicam com os vivos e as assombrações são perfeitamente normais. Nesse local, onde o sobrenatural parece ser plenamente aceitável, os mortos aparecem em sonho para os vivos, apontando os lugares onde há tesouros escondidos: "Só se pode tirar dinheiro dado por defunto uma vez. Caso se fracasse, adeus! A alma aparece em sonho a outra pessoa e mostra o local". (PÓVOA,1998, p. 39) Ainda em relação à riqueza deixada por defuntos, o autor afirma:

Diz o povo que defunto que deixa dinheiro enterrado não encontra sossego no outro mundo enquanto não vem de lá oferecer a algum vivente o que

deixou oculto, às vezes em locais funestos - taperas abandonadas, cruzes-das-almas, portas de cemitérios, às vezes dentro da própria casa. Adianta a tradição que no momento do desenterro sobrevêm gemidos, meacodes, 'ai, meu Deus do céu!' e outras aleivosias, que seriam artifícios do Capeta para desencorajar o ganhador, uma vez que a alma doadora dele se libertaria no momento em que o ouro deixasse a terra (PÓVOA, 1989, p. 43).

Defuntos que aparecem em sonho para dizer o local em que estão enterradas fortunas, simpatias que curam e levam a encontrar assassinos fazem parte das crendices do sertão tocantinense delineado pelo discurso do autor. "Ouvi dizer que quando uma pessoa é assassinada, é só colocar na boca do morto uma moeda, que o criminoso fica sem achar jeito de fugir, acabando por entregar-se." (PÓVOA, 1989, p. 59). Em "Mandinga", o filho de um dos personagens centrais do romance, um rico e poderoso fazendeiro da região, é submetido a um tratamento nada convencional para curar-se do vício do alcoolismo, o chamado "cura-chilado":

Quando a bebida tomava conta de uma pessoa, levavam-na dormindo e colocavam-na no cemitério, em cima de um túmulo, bem fundo, rente ao muro do campo santo. Quando o sujeito acordava e - olhando para um lado e para o outro - não via viva alma, a não ser caburés e corujões piando feio sentados nas cruzes, assombrava-se e não queria mais, nem por alto, ouvir falar em pinga (PÓVOA, 1998, p. 114-15).

Para o discurso do emissor, o sertão tocantinense é o *locus* onde a crença no irracional é comum e a explicação da realidade se dá, muitas vezes, através do mítico. Em outra passagem do romance "Mandinga" (1998), há a narração da caça de uma onça que, durante muito tempo, provocava medo nas fazendas em meio ao sertão. Essa onça era considerada a encarnação do pai de um importante fazendeiro da região, e contava-se que a mesma só foi morta porque um vaqueiro mandara fazer uma bala benta: "[...] e só assim conseguira quebrar a mandinga do espírito do pai de Antoninho Leitão encarnado na besta-fera" (PÓVOA, 1998, p. 86).

Em uma crônica do livro "Conversa de Compadres", o emissor descreve um local que, em função das várias assombrações nele acontecidas, tornou-se muito temido por todos os habitantes da Vila do Duro:

É verdade que a cruz-das-almas que marca as saídas de todo lugar e onde se enterram os anjos pagãos, são locais tidos como visagentos, mas a

Tapera da Oração era mais que a cruz-das-almas, os cemitérios das chapadas e os locais de ouro enterrado, pois não se pode contar nos dedos o número de gente que teve arrepiantes visagens, ouviram gritos lacinantes e gemidos, ais, me-acodes, ai-meu-Deus-do-céu, naquela tapera (PÓVOA, 2001, p. 10).

Conforme os enunciados em análise, poderes sobrenaturais povoam o imaginário do crédulo sertanejo tocantinense, sendo que muitas lendas e mitos são utilizados para explicar o mundo do sujeito construído no discurso em questão.

Mitos e lendas fazem parte da vida do sertanejo [...].

Aqui nas minhas bandas do Tocantins, não se sabe o que é saci-perêre, mas já se fala em mula-sem-cabeça que dizem foi amante de um padre. Muito se fala, nos locais ribeirinhos, no negro-d' água e na mãe-d'água, e em todos os pontos do sertão, teme-se o pé-de-garrafa, que a imaginação sertaneja pinta de diversas formas, mas sempre com o pé de solado redondo que faz um rastro semelhante ao fundo de uma garrafa, daí seu nome (u.).

Um mito, mais temido que o próprio lobisomen e que a mula-sem-cabeça, é peculiar da minha região e cujo nome nem mesmo consta nos dicionários e tratados de folclore. É o canjuri, que o povo concebe como um caixão cheio de ossos que fica rolando nas encruzilhadas e fazendo o barulho arrepiante de tíbias e caveiras na madeira seca, ecoando longe e assombrando os cavaleiros (PÓVOA, 1998, p. 117).

Na lógica das crendices e superstições, o sertanejo construído por Póvoa encontra a cura de seus males através das práticas de curandeiros e benzedeiros, personagens extremamente respeitados nos enredos e nas tramas em análise:

No município de Conceição do Tocantins, é legendária a figura de paraguaio, um misto de curandeiro e rezador, cuja fama deixou raízes: curava doenças, livrava fazendas de cobra, fazia cachaceiro arrenegar a bebida. Morto paraguaio em época que não cheguei a alcançar, permaneceram o velho Severiano, nas terras de Dô Azevedo e Maria Segurada, na Cabeceira Verde. Severiano é o que se pode chamar de 'rezador', realizando prodígios - segundo o povo - a poder das rezas fortes, indo gente de longe para os mais diferentes casos. Maria Segurada, por seu turno, era a 'curandeira', que não mexia com rezas e feitiços, mas já curou males brabos de gente desenganada pelos médicos (PÓVOA, 1998, p. 183).

Mais uma situação envolvendo a esfera sobrenatural é narrada em uma crônica, em que um jovem muito confiável vai visitar a mãe de um amigo falecido.

Dali a pouco, Tia Palmira viu Berto perder a cor, apoiar o rosto nas mãos escoradas nos joelhos pelos cotovelos, e transpirar muito, a ponto de em poucos minutos empapar a camisa. Ela o chamou várias vezes trazendo-lhe algo para beber, a fim de tirá-lo daquele estado de agonia, parecendo uma vertigem. Muito depois, Berto se recompôs e, diante da perplexidade de Tia Palmira, conseguiu falar:

- Era seu fio. Ele apareceu aí nesse lugá e falô cumigo. Ele me pediu mode manda rezá uma missa pra ele. Mas ele quê a missa é cum as rezas veia! (PÓVOA, 2001, p. 25).

Percebemos, nos enunciados acima, que o emissor, além de construir um sertanejo que vê o âmbito do sobrenatural como algo corriqueiro e normal, ao fazer menção a uma “missa cum as rezas veia”, imprime no mesmo um sentimento religioso provindo de práticas populares não institucionalizadas. Para o sertanejo representado e construído por Póvoa, a religiosidade é algo inerente ao seu dia-a-dia, é ela que, através de festas de santos, folguedos e outras comemorações, organiza o calendário da sociedade em questão. Em seus escritos, o emissor assim narra os rituais de Páscoa acontecidos na antiga São José do Duro:

No tempo da Quaresma, era costume fazer-se penitência: jejum, rezas e peregrinação no meio da noite fazendo lamentações nas proximidades dos cemitérios e sepulturas perdidas nas chapadas que circundam São José do Duro.

Na igreja, os santos eram cobertos com espesso tecido roxo em sinal de luto, que era aberto no Sábado de Aleluia, quando a meninada se reunia em grupos e perambulava de porta em porta pedindo arroz, feijão, carne, gordura e farinha cantando:

‘Aleluia, Aleluia
Carne no prato,
Farinha na cuia,
Fogo no Judas!’ (PÓVOA, 2001, p. 19).

O autor continua a mesma crônica descrevendo as rezas da Quaresma da seguinte forma:

Lá longe no meio da chapada, ouvia-se um puxando a reza:

‘Lá vai outro padre-nosso,
Irmão das Almas,
Pra Fulano de Tal...’

Outro, do lado de lá, secundava, completando:

‘...que morreu de mal-nos-peitos,
Irmão das almas!’

A matraca tinha seco lá no oco da noite, representando a dor do mundo na Quaresma (PÓVOA, 2001, p. 20).

Em outra crônica, há a narração das visitas de um padre a São José do Duro, o qual, conforme os enunciados em análise, era querido por todos os habitantes da cidade e considerado um santo.

Todo mundo que o conhecia considerava-o santo. O mais empedernido pecador e o mais cético jamais deixaram de levar do padre Luso Matos uma impressão de santidade. [...].

Nas festas religiosas, quando ainda não tínhamos vigário, e na época das desobrigas e de primeira comunhão, muitas vezes quem vinha era o padre Luso, que a cidade recebia euforicamente: a igreja enchia-se, as procissões ganhavam mais fiéis, a via-sacra tinha maciça participação. [...].

Hóspede precioso, padre Luso era disputado por todas as famílias, que tinham a sensação de hospedar um anjo (PÓVOA, 2001, p. 51-3).

Nos enunciados acima vemos o quanto o emissor sublinha a religiosidade do povo tocantinense, evidenciada na crença da santidade de um padre e no amor que toda a comunidade nutria pelo mesmo. E, como já afirmado, conforme o discurso em questão, muitas vezes essa fé é vivenciada nas festas religiosas de cunho popular. Em uma crônica intitulada “O Giro da Folia”, o emissor faz os seguintes relatos:

Por ocasião de determinadas festas religiosas – a dos Santos Reis, do Divino Espírito Santo, do Senhor do Rosário, por exemplo - o festeiro, escolhido no ano anterior, promove a folia, reunindo um bando de foliões que percorrem o sertão angariando esmolas para o santo da festa. É a ironia de pedir esmolas a quem dela está precisando. Mas o fervor religioso e a força da fé desconhecem dificuldades. [...]

O mais pobre dos sertanejos sacrifica o último bacorinho, a derradeira galinha poedeira e consome todo mantimento restante no paiol para tratar bem a comitiva que lhe trouxe o privilégio de abrigar por uma noite a bandeira da misericórdia (PÓVOA, 1989, p. 55).

O emissor continua:

De manhã, repete-se o ‘beijamento’ da chegada, o alferes percorre todos os cômodos da casa, para depois cantar o agradecimento e sair com a folia rufando a caixa estrada afora, até que os ouvidos piedosos percam o som dos mensageiros da bem-aventurança, que prosseguem o ‘giro’, deixando atrás uma família como que bafejada pelo espírito sagrado, por ter agasalhado o santo, representado por aquela bandeira enfeitada de fitas coloridas e rendilhada de notas de cruzeiro que mãos trêmulas de emoção ali pregaram com alfinetes e até com espinho de tucum (PÓVOA, 1989, p. 55).

Através dos relatos citados acima, vemos que o emissor, ao delinear e enaltecer as práticas religiosas da cultura popular regional, está, mais uma vez, por imprimir e, também, por indicar um traço identitário ao povo tocantinense: povo pobre que, com uma fé incontestável, homenageia os santos e lhes credita esperanças.

3.1.3 Subserviência, apadrinhamento, assistencialismo

Nos enredos dos escritos de Póvoa, as relações estabelecidas entre os seus personagens/sujeitos, caracterizam os menos aquinhoados como subservientes e humildes, o que, sem dúvida, imprime mais um traço identitário a essa sociedade representada e construída pelo discurso em pauta.

“Quem me lê de vez em quando e toma conhecimento de causos e passagens ocorridos no sertão tocantinense, já formou uma concepção do sertanejo: crédulo, subserviente, humilde” (PÓVOA, 2001, p. 132).

As características dos sujeitos sociais construídos pelo discurso veiculado por Póvoa podem ser vislumbradas quando analisamos as relações estabelecidas entre as personagens dos seus escritos. Afinal, essas relações, além de caracterizarem a personalidade desses sujeitos, veiculam as práticas sociais que permeiam essa sociedade representada e construída na lógica discursiva do autor. O sujeito de Póvoa, apesar de viver as agruras de uma vida simples e rude, mantém a docilidade, a qual, quando esse sujeito é oriundo de segmentos sociais menos privilegiados, acaba por lhe imprimir a marca da subserviência em relação aos mais abastados e poderosos. A narrativa da morte de um vaqueiro sexagenário que trabalhou a vida inteira para uma família de abastados fazendeiros nos dá acesso tanto às características da personalidade desse sertanejo construído pelo emissor como ao papel atribuído ao mesmo nas relações sociais estabelecidas nesse Tocantins:

Apesar do achavascamento, o Capitão afinal decidira olhar o velho vaqueiro, o homem de confiança que, durante todos aqueles mais de vinte anos, não medira forças para cuidar do que era do patrão, como se fora seu. Era fazer pena o estado do velho Canela. Estirado numa cama de

varas forrada com um couro de gado, embrulhado numa coberta de algodão virgem, com um gemido doloroso na garganta, voz entrecortada pelo bafume no peito, e umas pontadas na passarinha. Mesmo assim, os lábios do negro velho se abriam num sorriso ao lobrigar o vulto do patrão adentrando o quartinho escassamente alumiado pela chama esmorecida de fifó dependurado no esteio. Negro velho foi sempre fiel. Negro Velho merece viver mais. [...] A estrada de Negro Velho está caminhando para a encruzilhada. O dia de Negro Velho está descambando para boca da noite, mas a noite de Negro Velho vai ser cheia de estrelas ao redor de uma luona bonita como a que Negro Velho sempre ficava admirando no terreiro (PÓVOA, 1998, p. 97).

Ainda sobre a morte do mesmo personagem: "Negro Velho parecia ter morrido alegre, levando o alforje calculado de bondade, de sorrisos, de subserviência, que sempre marcaram sua vida motivada apenas pelo apego ao patrão" (PÓVOA, 1998, p. 108).

A subserviência do sertanejo de Póvoa pode, ainda, ser exemplificada com a descrição da personalidade do personagem Joaquim Cursino: "Prestativo, serviçal, disposto a fazer tudo para agradar, Cursino vivia arqueado por um escadeiramento causado pelo peso. Dava a vida e um pedaço da alma para agradar meu pai, seu padrinho, e em cujas terras morava" (PÓVOA, 2001b, p. 3).

Essa subserviência, quando há abuso de autoridade por parte dos poderosos, leva os indivíduos a situações vexatórias. No romance "Mandinga", assim é recebido um vaqueiro que chega à casa de um fazendeiro:

-Boa tarde, 'Seo' Antunim!
Com cara de poucos amigos, Antoninho Leitão:
-É assim que se chega na casa de homem de bem? É assim que se salva uma pessoa honrada?
Boa velho ficou sem entender, e aventura:
Nhor não; se num é assim, cumo haverá de sê?
-A primeira coisa que cê deveria ter feito – ta escutando?-
Era, de cima do animal, ter falado: 'Ô de casa!'; então eu respondia: 'O de fora! Apeia e chega pra dentro!' agora cê volta, monta, vai até aquela rodeira de carro e faz isso!
Boa morde o beijo, olha a cara do homem, volta, monta, caminha uns dez passos, faz que tá chegando:
-Ô, de casa! (PÓVOA, 1998, p. 71).

Os abusos de autoridade nem sempre se restringem ao âmbito do engraçado, como na citação anterior, em "Mandinga", há relatos de truculência cometida por um capataz que prende um homem, ladrão de porcos.

No chão um homem amarrado fortemente com as mãos pra trás deixava ver o relho fino entrando-lhe nos pulsos, que as mãos estavam inchadas e vermelhas. Apresentava-se humilde, com roupa de algodão grosso quase esmolambado, rosto suplicante pregado no tauá da ladeirinha, deitado de bruços, cercado de curiosos, que se limitavam a comentar sussurrantes, sem, no entanto, ousarem enfrentar o vozeirão e a zanga de Zé Magro. O prisioneiro nem podia esboçar o mínimo gesto de defesa ou reação, que o pé firme e pesado de Zé Magro estava plantado em suas costas (PÓVOA, 1998, p. 145).

No discurso literário de Costa Póvoa, há a evidência de que os segmentos sociais privilegiados, da região, vivem acima da lei, agindo conforme os seus interesses, sem limitações. Em uma passagem do romance “Mandinga”, o emissor assim se refere a Zé Júlio, personagem filho de um grande fazendeiro da região do Duro que rouba a esposa de um vaqueiro e depois a abandona: “[...] no sertão, filho de rico faz o que quer: bebe, afronta, assoberba e faz até besta dos outros” (PÓVOA, 1998, p. 78). Seguindo essa mesma lógica, o autor afirma que no sertão as leis são feitas pelos mais fortes, ou seja, pelos privilegiados: “no sertão, onde a lei do mais forte prevalece, a lei de talião costuma ser aplicada” (PÓVOA, 1998, p. 67).

A sociedade tocantinense de Póvoa, além de conviver com o mandonismo dos poderosos, é também permeada de relações de apadrinhamento e assistencialismo. Em vários enredos, há a narração de práticas em que os personagens mais abastados do lugar, especialmente em função de terem inúmeros agregados, “auxiliam” aqueles oriundos de segmentos menos aquinhoados.

[...] cuidaram da sobrevivência de Chico: mãos caridosas juntaram documentos e certidões para aposentá-lo. E aposentou-se. E dava todo o seu dinheiro – dinheirinho de pouca serventia para outro qualquer, mas para ele muito – para uma pessoa controlar e assim evitar que ele saísse distribuindo para os mais desgraçados da sorte (PÓVOA, 2001a, p. 110).

Um outro exemplo de apadrinhamento e assistencialismo caracterizando as práticas sociais da sociedade representada e construída por Póvoa é o da personagem Evarista, espécie de dama de companhia da mãe do autor.

Mãe nunca teve natureza de ralhar com os mais de sessenta netos, que vivem botando a casa ao avesso, e dona Evarista, que ela arranhou na Bahia, se incumbia de dar o basta à traquinagem da menina. Tão certo se

deram, que mãe arranjou sua documentação e aposentou-lhe pelo Funrural. Era a companheira de missa, de conversa e uma zelosa caseira. [...] Há poucos anos more-lhe dona Evarista, após mais de duas décadas de companheiragem (PÓVOA, 2001b, p. 69).

No discurso veiculado pelo autor, notamos que, além das relações de apadrinhamento serem constantes, as famílias mais pobres permanecem por gerações na condição de agregadas dos mais privilegiados financeiramente.

Manoel Corrente, mas era simplesmente Né Velho, atravessando a casa dos mais de setentanos, morando com minha mãe, como gente da família, continuando a tradição de ver passar sob o teto lá de casa quatro gerações dos Corrente: a velha Maria Corrente (filha de Chica, sobrinha de Né) e Nádia (filha de Chica, sobrinha de Né). As duas primeiras morreram, as duas últimas foram-se embora (voltando muito tempo depois). Ficou Né (PÓVOA, 2001b, p. 33).

Também sobre a família Corrente, o autor comenta, em outra crônica:

Nesse negócio de criar filhos dos outros, lá em casa existe até a particularidade de ter passado sob o seu teto nada menos que quatro gerações: a velha Maria Corrente, mãe da velha Chica, mãe de Maria Corrente Neta, mãe de Nádia. A velha Maria Corrente foi cria de meu avô, e depois de Chica meu pai é quem pegou a incumbência de acabar de criar as três gerações. A bisneta da velha Maria Corrente, Nádia Maria, morou com minha irmã Regininha, 'emprestada' por minha mãe para a ajuda da criação dos netos (PÓVOA, 2001b, p. 67-8).

Está evidenciado, nas citações acima, que a sociedade tocantinense foi reelaborada pelo emissor com um viés extremamente tradicional, o qual respalda os mais privilegiados a manterem, em suas famílias, gerações de agregados, podendo, inclusive, "emprestá-los" entre si. Resguardadas as diferenças, é o que Thompson (2008), analisando a sociedade tradicional inglesa do século XVIII, entende como relações sociais que favorecem o controle por parte dos mais aquinhoados, já que essas relações parecem, ao mesmo tempo, econômicas e sociais, relações entre pessoas, e não pagamentos por serviços e coisas. São, ainda conforme esse autor, relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência.

É importante salientar, também, que esse discurso evidencia uma lógica que percebe essa situação de dependência e de exploração como algo dentro dos padrões da normalidade. Sem dúvida, essa lógica está estreitamente ligada com a situação social do emissor, que, oriundo de uma família tradicional que mantinha e mantém essas práticas, as considera normais e até benéficas para ambas as partes: senhores e agregados.

3.1.4 A mulher em papel subalterno

O papel atribuído à mulher nos enredos e nas tramas em pauta é o de submissão. Geralmente assumindo uma posição de dependência em relação ao poder masculino, a mulher aceita vivenciar situações nada corriqueiras. Em uma crônica publicada em 1989, o emissor narra a história de um comerciante que coabitava com a esposa e a amante e, não obstante essa situação, eram as duas que trabalhavam para ele no comércio, além de serem submetidas a situações de exploração e vexame.

Um dia, morreu um cavalo perto da casa dele. Como o pesado do serviço era incumbência das mulheres, ele ordenou:
Arrastem o cavalo o joguem no rio!
As pobres escravizadas entreolharam-se com olhos indagativos, uma teve coragem de inquirir:
Jogar, como? A gente não vai dar conta de arrastar um cavalo Zé Antônio!
Ele deu o jeito: foi lá dentro, pegou um machado e entregou a elas.
E o povoado de Rio da Conceição inteiro assistiu à inusitada cena das duas mulheres esquartejando o cavalo e jogando no rio enquanto ele ficou deitado no balcão da loja contando caso de onça sem cachorro (PÓVOA, 1989, p. 82).

No final dessa crônica, as duas mulheres abandonam o truculento companheiro; porém, o fato de elas terem aceitado coabitar na mesma casa e passar todo tipo de exploração é significativo para caracterizar o papel feminino nessa sociedade. Em outras passagens dos escritos do autor, também é perpassada a ideia de que a truculência masculina é algo comum nas relações entre homens e mulheres desse Tocantins: "Explodindo de raiva, o pai foi para casa e castigou a inocente mulher de tal forma que lhe provocou a morte" (PÓVOA, 2001a,

p. 13); "Ao voltar, Santo até quis matar a mulher, que fugiu para casa do pai, com quem passou a viver, não sei se até hoje, pois mulher é uma nação de gente que costuma voltar com a mesma constância" (PÓVOA, 2001a, p. 92).

Em uma outra crônica, o autor narra a história de um casal em que a esposa, infértil, aceita criar os filhos de seu marido com a amante.

[teve] com Ondina, costureira de boa procedência moradora a cem metros, na mesma praça, um filho, que veio acender no íntimo do coletor a chama da felicidade. [...].

De pequeno, o menino passou a morar nas duas casas, pois Minervina, apesar de uma inicial e natural repulsa em conviver com aquele bastardinho, acabou aceitando-o e tendo-lhe muita afeição, talvez para compensar sua esterilidade. Até casar-se, Charles/Renivan gozou de todos privilégios na casa de Minervina, a quem chamava de Mãe Ina. [...].

Quando o primogênito estava grandinho, e vendo que não houvera reações no lar, Osório arranjou o segundo, Ubirici, que lhe herdou a cor da pele. [...]. Por derradeiro, nasceu Zeila, hoje moçona, que veio trazer o toque feminino à família. Os três foram criados com a mãe e com Minervina, que lhes deu educação, carinho, afeição, como se eles tivessem brotado de seu estéril leito (PÓVOA, 1989, p. 135-6).

Vemos, na citação acima, que nessa sociedade delineada pelo autor os homens fazem praticamente o que querem, enquanto que à mulher é reservado um espaço de aceitação e compreensão. Em outra crônica, em tom anedótico, o autor narra a história de um fazendeiro que, nos casamentos de suas filhas, fazia grandes festas, enquanto que, no casamento de seu único filho não fez nenhuma comemoração, pois, nas palavras do próprio personagem: "- No caso das meninas, eu fiz festa porque estava dando a carga pros burros; desta vez, não tenho motivo pra festa:eu que estou fornecendo o burro pra carga!" (PÓVOA, 1989, p. 140).

Em seu livro de crônicas, "De Zé Goela a Pé de Janta:" Os Causos que o Duro Conta (1989), o emissor narra a história de Rosinha, uma migrante dele conhecida que chega na Vila do Duro com filhos pequenos e viúva. Mulher forte e batalhadora, Rosinha integra-se à sociedade local, casa-se com um natural da terra e, mesmo separando-se, consegue criar seus filhos com dignidade. Porém, no final da crônica, o emissor relata o fato de que, surpreendentemente, ele descobrira, através de um filho de Rosinha, já adulto, que ela era um homem: "Mas Ramiro me advertiu que embora todo mundo conheça Rosinha, é melhor mesmo é chamar pelo seu nome de batismo: Rosalino José Rosa" (PÓVOA, 1989, p. 94). Ou seja, na

lógica discursiva em pauta, uma mulher forte e independente na verdade só poderia ser um homem.

Nessa mesma lógica, outra personagem, Dona Goiana, fazendeira muito dinâmica da Vila do Duro, evidencia a idéia de que uma mulher forte e trabalhadora não pode conciliar suas atividades com uma vida feminina.

Dona Goiana, que por notícia de Posse, era daquelas mulheres destemidas, que enfrentam qualquer pega-pra-capar: [...] Pouca gente conheci que tivesse a disposição de Dona Goiana: sozinha, administrava a peonagem da fazenda, labutava em tudo quanto era serviço, chamando o vaqueiro às falas quando era necessário, vendendo gado, fazendo cercas, comprando bezerros, na rua, sustentando o comércio com armazém de secos e molhados (PÓVOA, 2001a, p. 152-3).

E o autor continua:

Casada com o legendário Cel. Abílio Wolney, pouco durou a união, que se desfez sem ressentimentos, e viviam os dois pacífica convivência, cada um na sua casa, e acho que sua natureza de cigana era uma pedra no caminho de dona-de-casa, que talvez ela não tivesse paciência de ficar ali dentro de casa confinada num pequeno universo onde a administração se resumia no lavar roupas, varrer casa e fazer o de comer (PÓVOA, 2001a, p. 153-4).

Percebemos nos enunciados das citações acima que mulheres fortes e destemidas ou não são mulheres propriamente ditas, como é o caso de Rosinha, ou, por não vivenciarem uma situação de donas de casa, não podem manter, por exemplo, um casamento. Submissas ao poder masculino, raramente as personagens femininas de Póvoa contrariam a vontade dos pais ou maridos, e quando isso ocorre, as mesmas, muito ingênuas, são ludibriadas e enganadas, vivenciando uma situação trágica. Esse é o caso de Marta, que, para casar-se com um forasteiro contra a vontade de seu pai, finge estar grávida. Em função da falsa gestação, contrai núpcias com o consentimento dos pais e vive uma tragédia. O marido, após o casamento, demonstra ser mau caráter, e quando o pai da moça descobre que ela não estava grávida, assassina o genro.

Transtornado, o velho Borges pegou uma garrafa que havia em cima da mesa, quebrou-lhe o fundo com uma pancada firme na quina do portal e avançou pra cima do genro, que nem teve tempo de se levantar da espreguiçadeira: levou vários e rápidos golpes pela cabeça e pescoço e ficou ali mesmo todo ensangüentado, apenas folguejando, morrendo em poucos minutos com a jugular aberta, enquanto o velho, transtornado, batia a porta e saía (PÓVOA, 1994, p. 89).

Outra situação trágica decorrente de um comportamento feminino que foge à obediência é a que acontece com Petronília. Essa personagem, casada e com dois filhos pequenos, apaixona-se pelo filho de um rico fazendeiro e foge com ele. Abandonada pelo amante, tenta voltar para casa, mas é rejeitada pelo marido e não pode reaproximar-se dos filhos.

Zé Júlio enfiara conversa besta no ouvido de Petronília, mulher de Rãe, convencendo a bestona a fugir na sua garupa. Ela, muito da bobó, aceitou. Sumiu dum dia pro outro, confiada em promessa de casamento. Poucos meses depois, abandonou-a sem explicação alguma. 'O quê?! Seu marido é outro! Num te obriguei a me acompanhar. Ce né menino.....Cê sabe o que faz.....Então eu ia casa com quem tem filho com outro? Gosto de quenga, não!' Quando ela viu o resultado, quis voltar, mas Rãe não aceitou. Que fosse caçar Zé Júlio, pois ele- Rãe não era de levar desaforo. A pobrezinha pediu pelos filhos, não e não! Ele era pai e saberia cuidar deles, criando-os com a avó. Petronília fazia pena. [...] A pobrezinha da Petronília sorveteu no mundo, com o coração despedaçado de saudade dos filhos, um dos quais pichitinho ainda, a menininha-mulher. Nunca mais deu notícia (PÓVOA, 1998, p. 78).

Nas obras analisadas, só uma personagem feminina não aceita uma decisão paterna e ainda consegue ser feliz: é Madá, do romance "Mandinga". Madá, filha de um rico fazendeiro, fora prometida, desde criança, ao filho de outro fazendeiro da região. Contudo, apaixonando-se por um empregado da fazenda de seu pai, Constâncio, foge com ele no dia do seu casamento.

A moça fez foi fugir na hora do pega-para-capar. Desapareceu no mundo, virou alcanfor. Ninguém lhe sabe, até hoje, o paradeiro. O rapaz de olhar manso, o torrador de farinha de Ondino Circuncisão, também tinha sumido. O cavalo baio do velho, a princípio, deram-no como mais um que a pintada tinha carregado. [...]. Depois, associando-se os fatos, chegou-se à fria realidade: Constâncio fugira com Madá (PÓVOA, 1998, p. 70).

Porém, apesar de fugir de casa no dia do seu casamento, deixando seu pai profundamente amargurado, Madá mantém-se casta até conseguir casar-se.

Constâncio, alma boa e honesta, respeitou a amada como a mais pura das virgens, embora seu instinto lhe cutucasse pedindo para consumir o que teimava em atezar-lhe o espírito. [...] Tantos dias e léguas andaram, que foram encontrar um padre, por acaso, debaixo de um pequizeiro, meio-dia em ponto, a muitas léguas da morada mais próxima. (PÓVOA, 1998, p. 173).

Tentando convencer o padre a efetivar o casamento ali mesmo, Constâncio afirma que: “Madá não merecia viver com ele acasalado como bicho do mato e que nada tinha feito a ela porque não achava direito” (PÓVOA, 1998, p. 174). O casamento ocorreu embaixo de um pequizeiro, e os dois foram felizes para sempre, sendo que, no final do romance, Madá reaproxima-se de seu pai, que a aceita, assim como o seu marido. Como já afirmado, esse é o único caso em que uma personagem feminina do autor desobedece a vontade paterna e consegue ser feliz. Contudo, percebemos que Madá manteve um comportamento dentro dos parâmetros religiosos e tradicionais, casando-se virgem e recebendo a benção matrimonial de um padre; isso, na lógica de um discurso tradicional em relação à mulher, legitima um destino feliz.

Nesse discurso tradicional em relação à mulher, não há espaço para mulheres que vivam de forma desregrada ou que desrespeitem a vontade masculina. Em apenas uma passagem da obra do autor há referência à existência de prostitutas, é em um conto que se desenrola em meio a um garimpo.

Da casa, a festa ia, invariavelmente, terminar na zona de meretrício, onde as mundanas riam a bom rir, explorando até os últimos trocados aqueles que derretiam cada minuto e cada níquel nos braços mercenários das escassas decaídas, todas fazendo-se de difíceis naquele lugar abundante de homem e escasso de mulher (PÓVOA, 1994, p. 31).

No discurso de Póvoa, predomina a mulher cordata, frágil e ingênua; contudo, apesar dessa visão, certas personagens femininas, da obra do autor, são muito respeitadas por todos. Esse é o caso daquelas que ocupam posições de benzedeadas e parteiras e, por dominarem técnicas de cura e rezas, detêm um

poder, que todos respeitam. No romance "Mandinga" (1998), em muitas passagens há referências à Dona Pulu, parteira e benzedeira que a todos curava com suas rezas e receitas.

Era a velha Pulu, rezadeira de reza forte contra resguardo quebrado, arca caída, izipa, erisipela, merma, murrema na boca do coalho, além de curar cavalos e bois. A reza era tão forte, que bastava benzer o rastro do animal de bicheira ou ofendido de cobra com uma folha verde, que os bichos e as varejeiras caíam todos, e a rês sarava. Mezinha, não havia ninguém melhor para dar [...] (PÓVOA, 1998, p. 43).

Em relação às funções de parteira de D. Pulu, assim se refere o emissor:

Cheia de badulaques pelo pescoço, cabeça amarrada com um pedaço de algodãozinho ralo e sujo, a velha Pulu estava acorodada junto ao ceveiro de galinhas dando-lhes a ração de milho. Galinhas pra mulher de Catulino comer pirão durante o resguardo. A velha Pulu, além de curandeira e de ter força com reza forte, era a parteira de Boa Tarde. Era a dor pinicar, o povo chamar a velha Pulu para aparar o bacuri (PÓVOA, 1998, p. 77).

Outro exemplo que aponta para uma valorização dessas mulheres no discurso em análise é a referência a uma personagem extremamente valente que, segundo o autor, viveu no sertão do Duro: a velha Maria Bonfim, destemida caçadora de onças: "[...] a velha Maria Bonfim tinha uma fama que os homens, com raríssimas exceções, não tinham: era uma caçadora de onças" (PÓVOA, 2001, p. 21). É interessante observar nesse enunciado que fica implícita a ideia de que o fato de uma mulher ter mais *status* que os homens é uma exceção. A técnica utilizada por Maria Bonfim para matar as onças era o cacetete. Conforme o emissor, a mesma, através de pauladas, já havia matado mais de setenta onças. Considerando-se o fato de a onça ser um animal muito temido no sertão e de provocar a morte do gado, ter na comunidade uma mulher caçadora de onças é significativo no sentido de atribuir uma importância à mulher; porém, essa é uma situação de exceção, e a lógica discursiva de Póvoa predominantemente imprime à mulher um papel de submissão nesse Tocantins tradicional representado e construído por ele.

3.1.5 Preconceito étnico

O emissor deixa perpassar todo um preconceito étnico que permeia as práticas sociais da sociedade representada e construída por ele em sua obra: "Nezinho, que não gozava de conceito muito alto, mercê de ser preto e não ter serviço certo, passou a ser a palmatória do mundo" (PÓVOA, 1998, p. 44); "Morto Joaquim Paraguaio, meio-índio-meio-gente, restou o velho Severino [...]" (PÓVOA, 2001, p. 90). Relatando a chegada de uma congregação de religiosas na Vila do Duro, o emissor afirma que as mesmas, em função de serem de origem européia, demoraram para acreditar que negros eram gente: "Na rua em frente do ginásio morava Olímpio, marido de Glória, ambos de cor negra. Vindas de um lugar onde preto é fruta rara (senão inexistente), as freiras custaram a acreditar que era gente" (PÓVOA, 2001, p. 108).

Ao caracterizar muitos de seus personagens pela etnia, pela cor, o emissor torna o fator étnico uma espécie de estigma impresso nos mesmos: "Lembro-me perfeitamente do major Valentim. Acho que não é privilégio nenhum guardar na memória por muitos anos sua imagem: Forte, preto retinto, que de branco só tinha os dentes e o caroço do olho, voz espremida, morando na fazenda" (PÓVOA, 1989, p. 77); "Não demorou muito, apareceu-me na casa onde me hospedara um senhor muito simpático, preto retinto, chapéu de couro ensebado, voz grave e pausada, palavras medidas, [...]" (PÓVOA, 1989, p. 91); "O estafeta era o velho Gumercindo, com aquela carinha de macaco desmamado, preto que nem sabão de decoada, que fazia suas viagens montado num jegue" (PÓVOA, 1998, p. 120). Em relação a Antonhão, um dos personagens emblemáticos da antiga São José do Duro, o emissor afirma: "mas Antonhão, que era mais grande do que inteligente, não tivera tino para imaginar que uma pessoa de alma branca que nem ele nada podia dever à sociedade" (PÓVOA, 1994, p. 73).

Em uma crônica, assim se refere o autor sobre um grupo de ciganos, que se instalou, temporariamente, em sua terra natal:

Via de regra, os ciganos são vadios, cachaceiros, caçadores de indaga, vivendo de trambiques, trocando seus esqueléticos rocinantes por animais de catadura melhor, ou vendendo tachos de cobre falsificado. Enquanto as mulheres, desfilando saias rodadas e cheias de babados até os tornozelos,

escandalosamente coloridas, saem de casa em casa vendendo tachos 'de cobre' e iludindo o povo com os mistérios da cartomancia e da quiromancia, a ler a 'buena dicha' (PÓVOA, 1989, p. 143).

Diante dos exemplos citados, podemos afirmar que o preconceito étnico, visível na lógica dos enunciados do autor, delimita posições sociais aos seus sujeitos/personagens. Os negros, assim como membros de outros grupos étnicos, como os ciganos, são retratados, na maioria dos enredos e das tramas de Póvoa, em situações que lhes demarcam características pejorativas, falta de inteligência ou, ainda, subserviência. Sendo assim, muitas vezes o autor hierarquiza a sociedade por ele construída por meio de critérios étnicos, em que os sujeitos que ocupam as posições sociais mais consideradas dessa sociedade vêm a ser os indivíduos pertencentes à etnia branca. Isso se torna flagrante não só pelo fato de os personagens brancos ocuparem lugares sociais mais importantes na sociedade em questão, mas também pelo fato de o emissor não fazer menção aos mesmos serem brancos quando das suas apresentações em seus enredos e suas tramas, diferentemente dos membros de outras etnias, que têm essas características destacadas de forma “engraçada” ou negativa.

Sem dúvida, essa visão social transmitida no discurso em pauta, permeada de preconceito étnico, é oriunda do espaço social ocupado pelo emissor, da visão de todo um grupo do qual ele, aqui, é um porta-voz ou, como diria Bourdieu (1996), um procurador.

3.2 Memória

O emissor, ao representar e construir a sociedade tocantinense, lança mão, constantemente, da memória⁸⁰ de tempos idos. São rememorações de acontecimentos históricos ocorridos na região, antes do seu nascimento e que, ao que tudo indica, são retratados através de reminiscências de sua terra natal, lembranças do que ele ouviu contar. É importante salientar que essa memória

⁸⁰ A memória é aqui analisada através de fundamentos teóricos considerados importantes para a abordagem de um discurso literário. Já no próximo capítulo, quando analisamos o discurso da Imprensa, em função das peculiaridades desse objeto de estudos, nos baseamos em aportes teóricos diferenciados dos utilizados no presente capítulo.

fragmentária, calcada na experiência individual e da comunidade, não é aqui abordada para a tradução integral do passado. Não estamos procurando rigor empírico nessas memórias, pois é mais a função comemorativa do que a verdade do que é comemorado que nos interessa.⁸¹ Além disso, como Fentress e Wickham (1992), acreditamos que as lembranças são efetivadas pelas perspectivas e demandas atuais e que a memória é a reatualização permanente do passado a partir das demandas do presente. E, de acordo com os mesmos autores, para a construção da identidade local, é o ato de comemoração que é funcionalmente relevante, e não a verdade factível do que é comemorado.

Na obra de Póvoa, essa memória de acontecimentos históricos ocorridos na região antes do seu nascimento é pano de fundo para ilustrar alguns enredos que envolvem personagens reais com a ficção. E, como mostra Pesavento (2005), a literatura, quando traz marcas de historicidade, através da narrativa de um “como poderia ter sido”, também incorporando no texto, o que se diz e o que se ouve contar, acaba por fazer o leitor reconhecer-se no narrado, perceber no texto coisas que são suas, ligadas, portanto, a aspectos de sua identidade. Ainda conforme a mesma autora, a literatura, que sempre parte da verossimilhança, sem preocupar-se com o rigor da verdade, e que tem um teor lúdico, pode, assim, construir uma narrativa que é recebida como história pelos seus leitores. Afinal, estes, mesmo sabendo que a trama do enredo não aconteceu, fixam essa narrativa na memória como representação emblemática de um passado, o qual, remorado pela escrita literária, além de se adequar a um presente, constrói um elo de ligação com este, respondendo à necessidade que a construção dos processos identitários tem de um sentido de continuidade no tempo.⁸² No nosso entendimento, esse pode ser o caso da obra de Póvoa quando esse autor lança mão de acontecimentos ocorridos no sertão nas décadas de 1910 e 1920.

Várias são as passagens dos escritos do emissor em que há referência a um episódio ocorrido no sertão no final da década de 1910, quando rivalidades entre um coronel da região do Duro e a oligarquia Caiado - que na época detinha o poder político do estado de Goiás - provocaram a morte, por enforcamento, de nove

⁸¹ Ver sobre a importância do ato de comemorar para a construção de um grupo social: FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992. p. 116 e ss.

⁸² Nosso entendimento sobre a intrínseca relação entre memória e identidade, está explicitado, de forma mais detida, no terceiro capítulo desse trabalho.

membros, da elite da região da Vila de São José do Duro. Esse episódio, que é constantemente lembrado nas crônicas de Póvoa e que já foi tema de obra literária de outros autores, assim como de um filme⁸³, é assim descrito na crônica “A Capelinha dos Nove”:

Todos conhecem pelo nome de ‘Os Nove’ a parte da cidade que leva à saída para a Bahia: ‘Fulano mora nos Nove’, ‘Fui a uma festa nos Nove’, e assim por diante. O nome, aparentemente sem propósito, está ligado ao fato histórico de 1919 que, por seu turno, está inserido na história política do Tocantins (PÓVOA, 1989, p. 159).

Nesse trecho da crônica, fica explícita a recorrência da memória em função de uma demanda do presente. Afinal, esse episódio, ocorrido em 1919, quando a região ainda pertencia ao estado de Goiás, é trazido para o presente para compor a história política do Tocantins, estado criado no final do século XX. Percebemos aqui a memória, o passado sendo utilizado para sanar o que Ricoeur (2003), indica como uma das fragilidades da identidade: a de manter-se a mesma ao longo do tempo. Nesse caso, é um passado de lutas e conflitos com o Sul de Goiás, aqui representado pela oligarquia Caiado, que é eleito para ilustrar a história do novo estado. A memorização desse episódio é utilizada para dar continuidade histórica ao Tocantins, para criar um elo entre passado e presente, tão necessário à construção de um processo identitário. E o autor continua:

No início do século, a exemplo de outros Estados brasileiros, imperavam os coronéis, que mandavam e desmandavam dentro de seus domínios. Na Vila de São José do Duro (hoje, Dianópolis), a liderança político-econômica era exercida pela família Wolney, que tinha como patriarca o intocável e lendário coronel Joaquim Aires Cavalcante Wolney. Seu filho, Abílio Wolney, falecido em sessenta e pouco, exímio político e de cultura assombrosa, despontou como uma das maiores capacidades do Estado, elegendo-se deputado e sendo cogitado para a presidência, provocando uma cisão entre os Wolney e a cúpula governista, liderada pelos Caiado. Como represália, Totó Caiado, então presidente, nomeou gente de sua confiança para os cargos públicos da Vila do Duro, dentre os quais o de juiz municipal (Manoel de Almeida) e de coletor estadual (Sebastião de Brito Guimarães), sobrinho do coronel (mas seu inimigo político), a fim de dar um basta à hegemonia dos Wolney (PÓVOA, 1989, p. 159).

⁸³ Os livros *O tronco* de Bernardo Élis e *Quinta Feira Sangrenta* de Oswaldo Póvoa e o Filme *O Tronco*.

A narrativa prossegue afirmando que querelas dos Wolney com esses funcionários nomeados pelo governo Caiado fizeram com que estes viajassem para Goiás Velho e denunciassem o coronel Wolney para o então presidente do estado, que mandou o juiz Celso Calmon Nogueira da Gama, acompanhado de setenta praças, para São José do Duro, a fim de arrasar os Wolney.

Chegando à Vila, o juiz procurou aproximar-se dos Wolney, que já haviam deixado o povoado e se refugiado na fazenda Buracão, a duas léguas dali, com enorme contingente de jagunços armados até os dentes. O juiz, velha raposa, fingindo demonstrar paz, foi desarmado e lá convenceu o velho coronel [...] a dispensar a cabroeira, em troca de sua impronúncia. [...].

Malmente soube da fazenda inteiramente desguarnecida, o juiz mandou invadi-la com a força policial, e os soldados assassinaram e saquearam o lendário coronel, levando sua família presa para a Vila do Duro, no dia de Natal de 1918.

Abílio Wolney, que conseguira furar o cerco, ficou revoltado (e estava coberto de razão) e viajou para a Bahia, onde recrutou mais de duzentos jagunços para tomarem a Vila e aniquilarem a força policial (àquela altura, o juiz já tinha ido embora, com a missão cumprida, deixando, apenas a soldadesca) (PÓVOA, 1989, p. 160).

E a narrativa prossegue:

Quando soube da atividade de Abílio, o comandante da força, Antônio Seixo de Brito, mandou recolher ao velho tronco de castigar escravos várias pessoas ligadas à família Wolney, como reféns, para obrigar Abílio a recuar: Wolneyzinho (irmão), meu avô Benedito e seu filho menor, Joca (amigos), o compadre João Rodrigues e seus filhos Nilo e Salvador, João Batista Leal (cunhado), Messias Camelo (sobrinho afim de meu avô) e Nasário (camarada de João Rodrigues).

Quando a jagunçama atacou, em 16 de janeiro de 1919, os reféns foram friamente assassinados, e os nove foram enterrados em cova rasa nas cercanias da Vila, onde existe a capelinha, conhecida como a Capelinha dos Nove, dando nome àquele lugar (PÓVOA, 1989, p. 160).

A lembrança dessa saga, no discurso de Póvoa, tem um sentido significativo para vislumbrarmos a forma com que esse discurso revela indícios de traços identitários tocantinenses e instiga a construção dos mesmos. Ele revela indícios, na medida em que o autor, em vários trechos da sua narrativa, faz menção a locais da Vila do Duro que sediaram as disputas, a pessoas que lutaram, demonstrando que lançou mão do que ouviu contar, do que se disse sobre o episódio, da memória da comunidade sobre o ocorrido. Isso indica, então, que a memória dessa luta heroica,

de antepassados está inserida na engrenagem identitária da comunidade que se sente herdeira desse passado. E esse discurso incentiva a construção de traços identitários, porque retrata a coragem de um grupo de antepassados dos habitantes da São José do Duro e invoca a martirização dos mesmos, ou seja, o discurso heroiciza esse grupo, fornecendo um passado relevante para a comunidade, o que, no nosso entendimento, instiga um sentimento identitário positivo no sujeito tocantinense.

O autor, quando da sua estada em Minas Gerais escrevendo crônicas para um jornal, ao descrever a cidade de Dianópolis para seus colegas jornalistas e leitores de Minas Gerais, faz menção a essa sangrenta luta da seguinte forma:

A cidade já teve seus dias de glória, quando só havia gente daqui mesmo, mas com a chegada de gente de fora, está ficando cosmopolita até demais. Tem uma história muito triste, que Bernardo Élis retratou no seu romance ' O Tronco', onde a polícia de Totó Caiado matou, a sangue frio, vários parentes meus, entre eles meu avô e um tio menor. E sobre o assunto, meu irmão Osvaldo Rodrigues Póvoa escreveu 'Quinta-Feira Sangrenta', que, sem bancar o cabotino, recomendo como excelente e quem quiser conhecer nossa história deve ler (PÓVOA,1989, p. 46).

Outro acontecimento histórico ocorrido na região e que é trazido pela memória para o discurso literário de Póvoa é a passagem da Coluna Prestes pelo sertão na década de 1920. O autor, mesclando ficção com acontecimentos factíveis, já que Prestes e seus seguidores realmente percorreram o sertão onde hoje é o Tocantins, descreve o encontro de um menino, filho de um vaqueiro da região, com participantes da Coluna. Lançando mão da verossimilhança e, como diria Pesavento (2005), do "como poderia ter sido", o autor adentra nesse episódio histórico, contando o ocorrido com Boa, que, na época com doze anos, voltava para casa com umas compras feitas a mando de seu pai e encontrou membros da Coluna em meio ao sertão.

Boa escanchou no cavalo e ganhou a estrada de volta, de tardica, sol entrando. Chegando à vereda que encontrava o vaquejador do Mirador ao subir a ladeirinha de uma aguada, uma caravana de mais ou menos cinqüenta cavaleiros assomou o larguinho, saindo da pendida da Pedra Preta. Escorou o cavalo. 'Ah, deve sê o veio Tiodorico indo visitá o genro Ondino Circuncisão...' mas um pequeno grupo se destacou do povão e

trotou na direção de Boa, falando umas porqueiras que Boa custou a entender:

-Êi, guri, cadê um cavalo sabaruno, cavalo gordo que tem aqui, tchê?

O molecote, tomado de susto com tanta gente, e ante o aspecto ameaçador daqueles homens bruscos, suplica:

-Deix'eu romper lá pra casa. 'Seo' moço! Sei de nada, não! (PÓVOA, 1998, p. 156).

E o autor continua:

[...] -É, tchê! Mostra onde está o cavalo sabaruno! Troteia! Trotei! Vamos, tchê!

-Quem foi que disse oceis que aqui tem cavalo sabaruno?

-Vaquirim sem vergonha! Vá mostrar o cavalo! Anda!

Boa, tremendo que nem vara verde, andou uns passos e divisou um magote de éguas pastando adiante num pé de morro, tendo à frente o cavalo alazão por nome Messias, junto com a égua mais velhaca das redondezas. 'Agora, eu jogo eles pra riba deste que ta com a égua veaca! Sei que num dá pr'eles tomá a besta...' mesmo apertado. Boa estava com treita (PÓVOA, 1998, p. 157).

Em meio à descrição do episódio vivenciado por Boa, o emissor relata as façanhas cometidas pela Coluna, nas redondezas da região.

Na verdade, na sua passagem pelo sertão, aqueles homens iam se apoderando dos animais, gado, dinheiro, ouro, tudo o que aparecesse à sua frente. No Timbozinho, haviam matado várias reses, só para tirar o lombo e a rabadá. Ondino e a família saíram, alta madrugada, com as roupas de dormir, e se refugiaram numas furnas de onça, mijando de medo. No Cabeçudo, pegaram o velho Zuza Morredeira, acamado com dor no coração, encostaram-no na beira da casa e fizeram fogo de festim, matando o pobre de susto. E, como o infeliz morava sozinho, um dos desconhecidos, justo Antoninho leitão, tomou posse da terra, do gado e das coisinhas. Em Boa Tarde, o povinho deu nas pernas, e o truculento grupo levou até o ouro da igreja. Em Cacimbinha, sabendo da existência do garimpo, tomaram as poucas coisas do povo, enraivados por não existir ouro no garimpo. [...] em todo o sertão só se falava que eles estavam dizimando as criações e judiando povo (PÓVOA, 1998, p. 157).

Pelo trecho citado acima, vemos que a Coluna Prestes é retratada, pela memória do emissor, com uma carga extremamente negativa. É uma memória que vislumbra esse legendário grupo como bandoleiro, ladrão e amedrontador da população local. O autor continua a narrativa do ocorrido com Boa e os participantes do grupo de Prestes da seguinte forma:

E Boa, vendo aquele povaréu medonho, todo uniformizado de amarelo e com uma fala nojenta, sentia uma vontade de chorar danada, ainda mais com o dia acaba-não acaba. E, após mirarem longamente o magote de éguas e o cavalo Messias, um deles, de cara ruim, esbravejou:

- Ê, neguinho, quer dizer que o cavalo sabaruno é este?

- Ê, é esse mesmo, 'Seo' home.

E chegaram as montarias nas esporas, levantando poeira, na tentativa de tomar o cavalo Messias, acompanhado da égua castanha, que arrebiteram o talo, chega fumaçaram na vereda, voltando a aguada e voando pro mundo. Daí a pouco, voltaram, espumando de raiva, e um deles, parecendo ser o chefe, aproximou-se de Boa:

- Ê, tchê você falou que o cavalo era manso e não disse que a égua era velhaca, hem?

-Eu num fale que' ele era manso, não

- Tu ta mentindo! –respondeu uma jagunça de cabelos longos

- Mentindo, não! – Boa teve um fanisco de coragem (PÓVOA, 1998, p. 158).

E o menino apanhou de forma truculenta:

Chlép, e o chefe desceu-lhe uma peiada nas costas, com tanta raiva, que levantou um vergão desde os rins até a apá. Com peia-pé-e-mão, marcando com um calombo o espinhaço do negrinho. O moleque, num medo desgraçado, só fez baixar a cabeça, sem esboçar reação alguma, recebendo mais duas, enquanto a turba rosnava ao seu redor, provocando-o de todas as formas: enfiavam a boca do revólver debaixo do seu costelado; afastavam-se alguns passos [...]

Os rebeldes, daí a pouco, pegaram os animais na espora e dispararam até uns cinqüenta metros, e dois deles viraram-se pra trás, apontando as armas:

-Morre! Morre! – e deram um bando de tiros pra cima (PÓVOA, 1998, p. 158-9).

É uma memória que representa a Coluna de forma negativa, tudo dentro das possibilidades factíveis de algo que realmente poderia ter acontecido. O emissor lança mão de detalhes na descrição das atitudes e da truculência dos membros da Coluna Prestes, o que nos faz crer que tenha recorrido ao que foi dito, ao que ouviu contar, a uma memória sobre um acontecimento que se sedimentou na comunidade envolvida, gerando uma situação que colocou os naturais da terra lado a lado com desconhecidos, forasteiros que falavam uma língua nojenta, diferente; um grupo de estrangeiros que, no passado, praticou muita violência no sertão, a qual não se esquece. Logo, o discurso em pauta, promovendo o não esquecimento da passagem da Coluna Prestes pelo sertão, acaba por contemplar o espaço do atual estado do Tocantins com mais um episódio que lhe confere um passado histórico de

conflitos e resistências, o qual vem a ser um dispositivo a interpelar os sujeitos tocantinenses para um sentimento identitário positivo.

Outro acontecimento que é muito lembrado no discurso do emissor é a febre de varíola que assolou o sertão no início do século XX.

Numa certa época, entre 1925 e 1930, apareceu nas cercanias do Duro uma epidemia de bexiga, que levou quase à extinção seu já minguado povo. Dizem os coevos, que ainda vivem na região, que a epidemia começou quando meu tio Antunim, indo a passeio ao São Sebastião (fazenda a três léguas do Duro), já trouxe Maria, minha prima, com febre e começando a empapucar-se após ter entrado em contato com uns chegantes da Bahia com varíola em adiantado estado.

De Maria, a doença pegou no irmão, Abenilio, e afundou no mundo, causando mortes e mais mortes. Famílias inteiras desapareceram, pois osãos iam tomando conta dos doentes; depois adoeciam e finalmente todos estavam acamados, resultando na morte, mais de fome e sede do que do mal terrível e contagioso (PÓVOA, 1989, p. 133).

E, depois de descrever ainda mais as agruras da doença, o autor comenta:

O povo da rua não chegou a sofrer baixa alguma, mas vivia amedrontado pois de todos os arredores vinham notícias de mortes diárias, e pouco demoraria alguém trazer o vírus a qualquer momento.

Meu pai, que morava na fazenda, ficava viúvo e com os filhos Nélio e Osvaldo ainda pequenos: a bexiga arrastara à cova a primeira mulher, Mariquinha.

Num lugarzinho de população escassa como o Duro da época, morrer quase setenta viventes era um alarme, assumindo proporções de absurdo. Dizem que os urubus e os cachorros rasgavam cadáveres insepultos: os parentes que podiam enterrá-los não conseguiam levantar-se e os amigos ainda são não se arriscavam a fazê-lo de medo. Só foram enterrados os primeiros, assim mesmo por não ter consciência do perigo da doença (PÓVOA, 1989, p. 133-4).

Em outra crônica, o autor aborda essa epidemia mais uma vez.

Quando se fala em bexiga em minha cidade, os velhos chegam a benzer-se e a esconjurar a epidemia que, em 1926, quase dizimou a população de lá, que sendo de mais ou menos duzentas pessoas, ficou reduzida a 136, pois a epidemia ceifou 64 delas. [...]

Perdendo a esposa e já tendo tido a doença, meu pai passou a andar de casa em casa para cuidar dos doentes, e fez de sua morada da fazenda S. Antônio uma espécie de hospital, onde após perder seu auxiliar (Gracindo Inácio de Jesus) de bexiga, passou a ser o enfermeiro, o cozinheiro, o coveiro.

Na fazenda Prazeres, morava um agregado de meu avô, o Higino, com nove filhos. Todos morreram. Quando um adoecia, o outro ia cuidando até cair de cama, e acabou foi todos morrendo. Os últimos que ainda viviam, não suportando o mau cheiro dos corpos em decomposição, conseguiram arrastar os cadáveres para o terreiro, onde foram disputados por cães e urubus, num macabro banquete, que era uma tortura para os ainda sobreviventes, pois sabiam que seu fim iria ser aquele (PÓVOA, 1989, p. 155-6).

Nas citações acima, mais uma vez vemos que o autor, fazendo referência à situação de familiares, recorre ao que ouviu contar, ao que se diz sobre o acontecimento, à memória que se formou sobre a doença. É uma memória triste que, trazida para o presente através da função comemorativa da literatura, imprime, na comunidade em questão, um passado de sofrimento e de superação de dificuldades.

Outra rememoração feita pelo autor que traz para o presente o passado do espaço onde hoje é o Tocantins é aquela em que há a narração da extração de ouro, das lidas do garimpo e de toda a riqueza que foi extraída da região. A sociedade da mineração, no antigo Norte goiano, que teve seu tempo áureo no século XVIII, é assim rememorada pelo autor:

Em meados do século XVIII, Goiás transformou-se num eldorado sugando de São Paulo muitas levas de gente, sonhando por encontrar ouro farto, como a pepita de 43 libras descoberta nos arredores de Água Quente. Milhares de escravos foram recrutados, e as fugas constantes, motivadas pelos maus tratos e pela dureza do trabalho nas minas, deram emprego aos capitães-do-mato, e conta-se que apenas um deles levou como troféu mais de três mil orelhas de negros fugidos (PÓVOA, 1989, p. 11).

Póvoa se remete ao século XIX para relacionar as origens da sua cidade natal com a mineração.

[...] em 1830, havia chegado ao Arraial do Duro o mineiro de Paracatu, João Nepomuceno de Souza, trazendo dois sócios para explorar a Mina dos Tapuias, cujas ruínas ficam hoje dentro de Dianópolis. Com a exploração da mina as correntes migratórias aumentaram, sem, contudo alcançar a ênfase das jazidas de Arraias, Conceição do Norte, Cavalcante e Natividade, municípios vizinhos onde se lavrava ouro de aluvião, enquanto que no Duro extraía-se ouro de pedra.

Nas proximidades da Mina dos Tapuias foi fundada a Vila do Duro, mais tarde São José do Duro (PÓVOA, 1989, p. 11).

Em outra crônica, o emissor narra a história misteriosa da Mina das Tapuias.

Aqui em Dianópolis, formada perto de uma rica mina de ouro, a Mina dos Tapuias (hoje, no centro da cidade, ao lado da Rodoviária), aconteceu um fato [...] no fim do século passado. Contam os mais velhos que escravos dos donos da mina cavaram profundo buraco, até que toparam com um veio de ouro tão fabuloso, que tinha de ser cortado a machado. Ao começarem a exploração do veio (que, diz a tradição, atravessa a cidade por mais de quilômetro e meio), decidiram paralisar o trabalho para uma estrondosa comemoração na Vila de São José do Duro.

Enquanto a festa Animava o povoado, adveio uma chuva, que dava a impressão de que estava voltando a época de Noé. E pela manhã, encontraram o descomunal buraco soterrado e cheio d'água até o beicho. De nada adiantaram os esforços para a retirada do entulho e dreno da água, usando surrões de couro e ferramentas rústicas (PÓVOA, 1989, p. 146).

E, após descrever algumas tentativas de explorar a referida mina, acontecidas na década de 1960, o autor conclui a sua crônica: “O certo é que ela [a mina] continua ali perto da Rodoviária, desafiando quem quiser investir em busca da fortuna” (PÓVOA, 1989, p. 146). Mais uma vez, vemos que o emissor recorre ao que ouviu contar, à memória da comunidade sobre acontecimentos significativos ocorridos no passado. Essa memória, que reatualiza a época do ouro, além de dotar o Tocantins de um passado histórico positivado e envolto na possibilidade de riqueza e fortuna, oriunda de uma sociedade mineradora, traz para o presente essa mesma possibilidade. A região, nessa lógica discursiva, teve e ainda pode ter muitas riquezas minerais.

Outro elemento do passado, trazido para o presente pelo discurso do autor é aquele que diz respeito às condições de isolamento vivenciadas pela região do antigo Norte goiano. Conforme a historiografia goiana e tocantinense⁸⁴, a região onde hoje se localiza o estado do Tocantins experimentou um sofrimento secular por falta de estradas que a ligasse com o Centro-Sul do País, situação só amenizada com a construção da Rodovia Belém-Brasília, na década de 1960. Escoamento de produção, deslocamento dos habitantes, locomoção para a então capital Goiânia: tudo era extremamente difícil para o Norte, pois não havia estradas. O emissor rememora essa situação quando, por exemplo, narra a história de um dentista de sua cidade que cobrava um preço mais caro quando usava anestesia para extrair dentes.

⁸⁴ Ver sobre: CAVALCANTE, Op. Cit.

Era justificável: os tubinhos de anestesia vinham de muito longe e nem sei como chegavam, pois o correio era em lombo de burro; avião, só se conhecia quando coincidia uma rota passar por cima do lugar, e caminhão só ia lá uma vez na vida e outra na morte, pois as estradas de carro-de-boi só deixavam passar carro com muito sacrifício para abastecer o incipiente comércio e voltar carregado de couro de boi, pena de ema, pele de veado e caítitu e saco de arroz (PÓVOA, 2001a, p. 120-1).

Em outra crônica, o autor dá acesso à situação de isolamento do antigo Norte goiano, narrando a história da chegada do primeiro caminhão à sua terra natal.

As estradas, hoje, cortam o Brasil em todas as direções. Milhares e milhares de quilômetros levam e trazem o progresso, que não causa mais nenhuma surpresa. No mais longínquo dos lugarejos caminhões, automóveis e ônibus trafegam ante a indiferença de olhos que, anos atrás, ficavam estarecidos. No norte goiano tornou-se legendária a figura de Manuel Antônio, o homem que pela primeira vez entrou com um caminhão em São José do Duro. Manuel Antônio – os mais velhos é que contam – saiu de Barreiras, na Bahia, a quase quatrocentos quilômetros do Duro, num velho e chacoalhante caminhão daqueles Ford, lá pelos anos quarenta, com a carroceria cheia de latas de gasolina e enfrentou uma região inóspita cheia de rios, alagadiços e gerais esturricados, fazendo estrada e construindo toscas estivas até que, depois de longa e penosíssima travessia, foi bater em São José do Duro (PÓVOA, 1989, p. 15).

No romance “Mandinga”, ainda remetendo-se a um passado de isolamento da região, o autor descreve a reação dos habitantes de um lugarejo quando se depararam, pela primeira vez, com um caminhão:

E, espantados, foram chegando os assombrados, um por um, por detrás dos pés de sucupira e de munguba, até pertinho. Os mais corajudos contemplavam o Ford velho, olhando por cima dos ombros do Major, que ali se postara com as mãos na cintura. [...]. Daí a pouco, a sombra das mungubeiras já estava pequena para conter tanta gente. As galhas de árvores mais próximas estavam pendendo de peso, com a molecada disputando um lugar de melhor visibilidade, porque não couberam todos na pequena carroceria do veículo, cujos feixes de molas vergaram de peso (PÓVOA, 1998, p. 170).

Percebemos, nas citações acima, assim como em todas as que rememoram acontecimentos ocorridos na região que hoje está inserida no estado do Tocantins, a glamourização de um passado pautado em lutas e na superação de sofrimentos e dificuldades. Se são as demandas do presente que constroem o passado, essa

rememoração acaba por responder às necessidades de um estado que, recém implantado, precisa de uma história, um passado positivado para melhor legitimar-se, pois, como lembra Fentress e Wickham (1992), a experiência passada recordada e as imagens partilhadas do passado histórico são tipos de recordações que têm particular importância para a constituição de grupos no presente.

Contudo, o discurso memorialista de Póvoa não se restringe apenas à narração de acontecimentos históricos, ocorridos na região, mas contempla, também, as suas reminiscências de infância e adolescência. O autor, freqüentemente, rememora em seus escritos, personagens da antiga Vila de São José do Duro, a educação que recebera do seu pai, os tempos de escola, dentre outros aspectos do cotidiano da sua cidadezinha. Em relação aos tipos pitorescos que existiam em sua cidade o autor comenta:

Em Dianópolis, existiam vários, sendo impossível, senão injusto, deixar de mencionar qualquer um. [...]

O tipo cachaceiro de São José do Duro era Antonhão Pé-de-Janta (para não mencionar Domingos Cachaça, cujo nome dispensa comentários). Antonhão, não obstante sua compadragem com os influentes do lugar, acabou perdendo a vergonha, e se ainda não contei, vou contar as tretas de que se utilizava para sustentar o vício: desde beber e carregar o copo para trocar por cachaça até simular a morte de um neto para poder vender a mortalha.

Tirante Antonhão, uma dúzia, pelo menos, de tipos povoam a minha meninice e minha adolescência: Justina, cria da casa de Zé Anísio Leal, que virava bicho quando a chamavam de "porca", mas em compensação, delirava quando a chamavam de 'corujinha' (PÓVOA, 2000a, p. 78-9).

O autor continua a apresentar seus personagens:

Chico Farinha-Seca, com sua inocência, recebendo sua aposentadoriazinha do Funrural e deixando-a nas mãos de alguém que conhece dinheiro, para pedir 'uns cinco mil cruzeiro mode comprá uma taquim de fumo' Chico era o abnegado guia do cego Lucas, ali do Barreiro, e o conduzia todos os domingos à missa, com uma paciência que só ele tinha, como se gente sua fosse. [...].

Fico horas e horas relacionando cada um daqueles personagens, que, por isso, davam para se escrever páginas e páginas: os cegos Zé Traíra, João Marimbondo e Chico Luis, o louco Adivinhão, Ne Velho (que morou décadas lá em casa), Cheiro (que não perdia jamais uma festa no meio da mocidade e só saía quando a festa acabava), Valfrido o cego todo conversador e cheio de um palavreado que demonstra uma inteligência invulgar) e muitos outros (PÓVOA, 2000a, p. 79-80).

Além da lembrança desses personagens pitorescos e inusitados, em várias passagens de seus escritos, o emissor rememora a educação rígida que seu pai despendera a ele e seus irmãos.

Todo mundo já foi menino, e todo menino é cheio de inventiva, ora para ser notado, ora para se livrar de momentâneo embaraço.

Meu irmão Nélio, certa vez (e já contei este caso), livrou-se de um incômodo castigo (comer, a muque, seis pratos fundos de arroz-de-leite) apelando para um cachorro magrelo que lhe espiava os coagidos movimentos da colher no prato. Por ter reclamado do tiquinho de arroz doce que lhe fora dado, foi intimado por meu pai a comer um aribê da mesma iguaria até enjoar, 'pra aprender a não ser sameado' (PÓVOA, 2000 a, p. 73).

Educação rígida, que também é rememorada no que diz respeito aos métodos de ensino-aprendizagem, utilizados pela escola em que estudou o autor.

Assim, Coquelin e Diana Leal, em cujo sangue corria a nobreza vinda do tempo dos escravos, fundaram o Colégio João d' Abreu, responsável pela maior parte de alfabetização do povo e o alicerce para o Ginásio das freiras; dona Marluce, que, embora tenha ensinado pouco tempo, não deixou saudades pelos castigos que infligia aos conformados discípulos, que enfiavam à força nos ouvidos moucos o beabá e as casas da tabuada; e João Correia, considerado o terror dos alunos pelos métodos um tanto bruscos que lembravam a Idade Média, mas que se tornou o símbolo do eficiente mestre. [...].

Na escola de tia Diana não faltava a palmatória na hora das sabatinas e dos argumentos: tinha até nome: Santa Luzia. Tínhamos por tia Diana a afeição de filho para mãe e um respeito de enteado para madrasta. A palmatória não era senão um corriqueiro auxiliar da pedagogia de então e, enquanto fosse vista com arrepios dependurada num torno na parede, não tinha feições de coisa de todo anacrônica (PÓVOA, 1989, p. 69).

Ainda sobre as práticas adotadas pelos mestres para alfabetizar os educandos da referida escola, o emissor comenta:

João Correia gostava de usar a reguada na cabeça, e não raro ter-se de comprar régua nova, além do castigo de ajoelhar o discípulo por algum tempo ou pô-lo de plantão junto à parede. Muitas vezes, pais recebiam recado para ir buscar os filhos, pois o mestre, tomando umas e outras, ia dormir, esquecendo-se da classe inteira, que ficava de molho (PÓVOA, 1989, p. 69).

E, referindo-se ao tempo em que cursou o antigo Ginásio, o emissor faz as seguintes recordações:

Até os anos sessenta, o latim começava na antiga primeira série ginásial, com os rudimentos da língua; passava para a segunda, com a História de Roma, de Eutrópio, pela terceira, com as famosas fábulas de Fedro, encerrando-se na quarta, com o 'De Bello Galico', de Júlio César. Quando se chegava ao colegial, que hoje apelidam de Segundo Grau, já se tinha sólida base do português, de tanto dissecar o acusativo, o dativo e o ablativo, o genitivo, o normativo e o vocativo, facilitando a incursão nos meandrosos terrenos da Gramática Histórica, paralelamente ao estudo de Virgílio, com sua 'Eneida', as 'Georgicas' e 'Bucólicas'.

Sempre que me vem na mente o latim, que estudei bem uns sete anos, lembro-me do padre Magalhães, profundo conhecedor do 'sermo urbanus', [...].

Duro, inimicíssimo da 'cola' [...] apesar de inflexível, enfiou nos nossos moucos ouvidos rudimentos do hebraico, do grego e outras gatimônias lingüísticas, [...] (PÓVOA, 1989, p. 171).

O emissor continua a rememorar os conhecimentos e os métodos de ensino de seu mestre.

Professor de português, francês e latim, extrapolava suas cadeiras, levando-nos a um passeio imaginário em todos os campos de conhecimento. [...].

A muque, se preciso, o velho mestre obrigava-nos a aprender, desde o hic-haec-hoc até raízes de verbos, que para nós soavam como excrescência lingüística, sem falar numa universalidade de conhecimento da literatura mundial, pois no ginásio conhecemos Kant, Erasmo, Dante, Petrarca, Shelley, Claudel, Valéry e todos os expoentes da literatura mundial. Aqui nesse interiorzão, que era ainda mais inóspito, tivemos contato com as obras de Torquato Tasso, Ludovico, Ariosto, Boccacio, Maquiavel, [...].

Como professor polivalente ou como diretor do ginásio, era respeitado, e ai daquele que ousasse negar o corpo quando ele determinava (PÓVOA, 1989, p. 172).

Nessas rememorações do autor, mais uma vez, percebemos um saudosismo deliberado em relação ao que estava sendo perdido com as "modernizações" da educação e dos costumes, nessa sociedade por ele reelaborada. Em relação ao namoro vivenciado por ele e seus colegas, no tempo da escola, o emissor faz a descrição:

Dentro do ginásio, levávamos uma vida extremamente vigiada, pois as freiras não admitiam qualquer olhar para o lado do sexo oposto. Na hora do recreio, as meninas ficavam no pátio interno, e nós homens numa área coberta bem distante dali. O regime inquisitório das beatas extrapolava os limites do estabelecimento: quando a madre Arânzazu, uma espécie de Torquemada de hábito e véu, tomava conhecimento de que havia um namoro entre alunos do ginásio, mandava recado para a gente ir lá. E vinha aquele sermãozinho comprido e ameaçador, falando em Céu e Inferno e outras coisas, com o intuito de nos fazer desistir do xamego. O poder de persuasão da freira era tanto, que raramente um namoro permanecia depois que ela chamava às falas. Se os pais concordassem com o namoro ou não, era indiferente, pois o poder das freiras era incontestável e se constituía num pólo decisório, que lembrava a Igreja no tempo da Idade Média, com seu poder divino, intrometendo-se na vida dos feudos e países (PÓVOA, 1989, p. 154).

E, em relação ao carnaval, da outrora São José do Duro, o emissor tece as lembranças:

Carnaval gostoso era o do interior (digo 'era', porque o vírus da evolução já chegou lá, contagiando tudo). Nos dias momescos, o mais importante era o entrudo, que os jovens de hoje desconhecem, por ter caído em desuso, à exceção de algumas cidades do sudeste tocantinense. Nos três dias de Carnaval, os homens molhavam as mulheres, e estas, aos homens. Nós, meninos, nos muníamos de latas de folha de flandres e seringas feitas de taboca e saíamos catando as meninas, ante o protesto daquelas que iam bem vestidas e faceiras pela rua. Quanto maior fosse o protesto, mais alegre era a brincadeira. [...].

O tom mais grave dos dias de entrudo (os dias dias do Momo não eram conhecidos por Carnaval, mas por Entrudo), ficava por conta dos 'caretas', figura que ninguém mais conhece, a não ser pela sua menção em alguma canção, como a de Caymi ('Boi, boi, boi/ Boi da cara preta/pegue esta criança/Que tem medo de careta').

Para se transformar em 'careta', um homem vestia-se de mulher, de mendigo, ou colocava uma carocha, botava na cara uma horrenda máscara para se tornar irreconhecível e saía na rua com um chicote, dando lapadas nas pernas da gente sob uma algazarra geral" (PÓVOA, 2000 b, p. 143).

Nas lembranças do emissor, também figuram os bailes da sua terra natal.

Na época não havia luz elétrica, telefone e outras coisas; a única novidade eram os rádios de caixote, com bateria imensas e pesadonas; dança, só quando se comemorava algum aniversário, porque, não havendo luz nem radiola, os bailes eram animados ao vivo, pelo regional de Zé de Bento, que tocava clarineta e trombone, um dos meus irmãos (César, Casimiro ou Tonho) no violão ou no cavaquinho, e um pretinho franzino e humilde, por nome Quebra, que tinha o polegar já torto e calejado de tanto raspar pandeiro. Outras vezes, era Adontino, ou um senhor de Dué, que apareceu por aqui tocando harmônica, animando bailes que arrastavam a rapaziada,

que tinha em cada baile uma novidade, dançando pelo simples prazer de dançar, ocasião em que se encontravam mais à vontade, que era desse modo que saíam do enclausuramento em que viviam.

Quando era baile programado para algum aniversário ou festa tradicional da cidade, não havia contratempo; mas quando era coisa inventada por algum grupo de rapazes costumava causar certo constrangimento à rapaziada, porque, precisando pagar os tocadores, os que enfrentavam o bate-chinelo cobravam 'cotas' dos dançarinos, uma espécie de ingresso ou contribuição, cuja cobrança era feita no momento em que se estava dançando. Acho que era por medida de segurança, pois sempre havia algum velhaco, mas não podia fazer feio diante de sua dama em plena festa (PÓVOA, 1989, p. 85-86).

E, além de lembranças de festas e comportamentos dos naturais da terra, o autor traz para o presente, através de seus escritos, reminiscências que se remetem à época em que a sua São José do Duro recebia, como ilustres forasteiros, religiosos, juizes e médicos. A chegada do primeiro padre, em sua cidade, é assim narrada:

Um dia do ano de 52, deram na gente um banho mais caprichado, vestiram-no o uniforme da escola e colocaram-nos em fila ao longo da rua principal: íamos receber o primeiro padre, que inauguraria a paróquia. Era o padre Magalhães, que tanta influência teve na formação da juventude de minha cidade, mais na condição de educador do que na de padre mesmo, pois viera de Belo Horizonte, onde recebera excepcional formação no seminário. E com o mesmo entusiasmo com que recebeu os ensinamentos de grego, hebraico, latim e teologia, tentou abrir nossas cabeças xucras para jogar lá dentro coisas que não entendíamos e que soavam com do outro mundo (PÓVOA, 2000b, p. 106-107).

A chegada das primeiras freiras, segundo o autor, foi um acontecimento que causou grande curiosidade a todos do local.

Inauguraram o Ginásio João d'Abreu, e chegaram as primeiras freiras da congregação das Escravas Concepcionistas do Divino Coração, algumas das quais 'importadas' diretamente da Espanha, trazendo arraigado o sentimento religioso e puritano do regime de Franco, que era endeuado pelas freiras. Chegaram as madres Aránzazu, Belém, Glória, Anunciata e única brasileira, a madre Consolata, que servia de intérprete. [...].

A chegada das freiras foi durante muito tempo motivo de curiosidade, quer pelo hábito preto e pesado que as faziam parecer pinguins, quer pelos costumes europeus, quer pelo falar castelhano, uma 'conversa misturada e ligeira', como o povo dizia. Vinha gente só pra escutar as freiras conversando (PÓVOA, 2000a, p. 107).

Segundo as lembranças do autor, a antiga São José do Duro ficou extremamente orgulhosa com a chegada do seu primeiro Juiz de Paz. Afinal, não era toda a cidadezinha do interior que tinha como habitante um cidadão tão ilustre.

Quando chegou aqui o primeiro Juiz de Direito, foi uma festa. Nós, do grupo escolar, perfilamo-nos ao longo da rua principal para recepcioná-lo, pois era uma preciosa aquisição para a cidade, que assumia foros de importância, passando para trás outras da vizinhança. Chegava o Dr. Joaquim Magalhães Filho, goiano mesmo, que escolhera esta cidadezinha para tomar como sua. Viera de Posse, onde exercera a magistratura e aqui permaneceu até aposentar-se, ficando o umbigo e criando os filhos (PÓVOA, 1989, p. 49).

O emissor, relembando a chegada dos primeiros médicos na sua antiga cidade, assim se expressa:

Vesperando 1960, chegou aqui ao Duro o primeiro médico – Dr. Manoel Dias Pinheiro: novo, bonachão, gastador de bater papo com o povo, fala mansa pelo nariz, pessoa que levava a vidinha tranqüila aqui no interior, desfrutando as amenidades de uma cidadezinha calma que só tivera médico andejo e que pela primeira vez ganhara um definitivo, que para cá se mudara de armas e bagagens.

Dono de uma competência incomum, doutor Manoel andara operando gente quase a canivete e costurando com linha zero comprada aqui na Loja Póvoa. Lembro-me bem de sua primeira operação: uma hérnia antiga de Hermínio de Germana, um carreiro e trabalhador braçal da rua, rompera-se e, na falta de recurso para locomovê-lo até Porto Nacional, ou mesmo Goiânia (pois Brasília ainda estava por inaugurar), doutor Manoel operou Hermínio no Hospital São Vicente de Paulo, à luz de bibianos que voluntários mantinham ao redor da ‘mesa de operação’ improvisada (uma banca), procurando segurar o mal-estar do sangue que marejava daquela carne branquela. [...]. Não demorou muito, Hermínio caminhava. Bem verdade que andava à feição de um leitão recém-capado, mas o passar dos dias fê-lo passar a caminhar espigado, como antes da pioneira cirurgia (PÓVOA, 1989, p. 47).

E a crônica continua:

Quando o povo, admirado, comentava a eficiência do jovem médico, que transformara em rotina o corte de bisturi e a precisão do diagnóstico sem qualquer exame complementar, doutor Manoel até fazia charola:
- Vocês precisam ver o Alceu. Ele é quem vai mostrar a vocês o que é operar e dar remédio! [...].

E pouco tempo depois chegou doutor Alceu, irmão do doutor Manoel, já precedido de enorme fama. Sua chegada foi recebida pela hospitaleira gente daqui, cuja euforia era entremeada de desconfiança.

-Home quá! Doutor Manoel diz isto é por conta de ser irmão dele! Ta vendo que gente vai crer que tem doutor mais preparado!?

Confirmando a propaganda, doutor Alceu não fez menos: a exemplo do irmão, mostrou uma espécie de medicina que revolucionou a região, [...] (PÓVOA, 1989, p. 47-8).

Em fim, o autor rememora com saudosismo, coisas que diziam respeito ao cotidiano, da antiga São José do Duro. São memórias que apesar de parecerem pessoais, têm, também, um caráter social. Afinal, conforme Fentress e Wickham (1992), a distinção entre essas duas modalidades de memória é relativa porque, nas recordações, essas duas esferas estão sempre misturadas. Além disso, como referem os citados autores, acreditamos que a memória, por ser estruturada pela linguagem, pelo ensino e observação, pelas idéias socialmente assumidas e por experiências partilhadas com os outros, sempre carregue consigo uma faceta coletiva e, portanto, um viés que diz respeito à identidade de um grupo.

4 O TOCANTINS EM UM DISCURSO DA IMPRENSA

Este capítulo aborda o discurso do Jornal do Tocantins, no período de 1989 até 2002 e tem como objetivo indicar as categorizações utilizadas pelo referido discurso para nomear o Tocantins e seus sujeitos. Como já referido, acreditamos que a imprensa, em função de ter um discurso que é veiculado repetitivamente e de ter um caráter de objetividade e verdade, contribui para moldar sentimentos identitários. Além disso, na nossa concepção, esse mesmo discurso, por revelar um imaginário, indica, também, traços da forma com que esferas da sociedade em questão se autopercepcionaram.⁸⁵

A opção dessa análise para detectar facetas do processo de construção da identidade tocantinense deve-se ao fato da abrangência e do poder de atuação, do periódico em pauta, pois o mesmo é um dos jornais com maior circulação no Tocantins. O periódico em análise compõe o aparato midiático – também formado por emissoras de rádio e televisão - das Organizações Jaime Câmara, afiliadas das Organizações Globo em Goiás e no Tocantins e teve a sua primeira edição ainda na década de 1970.

Os enunciados inseridos nos textos do jornal e selecionados para análise⁸⁶ são aqueles que evidenciam as regularidades discursivas referentes ao Tocantins e aos seus sujeitos, isto é, são aqueles que veicularam as imagens e representações que mais se repetiram no discurso em foco para classificar o novo estado e a sua população.

O capítulo está estruturado em dois itens. O primeiro, de caráter introdutório e mais sucinto, aborda a história do periódico e seus posicionamentos políticos e pretende situar social e politicamente o discurso estudado. Discurso esse que, investigado no segundo item, no que se refere às regularidades enunciativas sobre o

⁸⁵ Sobre a relação entre discurso, imaginário e identidade, ver: BACZKO, op. cit.

⁸⁶ Para pesquisadores da mídia, a diferenciação dos gêneros, dos textos jornalísticos, tem fundamental importância para o estudo de múltiplos temas ligados à área. Segundo Beltrão (1980), os textos jornalísticos são tradicionalmente classificados como pertencentes ao gênero Opinativo (Editorial, Artigo, Crônica, Opinião do Leitor), Informativo (Notícia, Reportagem) e Interpretativo (Reportagem em Profundidade). Em nossa pesquisa, como as categorias identitárias relativas ao Tocantins e seus sujeitos são veiculadas por todos os gêneros jornalísticos acima elencados, consideramos os mesmos com igual potencialidade para a investigação proposta. De qualquer forma, a título de informação, indicaremos, no corpo do texto ou em nota de rodapé, o gênero jornalístico, dos escritos em que estão inseridos os enunciados por nós trabalhados.

Tocantins e os seus sujeitos, torna-se um dos focos específicos e principais de análise do capítulo e do trabalho.

4.1 O jornal e seus posicionamentos políticos

Empenhado no processo de criação do estado, o Jornal do Tocantins se colocou como um instrumento que, juntamente com outras entidades, viabilizou a instituição do Tocantins e garantiu a sua consolidação. Em relação ao histórico desse jornal, bem como ao seu papel na criação do estado, um artigo⁸⁷ publicado em 06/09/1998 fez a seguinte descrição⁸⁸:

Fundado no dia 18 de maio de 1979 pelo então diretor-presidente da Organização Jaime Câmara, empresário e jornalista Jaime Câmara, e inicialmente centralizado em Araguaína, o Jornal do Tocantins foi um veículo de fundamental importância na luta separatista que culminou com a criação do Estado do Tocantins, que continua sendo sua principal bandeira. O Jornal é o de maior circulação do Estado e está presente também em algumas das principais capitais brasileiras como Brasília, Goiânia e São Paulo (J.T. 06/09/1998, p. 06).

Na publicação de comemoração de vinte e um anos do jornal, mais uma vez houve a descrição da história do periódico e a veiculação da ideia de que o mesmo, sendo um herdeiro da imprensa libertária nortista⁸⁹, contribuiu para a instituição do Tocantins.

⁸⁷ Conforme Melo (1985), Artigo é uma modalidade de escrita jornalística, onde um emissor (jornalista ou não) desenvolve uma ideia e apresenta sua opinião.

⁸⁸ Indicaremos, sempre que possível, em nota de rodapé, o autor dos artigos, reportagens ou outros escritos analisados por nós. Além disso, quando houver a possibilidade, faremos alusão à profissão e a função ocupada por esses emissores na sociedade tocantinense. De qualquer forma, como já afirmamos, concebemos esses emissores como autoridades, que nos termos propostos por Bourdieu (1996): “[são porta-vozes autorizados, que conseguem] agir com palavras em relação a outros agentes [...], na medida em que sua fala concentra o capital simbólico acumulado pelo grupo que lhe conferiu o mandato e do qual ele é, por assim dizer, o procurador” (BOURDIEU, 1996, p. 89)

⁸⁹ O norte de Goiás, desde o século XIX, foi contemplado com uma imprensa combativa, sediada na cidade de Porto Nacional, que reivindicava melhorias para o setentrão goiano. Ver sobre o tema: PALACIM, Luís. Coronelismo no extremo Norte de Goiás: O Padre João e as três revoluções de Boa Vista. São Paulo: Loyola, Goiânia: Cegraí, 1990.

O jornal surgiu como um veículo encampador da luta libertária que visava a criação do Estado do Tocantins e como continuador de uma saga de órgãos de imprensa iniciada em 1º maio de 1855 com o *Tocantins* editado pelo coronel Felipe Antônio Cardoso Santa Cruz, filho do brigadeiro Felipe Antônio Cardoso, uma das figuras de destaque da gênese do movimento libertário ao lado do ouvidor Joaquim Theotônio Segurado (J.T. 18/05/2000, p. 2, 2º Cad).⁹⁰

Nos enunciados acima, vemos a situação da recorrência à memória para dar legitimidade ao Tocantins e à própria imprensa tocantinense. É um passado que, demarcado como tocantinense pelo discurso do periódico, legitimou a criação do estado naquele presente e atrelou o jornal à secular luta libertária de emancipação do Norte de Goiás.

Em entrevista ainda na edição de comemoração de vinte e um anos do periódico, o presidente das Organizações Jaime Câmara declarou em relação ao jornal: “Vejo-o como um jornal totalmente consolidado dentro do Estado que ajudou a criar” (J.T. 18/05/2000, p. 2, 2º Cad.). Esses enunciados, sem dúvida, ao atrelarem o jornal a um passado originário, conferem autoridade e representatividade à instituição e ao seu discurso. Jornal que participou da luta separatista, o periódico em pauta, através das palavras de seu editor-chefe, José Sebastião Pinheiro, assumia uma posição de referência na imprensa da região Norte do País:

O editor-chefe [...] entende que ao chegar aos 21 anos de idade, o Jornal do Tocantins experimenta um momento muito feliz em sua trajetória. Primeiro, pela resposta altamente positiva dos seus leitores, que o colocam na liderança, como veículo de maior credibilidade e circulação no Tocantins. E depois, pelos avanços editoriais, gráficos e tecnológicos. ‘O JTo já se tornou referência na Região Norte do país e isso é uma responsabilidade a mais para todos nós que o fazemos (J.T. 18/05/2000, p. 2, 2º Cad).

O discurso do Jornal do Tocantins, sempre posicionando o periódico como um participante do processo de autonomia e consolidação do Tocantins, deixava clara a situação do jornal, no concernente às suas posturas políticas, bem como em relação aos interesses que eram defendidos em suas páginas. O periódico assumiu, no transcorrer dos primeiros quatorze anos do estado, uma postura governista, que endossava o posicionamento das autoridades políticas. Caracterizador dessa

⁹⁰ Artigo escrito por Rosalvo Leomeu, correspondente de Goiânia.

situação é o depoimento que o então governador Siqueira Campos concedeu à edição comemorativa de vinte e um anos desse jornal.

Sem dúvida é o grande jornal do povo tocantinense. É o grande jornal da luta libertária pela criação do Estado e está sendo cada vez mais um grande jornal da construção do Tocantins dos nossos sonhos, nas mesmas dimensões que nós sempre idealizamos através de toda essa trajetória de luta. O Jornal do Tocantins está de parabéns pela sua equipe. Parabéns a vocês (J.T. 18/05/2000, p. 2, 2º Cad.).

Siqueira Campos, que, como vimos, sempre se colocou na posição de criador do estado, ao considerar o periódico como um coparticipante da luta separatista, revelava a sincronia política que o jornal mantinha com ele e, por conseguinte, com o poder estabelecido. Essa sincronia, durante os primeiros quatorze anos de estado, só se viu rompida quando houve o “interregno” de Siqueira Campos, momento em que o peemedebista Moisés Avelino assumiu e deixou o executivo do estado (1990 - 1994). Foi nos momentos das trocas de governo do referido “interregno” que o Jornal do Tocantins emitiu um discurso que, apesar de não duvidar do futuro glorioso do estado, deixava transparecer preocupações em relação à administração pública que estava sendo efetivada na mais nova unidade federativa do Brasil. O editorial⁹¹ publicado na edição de 24 à 30/10 de 1989, ainda durante o primeiro mandato de Siqueira Campos, assim deu acesso a esse discurso:

A (sic) dois meses do seu primeiro aniversário, o Tocantins passa por momentos que geram apreensão naqueles que têm o estado como fruto de uma luta e de um sonho, conduzidos com o esforço, dedicação e o sofrimento de várias gerações. É muito triste detectar no vocabulário do Tocantins, um estado com vocação de modernidade e modelo ao resto da Nação, palavras como corrupção, ingerência, suborno, protestos e outras não menos desabonadoras. [...]

As promessas e esperanças de modernidade, de máquina enxuta e de administração racional parecem cair por terra ou naufragar em águas turvas. Representantes populares delegados pelas urnas se esquecem, como que por milagre de amnésia, de compromissos de palanque, de reivindicações elaboradas durante cansativas e intermináveis reuniões pré-eleitorais e se põem a discutir banalidades ou a legislar em causa própria. É preciso que a comunidade tocantinense como um todo acorde para essas questões para que não transformemos um sonho no mais sofrido pesadelo. O compromisso é de todos (J.T. 24 a 30/10/1989, p. 2).

⁹¹ “Editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MELO, 1985, p. 79).

Como podemos perceber, os enunciados acima citados lamentavam a má administração política do estado e temiam pela realização do sonho de autonomia. Outros enunciados, apesar de enaltecerem a coragem e a luta do povo tocantinense e indicarem a possibilidade de o Tocantins se tornar um estado modelo, criticavam a administração pública do estado e foram veiculados na edição de 19 a 25/03/1991, época do governo de Moisés Avelino.

Apanhar a linha da histórica luta do povo tocantinense, amarrá-la às demandas impostas pela contemporaneidade e estruturar um projeto de desenvolvimento socialmente justo e eticamente justificável, é o que se deseja para o Tocantins. O que se quer, na realidade, é tornar este sonho um caminho irreversível para o nosso Estado. [...]
O novo governo que acaba de assumir precisa urgentemente dizer a que veio, pois é absolutamente insustentável chegar e assumir apenas porque o outro está saindo. [...]. Nossa impressão, no entanto, é que o Tocantins pode dar o salto de qualidade que seu povo precisa. Basta não esquecer de garantir a realização humana. Esta é a que conta, ao final de tudo. (J.T. 19 a 25/03/1991, p. 2)⁹²

Em editorial intitulado “Questão de cultura e consciência”, publicado na edição de 14 a 16 /09/1993, encontramos o mesmo discurso nos seguintes enunciados:

Criado com o aval de uma luta secular e sob a égide da modernidade, o Tocantins está, infelizmente, longe desse sonho desenhado por aqueles que o idealizaram e por aqueles que o elegeram como novo eldorado e como futuro de seus presentes. O discurso de que estaríamos criando uma nova unidade federativa sem os vícios, sem os erros e sem os absurdos que se verificam nas já existentes, parece que não passa mesmo de figura de linguagem tal a distância entre teoria e prática. [...]
Estamos completando no próximo dia 5 de outubro cinco anos de criação do Estado do Tocantins e, mesmo a despeito dos avanços, das conquistas e do visível progresso da região que até então amargava o total abandono, somos obrigados a reconhecer que o nosso crescimento não se dá dentro do espírito de modernidade imaginada.
Da prática política ao estilo administrativo de nossos homens públicos, quase tudo – com poucas exceções- repete comportamentos obsoletos e questionáveis de tristes lembranças. [...]
A modernidade que sonhamos – e necessitamos – está acima de todas essas práticas ‘coronelistas’ [...]. O Tocantins ainda pode, com apenas cinco anos de idade, mudar essa mentalidade de atraso para outra mais arejada, mais próxima da modernidade [...] (J.T., 14-16/09/1993, p. 1).

⁹² Artigo escrito por Joãomar Carvalho de Brito.

Conforme o discurso do periódico em questão, o Tocantins, nos primeiros anos após a sua instituição, só não se tornou um eldorado e um estado moderno por causa de seus governantes, que, além de não darem à máquina estatal uma boa organização, lançavam mão de práticas retrógradas e corruptas. Contudo, esse discurso acena para a possibilidade de que o Tocantins, com práticas políticas mais justas e condizentes com a “heroica” luta da instituição do estado, pudesse assumir a sua “verdadeira” vocação rumo à modernidade e à riqueza.

Passados esses primeiros anos de instalação do estado, houve a permanência de um só partido político no poder, o PFL⁹³; a partir desse momento, o discurso do Jornal do Tocantins tornou-se elogioso sobre a administração e a organização da máquina estatal. As críticas e as dúvidas em relação aos rumos percorridos pelo estado para atingir um patamar econômico, social e político desejado cessaram de figurar nos enunciados em pauta, que passaram a representar o Tocantins, seus governantes e os sujeitos tocantinenses com atributos extremamente positivos. O editorial da edição de 4 a 5/10/1996 exemplifica a situação a que nos referimos.

O Tocantins chega ao oitavo ano de sua criação com economia fortalecida, muito embora não tenha recebido até o momento os recursos constitucionais previstos na Carta Magna de 1988 e que já alcançam a cifra de R\$ 800 milhões, mesmo expediente utilizado na divisão do Estado de Mato Grosso.

Pode-se inferir, neste período, que o desenvolvimento verificado no Estado decorre basicamente do esforço de sua população, empresários e Governo Estadual, dadas as especificidades de sua criação, num momento político-econômico que inviabilizou maiores transferências financeiras da União.

A pequena participação do Governo Federal possibilitou, por seu turno, que o Tocantins, após oito anos de sua criação, se mostrasse um Estado praticamente sem dívidas, independente da União para pagar o seu funcionalismo, ao contrário de Estados do mesmo porte como Rondônia, Roraima, Amapá ou mesmo Acre, onde a grande maioria dos servidores são pagos pelo Governo Federal.

[A arrecadação do próprio Estado] [...] possibilitou o estabelecimento de prioridades administrativas, não de todo executadas, é verdade, mas que conseguiram dotar grande parte da população de infra-estrutura básica, melhorando a qualidade de vida das pessoas, antes relegadas a planos inferiores no antigo Norte de Goiás. [...]

Diante do perfil de desenvolvimento já delineado de 1988 a 1996, não constitui exagero esperar que o Tocantins nos próximos anos venha a se transformar em celeiro produtivo do País, consideradas a sua vocação, o trabalho de seu povo e a economia emergente que já se vislumbra (J.T., 4 a 5/10/1996.).

⁹³ Como já referido, José Wilson Siqueira Campos foi governador do Estado por três mandatos De 1989 a 1990, de 1994 a 1998 e de 1999 a 2002.

Nesse editorial comemorativo ao oitavo aniversário do Tocantins, foi significativa a comparação entre a estrutura financeira e administrativa com a de outros estados, que foram criados na constituição de 1988⁹⁴ e com o estado do Mato Grosso, dividido em 1977. O Tocantins foi representado como um modelo de administração para todo país. Ele se distinguia em função de uma administração eficiente, pois, sem o auxílio da União e independente, além de não ter débitos de nenhuma espécie, conseguiu investir em infraestrutura para a sua população, a qual, juntamente com o seu governante, foi caracterizada como responsável pelos sucessos obtidos pelo estado.

Diante do exposto, podemos afirmar que o posicionamento político do periódico em foco, na época de análise foi, majoritariamente, de defesa e apoio ao poder estabelecido e aos interesses que esse representava, ou seja, o Jornal do Tocantins endossou as atitudes de um governo que, como já referido no primeiro capítulo deste trabalho, administrava a máquina pública pautado em seus próprios interesses e também nos de segmentos sociais ligados à agropecuária.

4.2 Categorias identitárias tocantinenses

Esse tópico analisa as categorias identitárias, referentes ao Tocantins e aos seus sujeitos, que foram veiculadas com maior regularidade no Jornal do Tocantins na época da instituição e consolidação desse novo estado. Maior regularidade essa, entendida como mecanismo que, por meio da repetição, evidencia e constrói categorias identitárias para um Tocantins.

⁹⁴ A constituição de 1988, além de criar o Estado do Tocantins, transformara os então territórios nacionais em Estados da Federação.

4.2.1 Memória da autonomia

Uma das categorizações veiculadas pelo discurso estudado para marcar alteridade⁹⁵ ao estado do Tocantins foi a que se remeteu ao movimento da autonomia. O Tocantins é distinguido e enaltecido nos enunciados do periódico por ter sido instituído através de uma separação territorial. Em datas comemorativas, quando comentado, de forma entusiasta, o desenvolvimento econômico do estado, sempre houve uma rememoração do movimento de autonomia. Esse foi, sem dúvida, o momento fundador do estado; contudo, uma memória que perpassa todo o século XIX e chega até o final do século XX foi acionada para legitimar esse acontecimento, ocorrido em 1988. Faz-se importante, aqui, explicitarmos o nosso entendimento sobre as relações entre um processo de construção de identidade e a memória.

Como Ricouer (2003), entendemos que a relação entre um processo de construção de identidade e a memória é que esta é empregada nessa construção, através de uma busca. É o que esse autor chama de memória exercida, que é aquela onde há um esforço de memória, o qual está dentro da esfera das possibilidades, das intencionalidades segundo um fim. Conforme esse autor, os processos identitários lançam mão da memória para consubstanciarem-se, por causa das fragilidades da identidade, que se assentam em um caráter presunçoso de querer dar a receita do que perdura e pode ser proclamado. Para Ricouer (2003), a primeira causa da fragilidade da identidade é a sua difícil relação com o tempo, pois, segundo ele, não é possível, tanto em nível individual como coletivo, manter-se a mesma ao longo do tempo. E, segundo o mesmo autor, é essa fragilidade que justifica, precisamente, a frequente recorrência à memória nos processos de construção de uma identidade. A memória passa a ser o suporte de continuidade temporal de um indivíduo ou grupo, é o passado que se une a um presente e projeta um futuro. E, quando a memória é acionada para dar tal continuidade temporal a um indivíduo ou grupo, ela mostra, muitas vezes, a sua vulnerabilidade intrínseca: a ausência da coisa recordada e sua presença, segundo um modo de representação.

⁹⁵ Sobre a importância da alteridade e da diferenciação para a construção de um processo identitário ver: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

O autor também indica outras fragilidades da identidade: o fato de essa ser contrastiva e ter que evocar o “outro” necessariamente como uma ameaça e, também, a situação de que não existe comunidade histórica que não tenha se originado na guerra ou no conflito. Para o autor, esses fatores necessários para a construção de uma identidade fazem com que a mesma tenha que se legitimar em um amálgama de “feridas” reais e simbólicas nos arquivos da memória. E esta, por se pautar na representação de algo ausente, quando é instrumentalizada a serviço da identidade pode ser manipulada.

es en la problemática de la identidad donde hay que buscar la causa de la fragilidad de la memoria así manipulada. Esta fragilidad se añade a la propiamente cognitiva que proviene de la proximidad entre imaginación y memoria, y encuentra en ésta su acicate y su coadyuvante (RICOEUR, 2003, p. 111).

Sendo assim, para Ricoeur (2003), o problema da relação entre a memória e a identidade é o fato de a memória ser mobilizada a serviço da busca, do requerimento, da reivindicação da identidade, pois há, nesses processos, a possibilidade de manipulação da memória e do esquecimento por quem tem o poder. Manipulação essa que é evidenciada pela demasiada memória, memória em excesso, abusos de memória ou de esquecimento.⁹⁶ O autor afirma que é possível identificar os *resorts*, lugares em que se apoiam as diversas empresas de manipulação da memória, nas suas palavras: “En el plano más profundo, el de las mediaciones simbólicas de la acción, la memoria es incorporada a la constitución de la identidad a través de la función narrativa” (RICOEUR, 2003, p. 116).

É no relato, segundo a lógica do autor, que se circunscrevem os papéis dos sujeitos sociais, a ação dos mesmos e a própria ação. O relato, em função do seu caráter seletivo, tem meios astutos de promover tanto o esquecimento como a lembrança. A narração promove:

relatos de fundación, relatos de gloria y de humillación alimentan el discurso de la adulación y del miedo. De este modo, se hace posible vincular los

⁹⁶ Esses abusos de memória e de esquecimento a que se refere Ricoeur (2003), são comparados, por ele, como uma situação patológica de memória coletiva.

abusos expresos de la memória a los efectos de distorsión propios del plano del fenómeno de la ideología (RICOEUR, 2003, p.116-7).

O autor continua, afirmando que nesse plano a memória imposta está equipada por uma história autorizada, a história oficial, que é veiculada, ensinada e celebrada publicamente; aqui, memória, história e identidade se imbricam, pois, essa memória exercida, legitimada por uma história oficial, procura construir uma identidade.⁹⁷

As reflexões de Ricouer (2003) sobre as relações entre memória exercida e identidade nos permitem melhor analisar o discurso relativo à autonomia política do Tocantins, emitido pelo periódico em pauta no período por nós analisado. Podemos afirmar que há, nesse discurso, o que esse autor denomina de excesso de memória, pois a luta pela emancipação, muitas vezes representada nesses enunciados como remontando ao início do século XIX, assim como o “abandono” e a “exclusão” infligidos pelo “outro” antes da instituição do Tocantins, foi veementemente lembrada e relembada nos enunciados desse discurso.

Como já afirmado, o movimento de autonomia da década de 1980, a “guerra fundadora do Tocantins”, foi insistentemente lembrado nos enunciados em análise e, não raro, como já mencionado, foi representado como o ápice, o apogeu de um processo que teve início em 1821, quando o ouvidor da comarca de São João das Duas Barras, Joaquim Theotônio Segurado⁹⁸, declarou a autonomia do Norte de Goiás em relação ao Sul. Na edição comemorativa ao dia da autonomia, em 1998, um artigo começou a descrever a saga da luta separatista com os seguintes enunciados: “Há 10 anos era promulgada a Constituição brasileira que criou o estado do Tocantins. Foram necessários 167 anos de luta para que os tocantinenses de hoje pudessem comemorar esta data” (J.T. 05/10/1998)⁹⁹. Esses enunciados, ao darem um sentido de continuidade histórica entre os movimentos de 1821 e o da década de 1980, retrataram o Tocantins como se sua existência remontasse à

⁹⁷ O autor conclui o capítulo sobre a memória exercida, propondo uma memória justa, no sentido ético-político, pois, segundo as suas reflexões, não se pode fazer abstração das condições históricas em que é requerido o dever de memória, contudo, segundo ele, há excessos de memória em alguns lugares e excessos de esquecimento em outros, o que lhe causa perplexidade.

⁹⁸ Em relação a Theotônio Segurado, ver primeiro capítulo desse trabalho.

⁹⁹ Artigo escrito por Rosalvo Leomeu.

segunda década do século XIX.¹⁰⁰ O mesmo artigo, citando trechos da proclamação pela autonomia do Norte, feita por Theotônio Segurado em 1821, continuou a dar esse sentido histórico ao citado movimento, ou seja, o mesmo foi representado, nesses enunciados, como o deflagrador do início do processo de autonomia do Tocantins e, também, como um marco que principia, simbolicamente, o próprio estado.

Habitantes da Comarca da Palma! É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico; todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo. Palmenses sejamos livres e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a Constituição!" Estes trechos da célebre proclamação do ouvidor Joaquim Teotônio Segurado, em 15 de setembro de 1821, marcaram oficialmente a luta libertária tocantinense que chegou ao seu ápice com a criação do Estado do Tocantins através da promulgação da atual Constituição, em 05 de outubro de 1988 (J.T. 05/10/1998, p. 2, Edição Especial).¹⁰¹

O autor continuou o artigo relatando todo o processo do movimento de 1821 e depois traçou uma linearidade histórica entre ele e as manifestações pró-autonomia, ocorridas no transcorrer dos séculos XIX e XX¹⁰², até chegar ao ano de 1988, com a promulgação da Constituição e a criação do Tocantins. As manifestações pela autonomia do Norte goiano, ocorridas no século XIX são rememoradas nesses enunciados da seguinte forma:

Em 22 de julho de 1873 o parlamentar João Cardoso de Menezes e Souza apresentou na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, uma proposta de divisão de Goiás e anexação ao Pará da parte Norte da província goiana. Em alternativa a isso, o Visconde de Taunay, deputado por Goiás, propôs a criação da província de Boa Vista do Tocantins. Em 1879, o mesmo Visconde de Taunay apresentou um projeto propondo a criação da Província do Tocantins. Em 1880, Fausto Souza lançou uma carta de redivisão territorial em que previa o surgimento do Tocantins abrangendo vilas e povoados ao Norte do Paralelo XIII goiano (J.T. 05/10/1998, p. 2, Edição Especial).

¹⁰⁰ Ribeiro (2001), demonstra que essa continuidade histórica, entre o movimento de 1822 e o de 1988, é feita, também, pela historiografia tocantinense, produzida depois da autonomia.

¹⁰¹ Artigo escrito por Rosalvo Leomeu.

¹⁰² Como já referido, no primeiro capítulo desse trabalho, a produção histórica que aborda o movimento da autonomia tocantinense, também ressalta manifestações de autoridades, principalmente da cidade de Porto Nacional que, no transcorrer do século XX, se manifestaram a favor da separação de Goiás. A título de exemplo ver: CAVALCANTE, 1990. op. cit.

Como podemos perceber, há, nesses enunciados, um encadeamento que inter-relaciona os fatos, dando um sentido evolutivo às manifestações pró-autonomia ocorridas no transcorrer do século XIX. Em relação às manifestações que propunham a autonomia do Norte de Goiás, ocorridas no século XX, o artigo salientou:

Em 1920, José Pires do Rio, ministro de Viação e Obras, fez mais uma defesa da criação do Estado tocantinense, o mesmo acontecendo com o professor e geógrafo Teixeira de Freitas, durante o período de 1937 a 1942, em um estudo de redivisão territorial. O brigadeiro Lysias Rodrigues, que estabeleceu os aeroportos da rota aérea tocantinense, chegou a escrever cartas para Getúlio Vargas defendendo a criação do Estado juntamente com o brigadeiro Eduardo Gomes. Lysias, ao inaugurar um aeroporto em Porto Nacional, em 1945, fez uma veemente defesa da criação do Tocantins J.T., 05/10/1998, p.02, Edição Especial).

O autor continuou:

Em 13 de maio de 1956, o Dr. Feliciano Braga, juiz da comarca de Porto Nacional e o professor Fabrício César Freire divulgam um 'Manifesto à Nação' defendendo a criação do Tocantins. Assinado por vários nortenses, o manifesto teve repercussão e na Assembléia Legislativa goiana, a deputada Almerinda Arantes apresentou um projeto propondo a criação do Estado. Em 1960, o padre Ruy Rodrigues da Silva fundou em Goiânica a Cenog (Casa do Estudante do Norte Goiano) para incentivar a juventude a apoiar o movimento libertário. E em 1981, foi criada a Conorte (Comissão de Estudos do Norte Goiano), com a meta de lutar pelo desenvolvimento da região e criar o novo Estado (J.T., 05/10/1998, p.02, Edição Especial)

Na sequência, o artigo relatou a trajetória de Siqueira Campos, representado, nesse discurso, como um seguidor, um herdeiro direto de Segurado e das outras lideranças que se manifestaram a favor da divisão do estado de Goiás. E o autor concluiu: "E é esta mais jovem unidade da Federação que hoje completa dez anos de existência, trazendo na bagagem a experiência de muitas lutas que são sementes para a construção do grande futuro sonhado pelos heróis de sua odisséia libertária" (J.T. 05/10/1998, p.02, Edição Especial).

Percebemos, nos enunciados do artigo citado, uma recorrência à memória para fundamentar a ideia de uma "guerra fundadora" para o Tocantins. Houve a construção de um relato, que selecionou o que devia ser lembrado e esquecido,

circunscrevendo a ação dos sujeitos e a própria ação e encadeando fatos para dar um sentido lógico a essa “guerra” que criou o Tocantins. É a memória exercida dando sentido ao passado, ao presente e vislumbrando um futuro, memória que deu continuidade no tempo ao Tocantins e sanou o que Ricoeur (2003) indica como fragilidade da identidade, que vem a ser a dificuldade de se manter o mesmo ao longo do tempo.

Em outro artigo publicado em data comemorativa ao dia da autonomia, encontramos o mesmo discurso, ou seja, o emissor, lançando mão de um relato que remonta ao século XIX e vai até o final do século XX, selecionou o que devia ser lembrado ou esquecido para garantir continuidade e logicidade à “guerra fundadora do Tocantins”.

A luta separatista dos tocantinenses tem contornos de romance de ação e aventura, que bem poderiam formar o enredo de um filme. Este ‘roteiro’ começa com o sonho de seus primeiros líderes, e permanece vivo na memória daqueles que nasceram ou adotaram a região como sua. Personalidades políticas como o governador Siqueira Campos estariam entre os personagens principais desta história, com suas atuações no Congresso Nacional, abrindo caminho para vitória – alcançada com a participação popular -, que se tornou realidade no dia 05 de outubro de 1988, com a promulgação da Constituição (J.T. 05/10/1999, p.5, Edição Especial).

O emissor continuou o artigo fazendo menção aos acontecimentos do movimento de 1821 e concluiu: “[o final do movimento de 1821] representa um dos momentos mais duros e pungentes dessa longa odisséia, que foi a luta libertária tocantinense, que atingiu seu objetivo final, em 05 de outubro de 1988, com a criação do estado do Tocantins através da Assembléia Nacional Constituinte” (J.T. 05/10/1999, p.05, Edição Especial). Comentando, ainda, a derrocada do movimento de 1821, o emissor declarou: “O sonho emancipatório tocantinense foi temporariamente frustrado, mas não esmagado”; depois, relatou as manifestações de autoridades que defendiam a divisão de Goiás nos séculos XIX e XX, dando ênfase aos feitos de Siqueira Campos, no transcorrer da década de 1980, para criar o Tocantins.

Novamente, percebemos a tentativa desses enunciados de, através da memória, dar uma continuidade de 167 anos ao movimento separatista. Para esse discurso, quase duzentos anos não mudaram em nada os objetivos, as

necessidades, a situação da população e os interesses das elites políticas da região; tudo continuou igual, houve uma continuidade histórica. É o relato que, como indica Ricoeur (2003), ao selecionar o que deve ser lembrado ou esquecido, pode enquadrar a memória, a memória que tem um fim, memória que viabiliza a continuidade no tempo de um grupo, o qual, tendo um passado em comum, justifica seu presente enquanto tal e projeta um futuro.

Na edição comemorativa aos doze anos de instauração do estado, lemos o relato da trajetória de lideranças políticas da cidade de Porto Nacional que manifestaram-se a favor da separação do então estado de Goiás em meados do século XX.

O dia 5 de outubro de 1988 não nasceu tão cedo. Ele foi construído, neste século, por lideranças que conseguiram inculcar na população o sentimento de mudança. O processo histórico registra, dentre tantas pessoas importantes, o farmacêutico/bioquímico Osvaldo Aires, que criou o jornal *A Norma*, veículo propagador da luta libertária. A campanha lançada pelo jornal tomou forma organizada em 1943 e eclodiu dez anos mais tarde. A entrada do juiz goiano Feliciano Braga, que aceitou liderar a campanha iniciada por Osvaldo Aires, Fabrício César Freire e João Matos, deu saltos de qualidade, com a entrada em cena de parlamentares na Câmara de Deputados. Zilda Prado Aires, viúva de Osvaldo Aires (que morreu em julho de 1983) conta, com uma ponta de mágoa, que a história ainda não dá valor merecido ao farmacêutico, que chegou a ser prefeito em Porto Nacional, nomeado pelo governador goiano Pedro Ludovico. E ilustra: um bilhete de Braga a Osvaldo Aires teria dado contornos definitivos à história, já que muitos pensavam ter sido do juiz a idéia da campanha pela divisão (J.T., 05/10/2000, p.01, Edição Especial).¹⁰³

Enaltecendo lideranças de Porto Nacional - cidade considerada a capital cultural do Tocantins - que organizaram manifestações pela autonomia do Norte goiano em meados do século XX, o discurso do Jornal do Tocantins, através da recorrência à memória, novamente deu continuidade, no tempo, ao movimento pró-autonomia. E, como já referido, a própria ideia desse processo de autonomia e do Tocantins se imbricavam, ou seja, se o movimento pró-autonomia começou na segunda década do século XIX e teve continuidade até 1988, com a Promulgação da Constituição, é porque o Tocantins existiu desde 1821. A autonomia foi representada, por esse discurso, como uma luta, uma saga que chegara ao fim com

¹⁰³ Artigo escrito por Luiz Armando Costa, Editor de Política.

um desfecho favorável, algo que necessariamente teria que acontecer para demarcar fronteiras existentes desde a segunda década do século XIX.

Além disso, percebemos que o discurso do Jornal do Tocantins para justificar essa “guerra fundadora” do estado, lança mão de uma lógica baseada em uma memória da espoliação, do abandono e do isolamento a que estava relegado o antigo Norte de Goiás. Essa memória do isolamento, ao justificar a luta do Norte para libertar-se dos grilhões do Sul, acabou por circunscrever a figura do “outro” no antigo sul goiano. Aqui percebemos o que Ricouer (2003) também indica como fragilidades de um processo identitário: o fato de esse ser contrastivo e ter que recorrer à memória para evocar o “outro”, que é visto necessariamente como uma ameaça, e a situação de que toda comunidade histórica se origina numa guerra, num conflito. Esses fatores necessários para a construção de uma identidade fazem com que a mesma tenha que se ancorar em uma memória ferida.

Nos enunciados do Jornal do Tocantins, inúmeros são os relatos da situação de isolamento, pobreza e esquecimento da antiga região Norte de Goiás, espoliada pelo sul. É uma memória que justifica o presente de um estado autônomo e o prepara para um futuro promissor.

Os governos de Goiás, que sucessivamente se alternavam no poder, ao serem eleitos com a ajuda dos votos daqui, logo após o pleito esqueciam o Norte e o Nordeste, pois os tinham como um peso morto, um verdadeiro apêndice para o Estado.

O dinheiro aqui arrecadado, que diziam ser irrisório, era levado para Goiânia e alhures aplicado. Para cá voltavam-se as costas e o povo desassistido era quem sofria. [...]

Em 1988, com a nova Constituição veio o estado do Tocantins. Este era fruto do trabalho e da coragem de grandes nomes, que abraçaram a causa de libertar o Norte do jugo das elites dominadoras, por vislumbrarem, neste pedaço da Amazônia Legal, uma região próspera e viável, a qual poderia, tranquilamente, tomar sozinha o rumo do progresso e da prosperidade de sua gente, antes humilhada e massacrada pela ganância dos irmãos do sul (J.T. 29-30/11/1996, p. 2).¹⁰⁴

Em outro artigo, lemos os seguintes enunciados:

Já houve quem acreditasse que o Tocantins era um garimpo. Estes ficaram à margem da estrada. Antes, porém, aqueles que utilizaram de todos os

¹⁰⁴ Artigo escrito por Clenan Renaut de Melo Pereira, publicado na Coluna “Tendências e Idéias”.

instrumentos disponíveis para inviabilizarem a criação do Estado. Difícil não deixar de lembrar as ações e omissões do ex-governador (atual senador), Iris Rezende, contrário a instituição de direito do estado do Tocantins, e tantos outros goianos, que, preocupados com o seu quinhão, imaginavam relegar ao seu quintal a rica e inexplorada – marginalizada na mesma cruel proporção – Região Norte. As ações contrárias partiram até mesmo das igrejinhas culturais goianas, cada um a seu modo, e valendo-se da possibilidade universal do direito (J.T. 04- 05/10/1996, p. 2).¹⁰⁵

Nas citações acima, está explícita a recorrência a uma memória do atraso e do isolamento que circunscreve a figura do “outro”, o Sul goiano. Representado como o causador das mazelas do antigo Norte, o sul vem a ser o responsável também, pela “guerra” da autonomia, a qual, conforme os enunciados em análise, instaurou um presente totalmente promissor para a região.

A história já provou que valeu a pena criar o Estado. Antes éramos uma porção esquecida de Goiás, isolada no centro do Brasil, sem a mínima infraestrutura. Aqui faltava tudo: escolas, hospitais, saneamento, segurança mas nunca faltou esperança. Hoje, com menos de 10 anos, o Tocantins cresce em ritmo acelerado e se consolida como uma das unidades mais promissoras da federação (J.T. 05/10/1998, p. 12, Edição Especial).¹⁰⁶

A ideia de que o Norte era esquecido pelo Sul, região que detinha o aparato financeiro e administrativo do antigo Goiás, foi insistentemente emitida nos enunciados em questão. A veiculação dessa ideia tendeu a construir, no imaginário dos receptores desse discurso, uma espécie de ressentimento em relação ao Sul, e, como nos lembra Ansart (2004), nada como o ressentimento para forjar um sentimento identitário entre um grupo. Esse autor, refletindo sobre o conceito de ressentimento, afirma que a construção de identidades, tanto pessoais como de grupos, está densamente alimentada, cultivada e acalentada por cargas afetivas muitas vezes negativas: “[...] o ódio recalcado e depois manifesto cria uma solidariedade afetiva que, extrapolando as rivalidades internas, permite a reconstituição de uma coesão, de uma forte identificação de cada um com seu grupo” (ANSART, 2004, p. 22).

Assim, podemos afirmar que a rememoração constante de um passado de exclusão do antigo Norte goiano, feita pelo Jornal do Tocantins, ancorou a

¹⁰⁵ Artigo escrito por Luis Armando Costa.

¹⁰⁶ Artigo escrito por Raimundo Pires, na época, governador interino do Estado do Tocantins.

interpelação de um sentimento identitário entre os receptores desse discurso. Esse passado de exclusão, insistentemente rememorado, produzia um sentido naquele presente, qual seja: passado de isolamento e pobreza que legitimou a autonomia e a consolidação do estado e que preparava a região para um futuro extremamente promissor.

Anos atrás quando o Tocantins se constituía no Norte-Goiano, olhávamos este pedaço do Brasil como parte isolada e esquecida pelos governos Federal e Estadual da época. Lembro-me como se fosse hoje, a grande existência de poeira, lama, falta d'água, de energia, falta de estradas, de escolas, de estrutura e saúde, aos pequenos produtores e aos micros e pequenos empresários. Vivíamos a mercê do descaso, do sofrimento, do abandono, do esquecimento. [...]

Após a criação do novo estado, deu-se início a construção de um sonho, a busca pela transformação de um estado recém-criado e fraco, em um Tocantins forte, emergente, e potente. [...]

Por tudo que se tem feito nesse Estado, pelo que vem sendo concretizado por este Governo, só nos deixa certos de que o estado caminha a passos ligeiros rumo ao desenvolvimento e a modernidade (J.T., 10/06/1998, p. 4).¹⁰⁷

Diante do exposto, podemos afirmar que houve, por parte do discurso veiculado pelo Jornal do Tocantins no período investigado, a recorrência a uma memória exercida que, repetitivamente, rememorou os mesmos feitos e fez a mesma seleção do que devia ser lembrado e esquecido. Há a lembrança constante do período em que o antigo Norte estava inserido no estado de Goiás, em uma situação que, segundo o discurso em questão, lhe imputava exploração e usurpação. Isso é o que podemos chamar de memória instrumentalizada, que visa a construção de uma identidade e, para isso, lança mão da construção de um relato que circunscreve a figura do “outro” e também da guerra fundadora de uma comunidade. Memória que passa a ser um elemento constitutivo da identidade, pois é ela que estabelece um elo temporal por meio de uma visão de passado que legitima o presente e dá uma perspectiva de futuro. Esse elo entre passado, presente e futuro é indispensável a todo e qualquer processo de construção identitário, já que, como afirma Ricouer (2003), dentre as fragilidades da identidade, a que mais se destaca é a sua relação com o tempo, ou seja, a difícil situação de permanecer a mesma, tanto em nível individual como coletivo, ao longo do tempo.

¹⁰⁷ Artigo escrito por Manoel Neto Lopes Rodrigues, Presidente da Ação da Juventude Liberal de Brejinho do Nazaré – TO.

Assim sendo, Estado com um passado de exclusão, mas que vivenciou lutas durante quase duzentos anos para efetivar a sua autonomia: estas são duas classificações, circunscritas no âmbito da memória, que o discurso do Jornal do Tocantins invocou, no período em análise, para demarcar alteridade a mais nova unidade da federação.

4.2.2 A modernidade

Uma das categorizações mais recorrentes, em relação ao Tocantins, emitidas no periódico em pauta, foi a modernidade.¹⁰⁸ Conforme o Jornal do Tocantins, o mais novo Estado da federação já nasceu moderno, com uma máquina administrativa enxuta que não necessitava de auxílio da União. Inserido nas novas tendências econômicas mundiais, o Tocantins passava por um processo de privatizações que era alardeado pelo jornal como sinônimo de preparo para o mesmo adentrar fortalecido na economia nacional e mundial.

Na edição comemorativa aos nove anos de existência do estado, o jornal publicou uma entrevista do então governador Siqueira Campos em que esse político fez uma apologia às privatizações, demonstrando toda a sua postura neoliberal em relação à organização do estado.

Governo não é para tratar de negócios, governo é para tratar de educação, saúde, segurança e infra-estrutura para as atividades econômicas. As atividades econômicas devem ser exploradas pelas empresas e o governo deve estar vigilante. O imposto que a empresa paga (sic) a participação do governo e da sociedade nos negócios. Tem de privatizar, (..). Nós não podemos deixar de privatizar. Temos de privatizar e eu apoio o Governo Federal [...].

[...] Eu privatizo tudo o que puder [...] (J.T. 5-7/10/1997, p. 3).

¹⁰⁸ Tradicionalmente, a Modernidade é um conceito ligado às transformações, vivenciadas por uma sociedade com a implantação do sistema capitalista. Como veremos, o discurso do Jornal, na época em questão, também concebia a modernidade como um processo ligado às transformações ocorridas com a plena implantação desse sistema. E, de uma forma mais específica, o discurso estudado atrelava a modernidade a um Estado que tinha uma organização política e administrativa minimizada, alinhada aos princípios neoliberais. Além disso, para o discurso analisado, a modernidade era efetivada por meio da modernização, isto é, através da implantação de obras (tanto públicas quanto privadas) que viabilizassem o crescimento econômico do Tocantins.

Na edição de 19/02/2000, o periódico publicou um artigo cuja manchete - “Siqueira faz mobilização geral por privatizações” - dava a tônica de um dos assuntos mais abordados pelo jornal naquele momento. No discurso do periódico, as privatizações eram tidas como necessárias para que o Tocantins tivesse condições de crescer economicamente e se destacar como um estado promissor no âmbito nacional.

Para garantir investimentos que ultrapassam US\$ 8 bilhões e que colocarão o Tocantins em uma situação privilegiada até mediante de (sic) outros estados já mais desenvolvidos, o governador Siqueira Campos quer a mobilização dos setores produtivos, das lideranças políticas e da comunidade para sensibilizar as autoridades federais no sentido de aprovar a privatização de cinco usinas hidrelétricas e da Ferrovia Norte-Sul (J.T., 19/02/2000, p. 05).

A campanha promovida pelo então governador e veiculada com ênfase pelo jornal, pretendia mobilizar a sociedade civil e entidades das mais variadas esferas para, através de e-mails, telefonemas e correspondências, manifestarem seu apoio às privatizações e, assim, sensibilizarem a União no sentido de aprovar o projeto de privatização de cinco hidrelétricas e da Ferrovia Norte-Sul.

Na edição do dia 20/02/2000, um artigo veiculava a ideia de que a exploração das abundantes riquezas naturais do Tocantins só poderia ser efetivada com a injeção de capital da iniciativa privada em setores tradicionalmente pertencentes ao âmbito estatal.

São US\$ 8 bilhões que podem ser injetados na economia tocantinense com a construção, pela iniciativa privada, de cinco usinas hidrelétricas e da Ferrovia, que vai transportar o desenvolvimento de Norte a Sul do País. O Tocantins e o Brasil têm potencial para gerar riquezas e transformarem-se num verdadeiro celeiro do mundo. Basta aproveitar seus recursos imensuráveis que estão à espera de capital e trabalho (J.T. 20/02/2000, 2º Caderno, p. 02).

Na lógica discursiva do periódico, o Tocantins necessitava do capital da iniciativa privada para explorar suas riquezas naturais e se transformar em um estado moderno e rico. Ainda no mesmo mês, várias matérias que se referiam ao processo de privatização, proposto pelo então governador Siqueira Campos, foram

publicadas no jornal. No dia 22/02/2000, sob a manchete: “Sociedade adere à ação por privatização”, foram publicados vários depoimentos de autoridades políticas e personalidades de destaque do estado, que haviam aderido aos apelos de Siqueira para uma manifestação junto à União em prol das privatizações em pauta. Dentre esses depoimentos, podemos destacar o de Ângelo Agnolin, na época presidente da Fecomércio.

É altamente válida essa campanha. Vem ao encontro da filosofia tocantinense de dar à iniciativa privada essas obras que são de grande importância para o Estado. A Fecomércio já está envolvida nisso. Já recomendamos aos nossos membros e associados que entrem no processo e enviem correspondências (J.T., 22/02/2000, p. 03).

Nesse depoimento, foi significativa a afirmação de que a privatização das grandes obras era uma prática que fazia parte da filosofia tocantinense. Afinal, nessa lógica ficava perpassada a ideia de que essa situação era decorrente de uma “tendência natural” do Tocantins, e não de um processo resultante de decisões políticas. Outro depoimento, publicado na mesma matéria, que enalteceu a campanha do governador Siqueira Campos pelas privatizações foi o do presidente da Assembléia Legislativa do estado, deputado Marcelo Miranda.¹⁰⁹

A Assembléia como um todo quer parabenizar a iniciativa do Governador que é um homem de visão e tem brigado por isso já há algum tempo. Agora vamos brigar juntos por isso. É uma atitude certa e estamos de acordo. Pode ter certeza que vamos apoiar (J.T., 22/02/2000, p. 03).

O periódico em pauta, ao veicular esse depoimento emitido pela autoridade máxima do Legislativo tocantinense, estava, sem dúvida, por fortalecer a ideia de que as privatizações pretendidas eram legítimas e contribuiriam para o crescimento do estado. Outro depoimento favorável às privatizações que, por ser emitido por uma autoridade política expressiva do estado, dava uma maior sustentação ao

¹⁰⁹ Nas eleições de 2002, Marcelo Miranda, sob o aval político do então Governador Siqueira Campos, foi eleito Governador do Tocantins. No transcorrer do mandato (2003-2006), Marcelo Miranda rompeu, politicamente, com Siqueira e, concorrendo com este último nas eleições para o governo do Estado em 2006, venceu o pleito e exerce, desde 2007, o cargo de Governador do Tocantins.

discurso pró-privatizações, veiculado pelo jornal, foi o de Ronaldo Dimas¹¹⁰, na época presidente da FIETO – Federação das Indústrias do Estado do Tocantins.

Vamos entrar na campanha. A iniciativa é oportuna. Não só o Tocantins mas o Brasil precisa dessas obras. A construção de novas fontes geradoras de energia é extremamente importante. A ferrovia está aí em andamento mas de forma muito lenta. A capacidade do Poder Público está extremamente reduzida e geralmente é muito morosa (J.T., 22/02/2000, p. 03).

Com a veiculação de ideias que enalteciam as privatizações e as colocavam como condição de crescimento econômico do estado, o jornal concluiu a série de artigos e notícias sobre o processo em pauta com a informação de que as privatizações pretendidas haviam sido autorizadas pela União.

O governador Siqueira Campos (PFL) foi informado ontem, à tarde, pelo ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, de que já foi aprovada pelo Conselho Nacional de Desestatização (CND), a privatização das usinas de São Salvador, Peixe, Estreito, Serra Quebrada e Santa Isabel no Tocantins. “Nós já temos assegurada a privatização”, disse o Governador satisfeito com o anúncio do ministro e destacando que o próximo passo será a busca de investidores para a construção de hidrelétricas onde estiverem (J.T., 23/02/2000, p. 02).

Com o desfecho favorável dessa campanha por privatizações, o periódico encerrou, momentaneamente, a apologia em relação a esse processo. Contudo, a ideia de que o Tocantins necessitava de capital da iniciativa privada para ter uma economia de mercado forte, onde o estado não interviria, perpassou o discurso analisado durante todo o período investigado.

Para o discurso do jornal, o Tocantins era um estado enxuto e com uma máquina político-administrativa totalmente moldada nos parâmetros da modernidade.

¹¹⁰ Ronaldo Dimas, após ser Presidente da FIETO, foi eleito, em 2002, Senador pelo Estado do Tocantins. Em 2008, concorreu nas eleições municipais, da cidade de Araguaína - pólo econômico mais desenvolvido do Tocantins- para o cargo de Prefeito, tendo sido vencido pelo candidato Valuar Barros.

O Tocantins que gerou na esteira de sua criação e constituição um dos mais notáveis exemplos de organização política, além de refletir um amplo horizonte por onde percorrem as lutas emancipacionistas centradas em valores que inquestionavelmente acabaram referendando o desejo dos antigos 'nortenses', vive hoje uma realidade punjante que não desmerece a justa esperança de milhares de tocantinenses, alimentada nos primeiros momentos pela natural euforia que, há sete anos, com a promulgação da Constituição de 1988, bafejou o novo Estado.

Se a esperança não morreu e o entusiasmo ainda é contagiante, tudo isso tem relação direta com a realidade atual, que coloca o Tocantins no pedestal do Estado mais enxuto da Federação que não se subordina aos planos de contenção ditados pelo governo federal porque já possui, [...] um perfil econômico-financeiro-administrativo que o encaixa nos mais altos parâmetros da modernidade (J.T. 28 a 30/01/1996, p. 2).¹¹¹

A regularidade com que o enaltecimento dessa modernidade do Tocantins foi veiculada, no periódico em questão, nos permite afirmar que a mesma respondia a uma lógica situacional. Afinal, na época em que o Tocantins foi criado e consolidado, a tônica dos discursos e das práticas econômicas capitalistas, tanto em nível nacional quanto internacional, estava toda voltada para o ideário neoliberal¹¹². Por isso, para o jornal, ser um estado moderno significava ser um estado minimizado, não interventor e que só tinha o papel de administrar as questões públicas mais prementes, como a saúde, a educação e a infraestrutura. Nesse ínterim, para o discurso do periódico, o Tocantins, instituindo essas práticas, já nascia moderno, e, essa era uma das suas peculiaridades diante do todo nacional.

Nesse discurso que enaltecia o Tocantins e o colocava como uma espécie de exemplo para a nação, havia sempre a veiculação de uma lógica onde essa modernidade conseguida pelo estado legitimava a autonomia ocorrida em 1988. Em editorial publicado em outubro de 1997, lemos:

O Tocantins entra no décimo ano de sua criação com a pujância de um Estado forte, implantado em sua plenitude, vendo descortinarem-se condições e instrumentos empreendedores de uma economia em desenvolvimento, combinada com justiça social. [...]

As receitas do antigo norte de Goiás, por exemplo, que antes representavam apenas 3% do que arrecadava todo território goiano, hoje alcançam a casa dos 37%, com o Tocantins autônomo. É justo reconhecer

¹¹¹ Artigo escrito por Henrique Duarte, articulista do Jornal O Popular, de Goiânia.

¹¹² Com a crise do capitalismo, iniciada na década de 1970, o mundo ocidental, gradativamente, vivenciou o desmantelamento do Estado do bem estar social e a implantação das chamadas práticas neoliberais, que, dentre outros aspectos, minimizaram o Estado, flexibilizaram as relações de trabalho e enalteceram o individualismo. Sobre esse contexto ver: CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. v. 1 e HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

que o Estado avança celeremente para se tornar uma das regiões mais produtivas do País. [...] [Os avanços com obras, pavimentação de estradas] cimentam um futuro de desenvolvimento que a região certamente demoraria a enfrentar, caso persistisse o abandono a que estava relegada antes da divisão do Estado de Goiás, autorizada pela Constituição Federal de 1988, depois de luta libertária de anos.

Consolidado, o Tocantins está a provar, a cada dia, com a força de seu povo e os seus projetos que se viabilizam, que estavam certos os que, por tanto tempo, lutaram pela sua criação, levados pelo sonho de ver um Estado livre, independente, construído com o trabalho de sua gente, como ocorre nove anos após a sua instalação (J. T. 5-7/10/1997, p. 1).

A lógica existente nesses enunciados era que tinha valido a pena a separação de Goiás, pois a modernidade estava alcançada. Em 1998, lemos, no periódico em análise, dentre uma série de depoimentos elogiosos sobre o Tocantins: “É gratificante verificar que o estado do Tocantins chega aos 10 anos consolidado, com invejáveis índices de desenvolvimento, modelo da administração moderna [...]” (J.T. 05/08/1998, p. 3)¹¹³ ou ainda: “Mais do que sua criação, há que se festejar o êxito do Tocantins, a unidade federada que mais cresce no País, a um índice de 7,8% ao ano” (J.T. 05/08/1998, p. 3)¹¹⁴ E, para legitimar ainda mais a autonomia do estado do Tocantins, o discurso em pauta sublinhava insistentemente o desenvolvimento econômico do estado, moldado nos parâmetros da modernidade: “[...] nós conseguimos fazer nesses dez anos no Estado o que não se conseguiu fazer em toda a sua história de mais de cem anos” (J.T. 05/08/1998,p. 4)¹¹⁵.

Conforme o discurso do jornal, essa modernidade alcançada pelo estado, além de ser pautada em uma organização político-administrativa enxuta, era também expressada em grandes empreendimentos, como a construção de Palmas,¹¹⁶ capital do estado, a Usina de Lajeado¹¹⁷ e a construção e pavimentação de estradas. Um artigo publicado na edição de 05/08/1998, assim se referia às obras que estavam sendo realizadas no Tocantins:

¹¹³ Depoimento de Domiciano de Faria, na época, diretor de Jornalismo da Organização Jaime Câmara.

¹¹⁴ Depoimento de João Rocha, naquele momento, era Senador do Tocantins pelo PFL.

¹¹⁵ Artigo de Moisés Avelino, segundo governador do Tocantins (1990-1993)

¹¹⁶ Palmas, a capital do Tocantins, foi planejada e construída, na época do primeiro governo de Siqueira Campos 1989-1990.

¹¹⁷ Usina Hidrelétrica, batizada de Luis Eduardo Magalhães, construída no rio Tocantins, próxima da cidade de Palmas. A construção dessa Usina é que viabilizou a existência de um lago, com praias artificiais, na cidade de Palmas.

Vamos entrar agora numa nova década que vai completar a consolidação do estado com grandes projetos, inclusive com alguns já em execução como a Usina de Lajeado, a Linha Norte/Sul, a Hidrovia Araguaia-Tocantins, a Ferrovia Norte/Sul e o Pertins. O progresso que já experimentamos e o futuro promissor estão nos provando que valeu a pena sonhar e lutar pela nossa independência (J.T 05/10/1998, p. 12, Edição Especial).¹¹⁸

Das obras realizadas na época, uma das mais elogiadas pelo periódico foi a Usina Hidrelétrica de Lajeado. Conforme o discurso do periódico, essa usina iria tornar o Tocantins autosuficiente em produção de energia e ainda faria com que o estado exportasse energia para outras regiões do país. É importante lembrar que, na época da construção dessa usina, o Brasil passava por sérios problemas no setor energético, com os famosos “apagões” que assolavam o país. Nesse ínterim, o discurso do jornal, através de apologias à construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, delineou uma alteridade extremamente positiva para o Tocantins da época: estado rico em potencialidades energéticas, enquanto o país passava por uma crise no setor de energia.

Outra questão altamente positiva que existe no Estado é a expansão do setor energético, deficiente em quase todo o País e que aqui será em breve, motivo que não provocará mais preocupações. Com as pequenas usinas já existentes e com a construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, situada no município de Lajeado, o Tocantins passará em alguns anos, do papel de importador para exportador de energia elétrica. Como para concretizar a implantação de indústrias é necessário a disponibilização em larga escala de energia elétrica, o Tocantins está se transformando no lugar ideal para o crescimento de empresas diversas, com portes distintos (J.T., 23/09/1998, p. 04).

A mesma lógica é transmitida nos enunciados publicados na coluna de economia, do dia 13/02/2000.

O Tocantins se tornará em breve, não apenas auto-suficiente na produção de energia, mas um exportador de grande porte, ficando numa posição de destaque e extremamente favorável em relação aos outros estados, uma vez que a maioria não produz nem 2% do que consome. Hoje se importa 60% da energia consumida no Estado. Os outros 40% já são produzidos por pequenas usinas. Com a entrada em 2001 das primeiras turbinas da UHE, o

¹¹⁸ Artigo escrito por Raimundo Pires, naquele momento, governador interino do Tocantins. Raimundo Pires assumiu o cargo de governador interino para que Siqueira Campos, então governador do Tocantins, pudesse se candidatar, novamente, ao executivo do Estado, nas eleições de 1998.

Tocantins não precisará mais comprar energia. Quando estiver com as cinco turbinas em funcionamento, a Hidrelétrica produzirá 850 Megawatts, já podendo exportar energia para o restante do Brasil (J.T., 13/02/2000, p. 08).

Ainda para exemplificar como o discurso relativo à Usina de Lajeado, veiculado pelo jornal, construía uma singularidade extremamente positiva para o Tocantins, citamos os enunciados de uma propaganda do governo do estado, publicada na edição de 31/12/ 1997 a 03/01/1998, a qual teve como título “A Energia e o Trabalho do Tocantins Gerando Desenvolvimento para o Brasil”.

Enquanto todo o país fala em racionamento de energia elétrica, o Tocantins surge na contramão da crise com a USINA HIDRELÉTRICA DO LAJEADO, obra que irá gerar não apenas a energia que o Brasil precisa, mas também os empregos e o desenvolvimento que o centro-norte do país tanto necessita (J.T., 31/12 a 03/01/1998, p. 17).

Outra obra sempre lembrada e relembada pelo discurso do jornal para referenciar a decantada modernidade tocantinense foi a construção da capital do Estado, Palmas. Palmas, denominada pelos enunciados do periódico, de “capital de todos os brasileiros”,¹¹⁹ era retratada, pelos mesmos, como sinônimo da institucionalização do estado.

Neste local, às 10 horas do dia 20 de maio de 1989, o governador Siqueira Campos deu início à construção da Capital definitiva do Estado do Tocantins. Uma placa com estes dizeres fincada no meio do cerrado lançou a pedra fundamental e deu início à construção de Palmas no dia 20 de maio de 1989” (J.T., 05/10/1998, p.2, Caderno Especial).¹²⁰

Na edição de 19/02/2000, comemorava-se a data da escolha do local onde Palmas foi erigida.

Há exatamente 11 anos, no dia 19 de fevereiro de 1989, o atual governador Siqueira Campos realizou o 1º sobrevôo sobre um grande cerrado ao pé da

¹¹⁹ Esta denominação à capital tocantinense era por motivo dessa cidade, na época, ter recebido migrantes de toda parte do Brasil. A título de exemplo, ver: Jornal do Tocantins, edição de 03/02/1999.

¹²⁰ Artigo escrito por Rosalvo Leomeu.

Serra do Lajeado, onde seria construída a futura Capital do Estado, Palmas. Naquela época muitos pensavam que a construção de uma Capital para o recém criado Estado do Tocantins era um sonho de um visionário. Mas o tempo mostrou que o local era bom para construir uma Capital, que pretende ser a melhor cidade do século XXI (J.T. 19/02/2000).

Tida como símbolo do Tocantins, Palmas teve a sua história sempre lembrada nas páginas do periódico. Em um artigo intitulado “Símbolo que identifica um Estado consolidado”, lemos:

Um dos pontos fundamentais para a afirmação do Estado foi certamente a Capital. Ao completar o Estado seus doze anos, Palmas é lembrada como símbolo do Tocantins. Sua construção começou em 20 de maio de 89, na fazenda Sussuarana, com o lançamento da pedra fundamental e a celebração da primeira missa pelo bispo de Porto Nacional, Dom Celso Pereira de Almeida (J.T. 05/10/2000).

Palmas, que foi planejada e construída, tornou-se, no discurso em análise, um local que, por ser contemplado com muitas belezas naturais e arquitetônicas, podia atrair muitos visitantes e distinguir-se em nível nacional.

A Capital que mais cresce no País (28,7%) já recebeu da Embratur o título de Capital Turística e, assim que começar as obras do Projeto Orla, certamente vamos ver com prazer, despertar o interesse de muitos em conhecer esta terra. Palmas que já foi contada em verso e prosa é sempre surpresa para os que aqui chegam.

Elogiada pelo seu arrojado projeto arquitetônico e erguida sob o olhar terno das serras do Carmo e Lajeado e, tendo às margens (sic) esquerda o Rio Tocantins, é, com toda razão, o motivo de inspiração para os artistas da região. [...] (J. T., 03/05/2000, p. 2).¹²¹

E o artigo continuou, veiculando uma lógica que construía um sujeito palmense orgulhoso de sua cidade.

Palmas, que há 10 anos viu chegar caminhões repletos de tralhas dos seus primeiros moradores, brevemente verá também muitos turistas chegarem e se deslumbrarem com suas belezas naturais e artificiais que só orgulham os que para cá vieram e resolveram ficar (J. T., 03/05/2000, p. 2).

¹²¹ Artigo escrito por Thelma Maranhão, jornalista e presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo.

No enaltecimento dos potenciais turísticos de Palmas, feito pelo discurso do jornal, o chamado Projeto Orla, que resultaria em um lago de praias artificiais para a cidade, sempre foi enfatizado. Em relação ao citado projeto, um artigo publicado no dia 13/01/2000, afirma:

Com a construção da barragem na Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, haverá a formação de um lago com extensão de 630 quilômetros quadrados que deverá modificar a economia tanto da Capital quanto de cidades próximas que serão também beneficiadas com as águas do lago formado pelo rio Tocantins.

Com a acumulação das águas, um novo panorama visual também ficará distinto na região central do Estado e, com isso, possivelmente estará propiciando o turismo executivo e o lazer comum para os moradores de Palmas e de cidades vizinhas. [...]

No projeto original que deverá ser entregue à Capital, o lago terá uma praia constante, locais de lazer, marinas, avenida com calçadão, área comercial e toda uma infra-estrutura apropriada para ser explorada por aqueles que estiverem dispostos a investir na área turística. [...] (J. T. 13/01/2000, p. 04).¹²²

No dia 14/09/2000, o governo do Tocantins, em propaganda paga, convidava a todos para a assinatura do convênio de autorização de implantação do Projeto Orla da seguinte forma:

CONVITE

Nesta quinta-feira, 14 de setembro, às 10h, no auditório do Palácio Araguaia, o Governo do Tocantins assina o convênio de autorização de implantação do Projeto Orla e apresentação do projeto da monumental Ponte que liga Palmas a Paraíso. Esta é mais uma grande etapa da consolidação do Tocantins, de sua Capital, Palmas, e das cidades vizinhas.

O investimento marca a parceria do Governo do Estado com as Prefeituras da Região Metropolitana de Palmas e a Iniciativa Privada, e vai gerar milhares de empregos e renda para toda a população.

O Projeto Orla oferece uma infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo nas áreas de praias, ilhas e entorno do Lago de Palmas e da Região Central do Estado a patamares jamais vistos, estendendo seus benefícios aos programas sociais, à saúde, educação, assistência social e segurança pública do Tocantins.

Governo do Tocantins em dia com o Povo! (J.T. 14/09/2000, p. 01).

Para o discurso do jornal, diante da implantação do Projeto Orla, a capital, além de desenvolver todo o seu potencial turístico, teria também a possibilidade de

¹²² Artigo escrito por Jorge Gouveia, repórter do Jornal do Tocantins.

resolver problemas básicos das mais diversas esferas. Era o progresso da capital e do Tocantins que se materializava ainda mais com a construção de obras. Palmas, entretanto, representava um marco, uma distinção do mais novo estado da Federação. Assim, o discurso analisado enaltecia as especificidades dessa cidade, com o propósito de distingui-la e identificá-la positivamente. Em artigo publicado na edição de 28 a 30/01/1996, as especificidades de Palmas eram firmadas em relação a Goiânia, antiga capital de todo o estado de Goiás.

A Capital, Palmas que mantém altos índices de crescimento se comparada a Goiânia, andou muito mais depressa na formação da sua infra-estrutura. No começo da década de 70, portanto quarenta anos após o seu advento, a capital Goiânia não contava com rede de esgoto sanitário a não ser na zona central, cerca de 18% da população. A capital tocantinense com sete anos de vida, já tem redes coletoras até nas suas cidades satélites, emissários e tratamento completo. Este é um dado promissor porque dá uma mostra da qualidade de vida em Palmas, podendo-se a partir daí medir o alto grau de desenvolvimento urbano e humano (J.T., 28 a 30/01/1996, p. 2).¹²³

Sabe-se que toda e qualquer identidade é construída por contraste, pela oposição, pela diferença, nunca se firmando-se isoladamente¹²⁴, e, na citação acima, vemos uma clara diferenciação de Palmas em relação à Goiânia, a antiga capital de todo o estado de Goiás. Na lógica desses enunciados, o Tocantins, antiga região norte do estado de Goiás com a separação ganhava uma capital mais propícia ao desenvolvimento, o que o distinguiu do antigo sul goiano. Palmas vem a ser, para esses enunciados, um símbolo diacrítico do Tocantins em relação a Goiás, estado que sempre foi caracterizado pelos discursos autonomistas como o “outro”, espoliador e usurpador das riquezas do antigo Norte goiano.

Ainda sobre o discurso relativo a Palmas veiculado pelo jornal, podemos afirmar que essa cidade, em virtude de ter sido planejada e construída na época do primeiro mandato, do governador Siqueira Campos, tinha, nos enunciados em questão, uma ligação direta com esse governante. Siqueira Campos, em entrevista ao Jornal do Tocantins publicada em data comemorativa à autonomia do estado, afirmava ser o idealizador dessa capital, bem como o responsável pela escolha do local onde essa cidade seria construída.

¹²³ Artigo escrito por Henrique Duarte, articulista do jornal O Popular, de Goiânia.

¹²⁴ Sobre o caráter contrastivo da identidade ver: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. Livraria Pioneira, São Paulo, 1976.

O momento que eu vi o platô, ou seja, o morrinho, sobre o qual nós construímos Palmas, já aí eu ia tendo emoções repetidas na medida em que eu andava pelas planícies entrecortadas de platôs. Eu ia encontrando esses platôs e ia sonhando com a cidade que nós teríamos aqui, mas ainda sem a segurança para decidir, e isso eu só encontrei quando encontrei o platô sobre o qual está o Palácio (J. T. 05/10/1999, p. 8).

Conforme os enunciados da entrevista em questão, o governador, emocionado com o lugar onde seria construída a capital e sem ninguém para ouvi-lo, resolveu fazer um discurso para as vacas.

Me lembro que eram umas duas centenas de vacas, todas elas de orelhas em pé, me olhando fixamente, eu subi no cupim e me dirigia a elas tendo segurança de que elas só não bateram palmas e não urraram porque não podiam mesmo, pois a surpresa delas com as minhas palavras certamente foi muito grande e, eu vi, elas ficaram emocionadas. [...]
Eu via gado eu via gente, eu via movimento, eu via multidões, via trabalhadores acionando os seus instrumentos de trabalhos, eu via a febre excitante que o progresso determina. Então eu fiquei realmente emocionado (J.T., 05/10/1999, p. 8).

Nos enunciados dessa entrevista, o então governador, quando da escolha do lugar em que a Capital seria erigida, colocava-se na posição de agraciado por Deus.

Parece que alguma coisa me conduzia, alguma mão. Eu espero que tenha sido a mão de Deus porque certamente ele tem nos protegido muito e espero que eu tenha, sob o ponto de vista de Deus e de todos que aqui habitam, escolhido com acerto esse local (J.T., 05/10/1999, p. 8).

Para o discurso analisado, Palmas, símbolo da modernidade tocantinense, foi construída sob a égide da vontade de um líder que, sob as bênçãos de Deus, levava o Tocantins para o rumo do desenvolvimento e da riqueza.

Um estado com um aparato político-administrativo enxuto, que se desenvolvia economicamente de forma rápida e que promovia a construção de grandes obras foi a lógica perpassada sobre o Tocantins, no discurso analisado na época posterior à autonomia. Além da construção da Usina de Lajeado e de Palmas, outras obras, como a construção de estradas, mereciam destaque nos enunciados veiculados pelo jornal relativos aos avanços da economia tocantinense, veiculados pelo Jornal.

O maior avanço do Tocantins nestes 12 anos de sua criação foi na área de infra-estrutura. O Estado passou de 1847,6 km de estradas pavimentadas para quase 4 mil km de rodovias asfaltadas. "Hoje praticamente não existe mais municípios isolados", afirma o secretário estadual de Planejamento, Lívio Reis de Carvalho, lembrando que, ao passo que foram pavimentadas as grandes rodovias, foram feitas as estradas vicinais, o que garante o escoamento de toda produção agrícola e pecuária do Tocantins. [...] (J.T., 05/10/2000, p.7b, 2º caderno).

Conforme o discurso do periódico analisado, com a emancipação, a modernidade se expandiu por todas as esferas da sociedade tocantinense.

O povo tocantinense, nato ou por opção, tem muito o que comemorar nesses 11 anos de criação do Estado. Apesar das necessidades ainda visíveis em áreas essenciais como Saúde, Educação e Infra-Estrutura, muito já foi feito desde que o Norte goiano passou a ter vida própria e autonomia para apontar seus problemas e buscar soluções. [...] (J.T., 05/10/1999, p. 5).¹²⁵

Com essa mesma lógica, a matéria intitulada "Colheita da perseverança", da edição comemorativa aos 12 anos do Estado, enalteceu a modernidade tocantinense alcançada com a autonomia do estado.

Nos últimos 12 anos, quase cinco mil quilômetros de estradas foram pavimentadas (sic) e áreas como saneamento, saúde, transporte receberam investimentos. Os avanços são grandes e também ainda há muito o que ser feito em prol de sua população, formada por gente de todos lugares do País, atraída pelo progresso e desenvolvimento implementado na antiga região Norte de Goiás, e responsável por um crescimento populacional de 3,5% ao ano (J.T. 05/10/2000, p. 01, 2º Caderno).

Para o discurso estudado, a modernidade vivenciada pelo Tocantins, por si só, já imprimia uma distinção para o estado no todo nacional. Contudo, conforme esse mesmo discurso, essa modernidade trazia consigo mais um fator que demarcaria singularidade ao Tocantins: ser um "estado-solução". Afinal, conforme a lógica em análise, a efetivação da implementação de uma infra-estrutura, no estado potencializava economicamente a situação de o Tocantins ter uma localização geográfica fronteira com o Centro-Oeste e o Nordeste do Brasil. Assim, conforme o

¹²⁵ Artigo escrito por Wania Nóbrega.

discurso analisado, o Tocantins, por estar localizado em uma região limítrofe com vários estados¹²⁶, poderia melhor interligar as economias dos mesmos, tornando-se, então, o “estado da integração nacional” e, também, o “estado-solução” para o Brasil. Na edição de 05/10/1998, a transcrição de uma entrevista veiculava os seguintes enunciados relativos a essa situação.

Eu acho que o Tocantins nesses 10 anos viveu como se tivessem passados 100 anos. O Tocantins se consolidou e está partindo, inclusive, para ser um dos maiores estados da Federação. Depois da construção da Usina de Lajeado e mais algumas hidrelétricas, a abertura, ligação e pavimentação de estradas e rodovias, com a consolidação da hidrovia Araguaia-Tocantins e do linhão Norte-Sul o Tocantins se transformará, com certeza, em um grande celeiro, porque nossa posição privilegiada, no centro do País, faz com que possamos transportar mercadorias para todos os lados (J.T., 05/10/1998, p. 12).¹²⁷

No editorial de 07/10/1998, a possibilidade de o Tocantins transformar-se em uma fronteira agrícola extremamente promissora para o Brasil foi aventada da seguinte forma:

O Tocantins, que faz parte do cerrado brasileiro, ajuda a compor os 90 milhões de hectares agricultáveis localizados nesta região e que estão sendo considerados [...] como a nova fronteira de desenvolvimento agrícola do Brasil.
Essa nova fronteira é possuidora de um grande potencial de geração de emprego e renda e produção de grãos, além de possuir uma localização geográfica privilegiada que facilita o escoamento desta produção (J.T. 07/10/1998, p. 04).

A lógica veiculada acima, construiu a imagem de um estado que propiciava a implementação de uma infra-estrutura moderna e que era capaz de engendrar riquezas e desenvolvimento para a região e para o país. Pois, com tantas possibilidades de crescimento econômico, o Tocantins se distinguiu do todo nacional, que vivenciava uma crise. Em um artigo escrito pelo editor chefe do jornal, José Sebastião Pinheiro, em 26/05/2000, leem-se as seguintes afirmações relativas

¹²⁶ O território tocaninense localiza-se no sudeste, da região norte e tem como limites: o Maranhão a nordeste, o Piauí a leste, a Bahia a sudeste, Goiás ao sul, Mato Grosso a sudeste e Pará a noroeste.

¹²⁷ Entrevista concedida por José Bonifácio, na época, presidente da ATM.

à situação econômica, do novo estado: “O Estado de 278.420,7 km² (3,3% do território nacional e 20,3% do Eixo Araguaia-Tocantins) e 1,1 milhão de habitantes é hoje uma das mais promissoras regiões brasileiras. [...] (J.T. 26/05/2000, p. 04). Nessa mesma lógica, outro enunciado demarcava especificidade à economia tocantinense, em relação à nacional: “O Tocantins é hoje frente de grandes oportunidades, transformando-se em uma feliz exceção em um mercado saturado e com sérios entraves. [...]” (J.T. 26/05/2000, p. 04). Ainda em relação à importância da economia tocantinense para o Brasil, o emissor afirmava: “O Tocantins tem muito a oferecer na construção de um Brasil novo. [...]” (J.T. 26/05/2000, p. 04).

Em tom enaltecedor e profético, um artigo relatando uma visita do então presidente Fernando Henrique Cardoso às obras da Usina de Lajeado mais uma vez retratou o Tocantins como um estado diferenciado, modelo para nação.

[Siqueira Campos transfere a palavra ao Presidente da República] para, no Tocantins, exatamente às suas margens, onde se erige a hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães, dar seu veredicto peremptório sobre o grau de importância do estado do Tocantins em sua gestão e a especialíssima execução do governo Siqueira Campos entre as demais do País: ‘o Tocantins é o estado símbolo do meu governo e Siqueira Campos um exemplo de administrador.’

Com essa declaração o presidente distinguiu o Tocantins, reconheceu e exaltou a administração e a capacidade de administrar de nosso governador. [...]

Deixou, às margens do Tocantins, reboando no espaço, a sua mais íntima manifestação de fé e de interesse no destino desse estado que se levanta no interior do Brasil. Talvez se sentisse, no crescente fértil brasileiros, tal um Nabucodonosor, antevendo uma Babilônia brasileira surgindo entre o Tocantins e o Araguaia, a exemplo do que se deu entre os rios Tigre e Eufrates no antigo Oriente Próximo (J.T. 19/07/2000, p. 5).¹²⁸

Outro símbolo da modernidade tocantinense alardeado pelo discurso do jornal, no período em foco foi a sanção da Universidade Federal do Tocantins pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em 2000. Até então, o Tocantins, que era o único estado da federação sem uma universidade pública federal, segundo os enunciados do periódico, recebeu as boas novas da seguinte forma:

¹²⁸ Artigo de Getúlio Matos Quinaud, professor.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) sanciona na próxima segunda-feira, dia 23, às 16 horas em Brasília, no gabinete de trabalho do Presidente, no Palácio do Planalto, o projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a implantar a Fundação Universidade Federal do Tocantins. A solenidade deverá entrar para a história do Estado como o dia da materialização de uma luta que começou junto com a criação do Tocantins. Estudantes, professores, lideranças políticas, parlamentares e o próprio governador do Estado Siqueira Campos (PFL), conseguiram após diversas tentativas, sensibilizar o Governo Federal da necessidade que o Tocantins tinha de ter uma instituição de ensino superior pública e gratuita federal. Afinal de contas o Tocantins, até então, é o único estado da federação que não tem uma Universidade Federal (J.T., 20/10/2000,p.04).

E o discurso do periódico, atrelando mais essa conquista da modernidade tocantinense ao seu governante, afirmava:

Ao assinar o projeto de Lei que autoriza o Executivo implantar a Universidade Federal do Tocantins, amanhã, às 16 horas, no gabinete no Palácio do Planalto em Brasília, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso (PSDB) estará realizando o marco de coração de uma luta que durou 15 anos, quando o então deputado federal Siqueira Campos apresentava no Congresso Nacional matéria pedindo a criação da Universidade do Norte de Goiás. [...]

A criação da UFT foi um compromisso firmado com a população pelo Governo do Estado, através do senador Eduardo Siqueira Campos durante negociação com os alunos da UNITINS, em abril deste ano, que estavam em greve. O movimento de greve foi deflagrado diante da possibilidade de privatização da UNITINS e durou cerca de 60 dias. Eduardo garantiu a gratuidade do ensino, a criação da UFT e a posterior encampação da UNITINS pela Federal. [...] (J.T. 22/10/2000, p. 05).

Nesses enunciados, fica evidenciada a situação de atrelar todas as transformações ocorridas no estado ao então governante Siqueira Campos. A universidade federal seria instalada com o propósito de encampar a UNITINS, universidade estadual que, naquele momento, estava em vias de ser privatizada. Contudo, o discurso do periódico em nada comentava essa privatização feita pelo governo do estado, preferindo enaltecer Siqueira Campos pela instalação de uma instituição federal de nível superior no Tocantins.

Diante do exposto, podemos afirmar que, por meio do viés de uma modernidade assentada na organização política e administrativa de um estado enxuto, neoliberal e consolidada através de obras que viabilizavam o crescimento da economia e da educação tocantinense, o discurso em pauta construiu uma fronteira identitária extremamente positiva para o Tocantins. E, conforme a lógica discursiva

em questão, esse processo de modernidade vivenciado pelo estado, estava atrelado ao poder político instituído. Afinal, Siqueira Campos, considerado, pelo discurso em pauta, idealizador e mentor do novo estado, era também o concretizador de todo esse processo, o qual legitimava a “secular” luta pela autonomia. Para os enunciados em análise, o presente vivenciado pelo estado naquele momento, por trazer consigo a modernidade, tornava-se o tempo em que se efetivou o apogeu de um processo de lutas, um período em que se consubstanciavam as transformações da realidade de uma região que, antes da autonomia, era retratada, por esses mesmos enunciados, como sinônimo de atraso e espoliação pelo Sul de Goiás.

Além disso, acreditamos, também, que a escolha do traço identitário da modernidade, feita pelo discurso do jornal para nomear o Tocantins, respondia a uma demanda da situação vivenciada pelo estado: a instituição e consolidação dessa nova unidade federativa. Afinal, um discurso sobre um estado recém-criado, com necessidade de legitimar-se tanto perante a si como perante a comunidade nacional e com uma população que, até o final da década de 1980, era goiana, procurava marcar, delinear diferenças, que, conforme a lógica discursiva em questão, categorizavam positivamente a mais nova unidade federativa do país.

4.2.3 Um líder e um povo

No discurso em pauta, Siqueira Campos foi insistentemente lembrado como o responsável pela existência do mais novo estado da federação. Um artigo publicado em outubro de 1997 traça toda a trajetória do político em prol da criação do estado, na década de 1980. É a memória do movimento separatista que se mescla e se inter-relaciona com a construção do carisma de um líder político. Em relação à greve de fome¹²⁹ do então deputado José Wilson Siqueira Campos, o emissor, em tom dramático e de admiração ao político, afirmava:

[...] José levantou sua voz e bradou para o Brasil ouvir: ‘Queremos que Goiás seja dividido ao meio e que o Norte de Goiás seja transformado no Estado do Tocantins’. Os congressistas e o Presidente da República se

¹²⁹ Greve feita por Siqueira Campos, em 1985, para protestar contra o veto do projeto que criaria o Tocantins, pelo então presidente da República, José Sarney.

fizeram surdos. Foi somente quando José fizera greve de fome é que o seu brado foi ouvido. E então souberam que aquele José tinha nome e sobrenome: José Wilson Siqueira Campos; e representava o ideal secular de um povo que não suportava mais o desprestígio, a discriminação e o desprezo dos seus conterrâneos do centro e do sul do Estado (J.T. 8 a 9/10/1997, p. 4).¹³⁰

Ao enfatizar o primeiro nome de Siqueira Campos, José - um dos nomes masculinos mais populares no Brasil - esses enunciados procuravam imprimir uma origem humilde e popular nesse político. Siqueira era um José, assim como tantos outros brasileiros e tocantinenses. Contudo, era um José corajoso, que “representava o ideal secular de um povo”. O emissor continuou o artigo relatando o processo de autonomia do Tocantins, no final da década de 1980, e os cargos e condutas assumidos pelo então governador nos primeiros anos de instauração do Estado.

Siqueira Campos seria o 1º governador do Tocantins, para um mandato de dois anos, alicerçado pelo apoio do povo que o acompanhou em toda a sua trajetória política. O grande desafio que o então governador colocaria sobre os ombros dos tocantinenses – o gentílico que o povo do novo Estado havia recebido – era construir obras de 20 anos em dois. Regaçando as mangas e convocando o povo para o trabalho, o governador Siqueira Campos transformaria o Tocantins num gigantesco canteiro de obras, jamais visto no País (J. T. 8 a 9/10/1997, p. 4).

Em um artigo, na coluna¹³¹ “Tendências e Idéias”, que comemorava os avanços do Tocantins, encontramos os seguintes enunciados, relativos a Siqueira Campos:

Todavia, acima de tudo, foi ele quem lutou com unhas e dentes no Congresso Nacional para a sua criação [Tocantins], empunhando juntamente com outros companheiros, a bandeira de uma batalha aguerrida. Foi eleito por duas vezes Governador do Tocantins pela vontade soberana

¹³⁰ Artigo escrito por Amarildo Martins da Silva, Pastor Evangélico, Vereador e Presidente da Câmara de Vereadores de Palmas.

¹³¹ Conforme Melo (2005, p.104): “Coluna é a seção especializada de jornal ou revista, publicada com regularidade, geralmente assinada, e redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum”. A Coluna “Tendências e Idéias”, do Jornal do Tocantins é publicada diariamente, aborda os mais diversos assuntos e é escrita por vários autores, jornalistas ou não. É um espaço onde, a convite da redação do Jornal, autores dos mais variados segmentos profissionais publicam seus textos.

do povo. É ele quem cuida com amor e dedicação do patrimônio do Estado ajudando a construir um novo porvir (J. T. 28 a 30/11/1996, p. 2).¹³²

Os elogios e enaltecimentos a Siqueira Campos foram regularmente emitidos no periódico em análise. Esse político foi retratado, no discurso em pauta, como um grande herói, o responsável pela criação do estado e pela transformação da região em uma espécie de oásis:¹³³ “[...] a própria criação do estado exigiu lutas e sacrifícios durante mais de 30 anos e só saiu graças à persistência e ao trabalho parlamentar do hoje governador Siqueira Campos” (J.T. 08 a 09 /01/1997, p. 2); “[...] após a criação do novo estado, deu-se início a construção de um sonho, a busca pela transformação de um estado recém-criado e fraco, em um Tocantins forte, emergente e potente. Esse desafio foi aceito por Siqueira Campos, que lutou pela implantação de vários projetos [...]” (J.T.10/06/1998, p. 4).

Um artigo que comentava as eleições de 1998, nas quais o político Siqueira Campos foi eleito, afirmava que esse resultado no Tocantins não podia surpreender, pois:

Já não somos um pedaço de chão desconhecido do resto do Brasil, pois o Tocantins já desponta em vários setores como um Estado promissor (e dou provas disso, em minhas viagens Brasil afora); digo sempre que o nosso Estado não é do futuro, mas do presente, e se isto ocorre é porque o Governador eleito, que batalhou por sua criação desde mais de duas décadas atrás, soube construir uma obra com muito amor e empenho, não bastasse o carisma que carrega consigo (J.T., 13/12/1998, p. 4).¹³⁴

Nas duas primeiras décadas após a autonomia do Tocantins, o jornal, veiculando um discurso em que Siqueira Campos era dito e retratado como idealizador e concretizador do Tocantins, contribuiu para a construção de um mito fundador para o Eestado.

Dessa forma, não podemos falar do Tocantins sem falar em seu criador José Wilson Siqueira Campos. Ele idealizou, foi à sua luta e tudo foi

¹³² Artigo escrito por Clenan Renaut de Melo Pereira.

¹³³ Maia (2009), em artigo recém publicado, afirma que, enquanto a imprensa local, sem restrição, só emitia elogios a Siqueira Campos, a imprensa nacional criticava e denunciava as irregularidades financeiras, administrativas e políticas, cometidas pelo então governador do Tocantins.

¹³⁴ Artigo escrito por José Liberato Costa Póvoa, Desembargador do Estado e literato.

concretizado. O governador Siqueira Campos, com sua longa visão, nos trouxe uma grande lição de coragem e persistência: a de que todos os nossos sonhos poderão ser realizados, basta lutarmos sem medo e receio da nossa vitória (J. T, 05 a 07/ 10/1997, p. 4).¹³⁵

O discurso do periódico, ao atrelar a existência do Tocantins à vontade e a atitudes de um líder político, colaborou para a construção de um mito, um herói. Um pai fundador para um estado que nascia: essa era a situação que possibilitou e legitimou as imagens heróicas de Siqueira Campos, veiculadas no discurso do periódico analisado. Personificando a vitória no processo de autonomia, a imagem desse político foi construída, no discurso analisado, como infalível, corajosa e como sendo a de um bom administrador. O Tocantins, nessa lógica discursiva, passa a ter mais uma especificidade que o diferencia do todo, pois é resultado da luta de um líder. E esse carisma de um líder legitimava, ainda mais, a própria existência do Tocantins, pois, nessa lógica, o estado, fruto da vontade de um político, estava dando certo, já que esse político era, também, um excelente administrador.

A imagem de Siqueira Campos, construída pelos enunciados em análise, é a de um redentor que havia, definitivamente, posto um fim a espoliação do Sul sobre o Norte de Goiás. E, segundo a lógica do periódico, naquele momento, Siqueira Campos, por ser um ótimo governante, podia acenar para o estado com a possibilidade de um futuro promissor, baseado no progresso e na modernidade.

O discurso em pauta construía a imagem de um estado ideal com um governante forte, que, além de instituir o Tocantins, o tornava desenvolvido e moderno. Esse discurso construía a lógica de que para o tocantinense, independentemente de qualquer situação social, de gênero, étnica ou etária, a vida estava melhor. Ele podia se orgulhar tanto do seu estado como de seu governante, pois o desenvolvimento, na época, provava que tinham valido a pena os esforços de um homem.

O Jornal do Tocantins, além de fazer apologia a um líder, o vislumbrando-o como o próprio criador do estado, também enaltecia o povo tocantinense, que era retratado, nos enunciados do periódico, como forte, lutador e também responsável pela criação do estado: “Para nós, tocantinenses, nada veio gratuitamente, nada nos foi dado que não fosse fruto do nosso esforço e de nossa determinação” (J.T. 5 a

¹³⁵ Artigo escrito por Odir Rocha.

6/01/1996, p.2); “Somos movidos pela fé e esperança, temperados sob o sol escaldante do cerrado e ungidos pelas águas do Tocantins e Araguaia” (J.T. 5 a 6/01/1996, p. 2).

Os cidadãos tocantinenses são representados como autores de seus destinos, indivíduos que são instigados a construir o estado, independentemente do *status* social ocupado.

O estado do Tocantins, foi esta multidão de anônimos, foram aqueles de que guardamos ou de quem esquecemos, os nomes. Foram eles, fui eu e fomos nós, que o engendramos. Ele somos nós.

Terra de cidadãos ou de servos, de homens livres ou dependentes, de esperanças ou de injustiças, de exclusão ou de fraternidade, de progresso, de bem estar, de altivez ou de mediocridade. Ele será o que quisermos ou fizermos (J.T. 8 a 11/10/1993, p. 2).¹³⁶

O receptor é insistentemente chamado a vislumbrar o povo tocantinense como forte, lutador e responsável pela autonomia política do Tocantins: “[...] se ele [o povo] foi capaz de mudar o mapa geopolítico do País, certamente está apto a ajudar na construção e na consolidação desse estado da melhor maneira possível” (J.T.05/10/1998, p.2, Edição Especial). Ainda nessa lógica lemos:

A história do mais novo Estado brasileiro é a história de um povo acostumado a vencer desafios. Primeiro foi vencida a luta de mais de 150 anos por sua criação, conquistada em 1988, com a nova Constituição Brasileira. Depois, veio o desafio de viabilizar o novo Estado, dotando-o da infra-estrutura necessária ao seu desenvolvimento (J. T. 31/12 a 03/01/1998, p. 17).

A exaltação do povo tocantinense feita pelo Jornal do Tocantins é legitimada pela formação discursiva em que essa lógica foi veiculada. Era o que poderia ser dito sobre o povo tocantinense no momento em que o estado era instituído e se consolidava, pois, assim, os receptores eram construídos como tocantinenses orgulhosos de si e de seu estado. Além disso, essa lógica discursiva, por atribuir a instituição do estado ao povo, responsabilizava a todos pela construção do Tocantins. Todos, em comunhão, deveriam ver-se comprometidos com os destinos

¹³⁶ Artigo escrito por Ruy Rodrigues da Silva, na época, secretário estadual da Educação, Cultura e Desporto.

do novo estado, independentemente de quaisquer condições. No segundo caderno da edição de 06/07/2000, o jornalista José Carlos Leitão, comentando o livro que estava lançando, nos dá acesso a visão de que houve a união de todos segmentos da sociedade tocantinense para viabilizar o novo estado.

O jornalista empresário da área de comunicação social em Brasília, José Carlos Leitão, lança hoje um livro que discorre sobre vários movimentos que aconteceram no antigo Norte goiano, fundamentais para a criação do Tocantins. Segundo o autor, a obra 'Tocantins, eu Também Criei', pode parecer pretensiosa no título, mas não se refere a um homem só. O 'eu' do título se refere a todos que ajudaram na luta libertária. 'A história do Tocantins é uma das histórias mais bonitas do Brasil, que contou e ainda conta com a participação de todos, comunidade, empresários e políticos, afirma o autor, que é natural de Novo Acordo. [...] (J.T., 06/07/2000, p. 02, 2º cad.).

A ideia de que reinava uma harmonia entre os vários segmentos da sociedade tocantinense, foi veiculada, repetidamente, nos enunciados publicados pelo jornal. Nessa lógica, a edição de comemoração aos doze anos da autonomia do estado publicou as seguintes declarações de Siqueira Campos:

'Povo bonito, alegre, que confia no futuro'. Ao anunciar mensagem dos 12 anos do Tocantins ao povo tocantinense, o governador do Estado, Siqueira Campos lembrou que o momento histórico que acaba de experimentar a comunidade tocantinense sem dúvida não tem precedentes na sua história política. Pensando nisso, o chefe do Executivo Estadual proferiu agradecimentos a todos tocantinenses, sem exceção, pela parceria realizada nos grandes projetos políticos, econômicos e sociais que vêm sendo desenvolvidos de forma conjunta entre Governo, comunidade e empresários.

No seu pronunciamento o Governador ressaltou o Tocantins, como sendo o único Estado onde é preservado a união num objetivo comum de trabalhadores, patrões, empresários, funcionários, municípios e instituições. [...] todos somos responsáveis por um futuro de grandeza, pelo qual todos lutamos. [...] (J.T., 05/10/2000, p. 01, 2º cad.).

Diante do exposto, podemos afirmar que o povo tocantinense, além de ter sido retratado, no discurso em questão, como forte, lutador e também responsável pela instituição do estado, foi categorizado como um todo harmônico. Afinal, na lógica discursiva em questão, todos os segmentos sociais que compunham a população tocantinense foram representados como se tivessem o mesmo objetivo:

promover o crescimento e a estruturação do estado. Sem dúvida, essa homogeneização de toda sociedade em análise, feita pelo discurso estudado, respondia aos interesses dos grupos sociais ligados ao poder político constituído, que era representado no jornal. Esse poder político, como vimos no primeiro capítulo desse trabalho, governava em proveito de si e das oligarquias latifundiárias e pecuaristas do estado e, naquele momento de instituição e consolidação da nova unidade federativa, precisava interpelar os segmentos menos privilegiados da sociedade para a ideia de que todos estavam juntos, tanto no processo da luta pela consolidação do Tocantins como na “colheita” dos benefícios decorrentes desse mesmo processo.

Outra categorização relativa ao povo tocantinense veiculada no discurso analisado é a que dá a este um caráter multicultural e miscigenado. Em um momento em que muitas levas de migrantes de todo o Brasil se dirigiam para o Tocantins, o discurso que apregoava o valor das trocas culturais e étnicas encontrava legitimidade. “A descoberta do Estado por migrantes de todas as regiões do País, que com suas famílias e investimentos aumentam a capacidade produtiva do Tocantins, revisita as migrações internas do século passado, a busca de ouro, do cristal, dos batelões até Belém [...]” (J.T. 04 a 05/10/1996, p. 2).

Em relação à chegada de muitos migrantes, esses enunciados afirmavam:

Criado o estado, a região não se tornou nenhum eldorado, mas o simples fato já ajudou a despertar ainda mais a atenção de gente dos mais diferentes pontos do País. Prova disso são as milhares de pessoas que correram para Miracema¹³⁷ logo nos primeiros dias após a instalação da mais nova unidade federativa (J.T. 21/11/1989, p. 2, 2º cad.).

O discurso analisado via como algo positivo para o estado as trocas culturais provocadas pelas migrações; contudo, há, nesses enunciados, uma certa preocupação com a cultura “original” do Tocantins, que poderia ser perdida. Em relação a essa situação, lemos, na coluna “Tendências e Idéias” da edição de 9 a 15 de abril de 1991:

¹³⁷ Miracema foi a cidade escolhida por Siqueira Campos para sediar a capital provisória do Estado, até que Palmas fosse edificada.

A região em que está inserido o Estado do Tocantins, de povoamento tardio se comparada com outras regiões do País, está culturalmente dividida em dois eixos. O dos povos transplantados - nordestinos, mineiros, paulistas, gaúchos, etc. – e o eixo original, ou seja, o povo nativo da região e adjacências. O Tocantins tem, pois, uma memória, uma regionalidade, porém tênue em função da mistura dos dois eixos culturais (J.T. 9 a 15/04/1991, p. 2).¹³⁸

Nessa mesma lógica que transmitia preocupação em relação às perdas da cultura original tocantinense, lemos:

Seguir em frente, sem perder o passado. A frase parece óbvia, mas na prática exige um esforço contínuo no Tocantins. Afinal estamos em um Estado muito jovem, que ainda busca sua identidade cultural, através da miscigenação dos costumes locais com as influências exteriores, trazidas com as milhares de pessoas que trocaram suas regiões de origem pelo Tocantins. No entanto, um dos seus maiores desafios é não permitir que a característica naturalmente vanguardista dos ‘novos’ tocantinenses englobe a necessidade de preservar o passado.

Passado, para alguns, pode ser sinônimo de períodos difíceis, quando o então Norte goiano sofria com o atraso em favor do desenvolvimento da região Sul. Mas preservar este passado significa manter um rico elo de ligação cultural com o futuro. É a preservação da cultura popular – geralmente transmitida oralmente-, dos ritos religiosos e também do patrimônio físico. Apesar de parecer um paradoxo, é mantendo vivo o passado que será possível construir uma nova cultura para o Estado do Tocantins (J.T., 05/10/2000, p. 11, 2 cad.).¹³⁹

Na citação acima, percebemos que há uma associação direta entre a cultura original tocantinense e o passado do estado. Passado, que nesses enunciados, remetido à alardeada situação de exclusão, do antigo norte goiano, não poderia ser esquecido. Afinal, só assim a “verdadeira” cultura tocantinense sobreviveria em meio ao contato com diversas influências exógenas, estrangeiras. Em outra matéria, intitulada “Identidade formada através de várias culturas e sotaques”, há a transcrição de depoimentos de personalidades tocantinenses que comentam a situação da diversidade cultural no Tocantins. Enquanto alguns depoimentos foram favoráveis a esse amálgama cultural, outros revelaram preocupação com a perda de valores culturais tocantinenses. Dentre os enunciados, que temiam pela continuidade da cultura tocantinense, em meio às influências de muitas outras, estão os que dizem: “[...] ele diz ter certeza de que a tradição tocantinense ‘sofre’ com a

¹³⁸ Artigo escrito por Antônio Martins da Rocha Júnior, arquiteto.

¹³⁹ Artigo escrito por Selêucia Fontes, editora do 2º caderno, do Jornal do Tocantins.

influência de grupos vindos de outras regiões. Mesmo assim, a cultura e os valores têm resistido” (J.T. 05/10/1999, p.8 Edição Especial)¹⁴⁰. Dentre os enunciados, dessa mesma matéria, que viram com positividade esse amálgama cultural destacamos:

Para ela, é uma influência positiva conviver com pessoas de todo o País, que trazem suas tradições. ‘Isso vai fazendo com que harmoniosamente vá surgindo nossa identidade cultural [...]. Tudo isso soma as culturas, e com certeza, o tempo vai formar uma identidade para o Tocantins’ (J.T. 05/10/1999, p. 8 Edição Especial).¹⁴¹

Sem dúvida, houve uma ambigüidade no discurso veiculado pelo periódico sobre o caráter multicultural do povo tocantinense. No nosso entendimento, isso nada mais foi do que uma luta das representações que tentavam nomear esse povo, a qual evidenciava um conflito entre preservação e mudança vivenciado pela sociedade da época. Contudo, apesar de ter havido essa ambigüidade no discurso sobre a situação multicultural do Tocantins, o enaltecimento das trocas culturais, vistas como positivas para o Tocantins, foi o que prevaleceu enquanto regularidade nesse discurso. A predominância da veiculação dessa regularidade que enaltecia as trocas culturais, no nosso entendimento, deveu-se ao momento vivenciado pelo estado na época em que esses enunciados foram emitidos. Afinal, nas primeiras décadas após a sua autonomia, o Tocantins assistiu à chegada de muitos migrantes ao estado, o que impôs a esse discurso coerções ao que era dito sobre esses novos habitantes, os quais, receptores desse discurso, deveriam ser convencidos com a ideia de que faziam parte da história do novo estado e de que seus traços culturais eram bem aceitos no Tocantins.

“Hoje, depois de consumado o sonho libertário, muitas histórias de brancos, índios, negros e pessoas vindas de todos os cantos do País se misturam à própria história do caçula do Brasil” (J.T. 05/10/1999, p. 05).¹⁴²

Demarcando mais essa peculiaridade ao Tocantins – estado constituído por um povo provindo de várias culturas - o discurso estudado construiu mais essa fronteira identitária para o novo estado.

¹⁴⁰ Depoimento de Bernardino Lima Luz, Presidente da ASMETO.

¹⁴¹ Depoimento de Lucélia de Aquino Ramos, Secretária de Cultura de Palmas.

¹⁴² Depoimento de Wania Nóbrega.

4.2.4 Estado ecológico

O Tocantins, que foi, dentre outras classificações, nomeado de estado moderno, neoliberal, propício ao desenvolvimento, com uma origem ligada a um líder político e possuidor de um povo lutador e multicultural, é também categorizado pelos enunciados do Jornal do Tocantins como estado ecológico, turístico e cheio de belezas naturais.

[...] descobrir a vocação do Tocantins, na sua função ou atribuição nacional, como vida do Brasil, é questão prioritária, sob pena de se frustrar sua tocaninidade. Dá para se imaginar por que nos reunimos no Tocantins? Quem somos, de onde viemos e para que? Isto é, a que, na vida nacional, somos chamados? [...]

[...] mas não seria desabonadora a preocupação de se criar no Brasil e no mundo, aqui no Tocantins, nesse amanhecer de milênio, um oásis de vida, numa arca de Noé. E isto é, antes de tudo, uma vocação de criação e de preservação da vida, ainda existente aqui, em suas diversas manifestações no cerrado, no Pantanal, na floresta amazônica, no Jalapão... [...] (J.T. 24 a 26/11/1996, p. 4).¹⁴³

Nessa lógica discursiva, o Tocantins, que era vislumbrado como um local que tinha por especificidade e alteridade, em relação aos contextos nacional e mundial, as suas riquezas naturais, devia ter por vocação a função de cuidar dessas riquezas, que se tornavam um traço da sua identidade. Em outro artigo, encontramos os seguintes enunciados relativos às belezas naturais do Tocantins:

O tempo passa e o Tocantins, cada vez mais, vai se firmando no contexto nacional, como sinônimo de progresso e desenvolvimento. Um estado que tem a maior ilha fluvial do mundo, a ilha do Bananal, onde apresenta uma diversidade de fauna e flora e se sobrepõe como um dos pontos turísticos mais belos do País [...]

Um Estado rico em seu potencial, que possui dezenas de praias nos rios Tocantins e Araguaia, belas cachoeiras, lagos naturais, serras e cavernas espalhados por vários municípios para serem explorados pelos turistas (J.T. 05 a 07/10/1997, p. 04).¹⁴⁴

¹⁴³ Artigo escrito por Joaquim José de Oliveira , advogado.

¹⁴⁴ Artigo escrito por Odir Rocha, na época, prefeito de Palmas.

Nos enunciados acima, vemos que as belezas naturais eram enaltecidas como forma de salientar as possibilidades econômicas do Tocantins. Dentre essas possibilidades, o discurso em análise salientava o turismo ecológico. Na Coluna “Tendências e Idéias”, do dia 03/05/2000, o jornal publicou os seguintes enunciados:

O Tocantins é propício tanto para o turismo ecológico como para o turismo de aventura e o empresarial. Mas, como o primeiro é a modalidade que mais se destaca atualmente, o estado sai na dianteira de vários outros que há muito foram criados e edificados. Pois, aqui, podemos encontrar os mais variados tipos de ecossistemas brasileiros, além de rica fauna, flora diversificada e densa vegetação (J.T. 03/05/2000, p. 01).¹⁴⁵

Mais uma vez encontramos, nesses enunciados, a comparação do Tocantins com outros estados do país. O Tocantins, nessa lógica, distinguia-se positivamente do todo nacional por ter uma diversidade de flora e fauna. O artigo continuou: “As belezas naturais estão à vista de todos. Rios caudalosos, lagos, fontes termais, praias de água doce com areias finas e claras, cachoeiras e dunas fazem o Tocantins ser considerado um santuário ecológico” (J. T. 03/05/2000, p. 01).

Nesses enunciados, o Tocantins, pelo fato de possuir uma natureza exuberante, era capaz de produzir riquezas e suprir as necessidades de todos os que trabalhavam e se esforçavam.

[...] com terra fértil, água abundante, flora e fauna diversificada, pródiga em recursos minerais e energéticos e dotada de regimes de sol e de regulares (sic) e envolvidos por um ar puro e sadio, viabiliza trabalho, riqueza e bem-estar para todos que, com boa-vontade, boa fé, e inteligentemente, nortearam seus esforços na busca da satisfação de suas necessidades e da garantia do bem-comum (J.T. 19/07/2000, p. 2).¹⁴⁶

Considerado um santuário ecológico, um oásis da natureza, o Tocantins foi vislumbrado, nesse discurso, com características extremamente positivas. E, sem dúvida, essa lógica discursiva, pautada no viés ecológico, tinha capacidade de persuasão, já que foi emitida em um momento em que questões relativas à preservação e ao culto da natureza já estavam na pauta das preocupações e dos

¹⁴⁵ Artigo escrito por Thelma Maranhão, Jornalista e Presidente da Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo.

¹⁴⁶ Artigo Escrito por Getúlio Matos Quinaud - Professor

interesses em nível internacional.¹⁴⁷ Assim, a tendência era que o receptor desses enunciados se sentisse orgulhoso da sua terra ou do lugar que havia escolhido para morar. A caracterização como estado ecológico, com muitas belezas naturais e potencialidades turísticas, foi mais uma fronteira identitária construída pelo periódico em análise para demarcar as diferenças do Tocantins.

¹⁴⁷ Como visto, no primeiro capítulo, na época da instituição e consolidação do Tocantins, o discurso ecológico, que apregoava a preservação da natureza, estava, tanto na esfera nacional, quanto internacional, na ordem do dia. E, acontecimentos como o assassinato do seringueiro Chico Mendes, no Acre, em 22/12/1988, acirravam, ainda mais, as discussões e preocupações relativas à preservação da região amazônica, na qual o Tocantins está legalmente inserido. Ainda em relação aos eventos, relativos à preservação ambiental, ocorridos nesse período, é importante lembrar a ocorrência da Conferência da Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO- 92, no Rio de Janeiro, em 1992.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do Tocantins, criado a partir da Constituição de 1988 e instituído em 1989, vivenciou, nos seus primeiros quatorze anos de existência, parte da sua consolidação enquanto nova unidade da federação. O processo de estruturação desse novo estado ocorreu em um momento em que o mundo se adequava às práticas do capitalismo neoliberal e implementava, ainda mais, o processo de globalização dos mercados. No Brasil, politicamente, esse período se caracterizou pela chamada redemocratização, processo que ocorreu concomitantemente à implantação das práticas econômicas neoliberais, impostas pelas instituições economicamente hegemônicas do mundo.

Esse contexto mundial e nacional desencadeou, na mais nova unidade federativa do Brasil, todo um processo de adequações ao modelo econômico dominante. Essas adequações foram efetivadas com várias privatizações e com a realização de obras que objetivavam modernizar o novo estado. Nesse momento, as atividades econômicas de maior destaque no estado, a agricultura e a pecuária, através da utilização de técnicas cada vez mais aprimoradas, ganharam novos impulsos.

Esse foi o momento, também, em que o Tocantins passou por um processo de urbanização significativo, principalmente em função da construção de Palmas, a capital planejada do estado, e também da intensificação desse processo nas regiões localizadas próximas à Rodovia Belém-Brasília. Essas Regiões, desde a década de 1960, ainda no então Norte goiano, já experimentavam uma urbanização e uma integração econômica ao mercado nacional. Como vimos, essa situação tendeu a acentuar uma heterogeneidade regional. Afinal, as transformações ligadas à modernização, instauradas após o período de autonomia, incidiram muito mais naquelas cidades e regiões que foram inseridas, a partir da década de 1960, no mercado do que naquelas regiões e cidades mais afastadas desse eixo e que não foram contempladas, a partir daquela década, por essa inserção. Assim, no momento da sua instituição e consolidação, o Tocantins deu continuidade e acentuou uma situação inaugurada ainda no período que antecedeu a autonomia: a existência e a convivência de tendências regionais distintas, uma econômica e socialmente mais atrelada à modernidade e, outra, mais voltada para o tradicional.

Este trabalho, através da investigação de um discurso da literatura e de um discurso da imprensa, indicou como esse novo estado e seus sujeitos sociais foram representados em ambas instituições nesse momento determinado. Instituições essas que, como explicitado no transcorrer do trabalho, têm um importante papel no estudo dos processos identitários, já que constroem e veiculam traços diacríticos para um grupo, assim como deixam perpassar um imaginário e, esse, a forma como uma sociedade se autopercepção.

Como vimos, as identidades, que são construídas no âmbito da representação, estão em um eterno processo de construção e transformação. Elas são posicionais e relacionais e respondem a um determinado contexto histórico que dá objetividade às mesmas. As identidades resultam de disputas de representações, são sempre inacabadas e respondem aos interesses de grupos sociais que procuram, através de práticas e também do ato verbal, renovar essas representações, dando novos sentidos às mesmas.

O discurso literário de José Liberato Costa Póvoa nos dá acesso a uma lógica que vislumbra o Tocantins como o sertão, local que propicia uma vida brejeira e tranquila ao sujeito tocaninense, o sertanejo. Este é caracterizado como um sujeito afeito a credices e a superstições, mas também muito religioso. A sociedade tocaninense construída por Póvoa é uma sociedade tradicional, permeada de práticas assistencialistas em que os mais aquinhoados “ajudam” os menos privilegiados, que são representados como subservientes e humildes.

É uma vida rural e pacata, a qual muitas vezes o autor, em tom saudosista, enaltece e elogia; é um lugar em que a produção não obedece a uma lógica de mercado e no qual a indolência se manifesta. O Tocantins, na obra literária de Costa Póvoa, é um lugar masculino, onde os homens, além de deterem posições privilegiadas em relação às mulheres, submetem as mesmas a situações esdrúxulas e vexatórias; é, também, uma sociedade permeada de preconceito étnico.

Além dessas categorizações relativas ao Tocantins e aos tocaninenses, o discurso literário de Costa Póvoa traz para o presente a memória de tempos idos, em que a região, onde hoje se localiza o estado do Tocantins ainda era o antigo Norte de Goiás. Essas memórias contemplam feitos como a tragédia do “episódio dos nove”, a travessia e os contatos da Coluna Prestes com os naturais da terra na região, a superação de uma epidemia de varíola, dentre outros. São eventos que, trazidos para o presente através da memorização na escrita literária, dotam o

Tocantins de um passado histórico heróico, o que contribui para a construção de um sentimento identitário tocantinense positivado. Além dessas memorizações de feitos significativos para o Tocantins, o discurso literário de Póvoa traz para o presente reminiscências da sua terra natal, lembranças do cotidiano da antiga São José do Duro. Memórias que apesar de parecerem pessoais, têm, também, um caráter social. Afinal, a memória, por ser estruturada na experiência partilhada, sempre carrega uma faceta coletiva. E, quando trazida para o presente por meio da escrita literária, torna-se um suporte que dá continuidade ao grupo no tempo. Continuidade essa que, como vimos, é de extrema importância para todo e qualquer sentimento identitário.

Sendo assim, o discurso literário de José Liberato Costa Póvoa enaltece o Tocantins tradicional da sua terra natal, a cidade de Dianópolis. É um Tocantins rural, onde a lógica da produção e do trabalho é regulada pelas tarefas e necessidades imediatas. São representações, relativas ao Tocantins e aos seus sujeitos, que respondem aos interesses de grupos sociais que querem a continuidade de práticas ligadas ao latifúndio, com seus mandos, desmandos, agregados e protegidos. Práticas que sedimentam a submissão feminina ao jugo masculino e que também perpetuam o preconceito étnico.

Contudo, apesar de o emissor veicular, em seu discurso literário, o enaltecimento desse Tocantins tradicional, vimos em seus escritos que o mesmo não consegue, de todo, abandonar o seu lugar de fala de “ilustrado”. Tudo leva a crer que o emissor, por ser oriundo de esferas sociais privilegiadas da sociedade tocantinense e ser um jurista conceituado, deixa perpassar um preconceito em relação a algumas práticas dessa sociedade tradicional. É o caso, por exemplo, de quando o mesmo critica e desprestigia a concepção de trabalho e de tempo do sertanejo, chamando-o de indolente, sem considerar que nessa sociedade tradicional construída e enaltecida por ele há uma concepção de trabalho regida pelas necessidades, e não pelo mercado. Assim, o emissor, apesar de representar o Tocantins como tradicional e, portanto, responder aos interesses de uma comunidade discursiva que comunga dessas práticas, deixa transparecer, no seu discurso, concepções ligadas à lógica da modernidade.

Temos que considerar, também, que as categorizações que enaltecem essa sociedade rural, simples e pacata responderam a uma lógica situacional. Esse era o discurso que agentes ligados à tradição poderiam veicular em um momento em que

o estado vivenciava, principalmente em determinadas regiões, um intenso processo de modernização, o qual poderia solapar esse mundo tradicional. Aliás, uma das marcas de todo o discurso de Costa Póvoa é o saudosismo. Saudosismo que, a nosso ver, deixa transparecer uma espécie de temor do que estava ou poderia ser perdido. Assim, assistimos à construção de um discurso que respondia aos interesses de uma comunidade discursiva que pretendia perpetuar aquele Tocantins ligado a uma vida rural tradicional e que, de certa forma, temia pela continuidade desse mesmo Tocantins.

É importante frisar, ainda, que o sujeito tocaninense construído no discurso literário de Costa Póvoa, além de ter uma vida totalmente peculiar no que se refere ao seu linguajar, à sua culinária, às suas crenças e aos seus costumes, vive uma situação de submissão ou de mando. Situação de submissão quando esse sujeito é oriundo de segmentos menos aquinhoados e, por isso, é um agregado ou tutelado dos mais abastados ou, ainda, quando mulher e, por causa da condição feminina, é dependente da autoridade do pai ou marido. Situação de mando quando esse sujeito é homem, branco, possuidor de bens e, por conta dessas condições, mantém todos do seu círculo social – esposas, filhas, agregados e apadrinhados - sob a sua autoridade. É um sujeito que, tanto em uma situação, quanto em outra, aceita e naturaliza essas práticas.

Já o discurso do Jornal do Tocantins enalteceu, na época de análise, dentre outras questões, o processo de autonomia do antigo Norte de Goiás. O Tocantins, de acordo com essa lógica, era um estado peculiar, por ter vivenciado um longo período de lutas. Para tanto, esse discurso lançou mão de uma memória da autonomia, a qual remonta ao início do século XIX e perdura até o final do século XX. Houve, nesse discurso, um excesso de memória que, através da repetição, foi acionado para legitimar a instituição e consubstanciação do estado.

É importante destacar que a memória que foi acionada pelo discurso do jornal em muito difere daquela veiculada pelo discurso literário de Costa Póvoa. Afinal, a memória do referido discurso literário é mais lúdica e sedimentada no que o autor viveu ou ouviu contar em sua comunidade, enquanto que a memória perpassada pelo Jornal do Tocantins é repetitiva e tem um propósito. Essa memória, de forma explícita, procura dotar o Tocantins de um passado que lhe dá uma continuidade no tempo de cento e sessenta e sete anos; isso é o que podemos chamar de memória exercida, memória com um fim.

Contudo, a representação do Tocantins mais veiculada no discurso do periódico foi a de que o estado tornou-se moderno com a autonomia. A modernidade do Tocantins, tão frisada nos enunciados do periódico e relativa à construção da capital planejada, Palmas, e de grandes obras, como hidrelétricas e estradas, foi extremamente enaltecida para categorizar o novo estado. Além dessa modernidade, o discurso do jornal também evidenciava outra peculiaridade do mais novo estado da federação: ele era fruto da luta de Siqueira Campos. Autor do projeto que criou o estado e chefe do Executivo por três mandatos, esse político foi considerado, no discurso em pauta, como uma espécie de “pai” do Tocantins, como líder que libertou o povo nortense dos grilhões da opressão, além de ter sido o grande mentor de todo o processo de modernização do estado.

E, apesar de o discurso do Jornal do Tocantins ter atrelado a existência do estado à figura de um líder, o mesmo também enalteceu a participação do povo tocantinense nesse processo, o qual foi considerado um povo lutador que não mediu esforços para que a concretização da autonomia político-administrativa, do antigo Norte de Goiás se processasse. Além dessas categorizações relativas ao Tocantins veiculadas pelo periódico, havia uma que dizia respeito às belezas naturais do estado e à possibilidade de essas riquezas serem exploradas através do turismo ecológico. O Tocantins, conforme a lógica veiculada, se distinguia de outros estados da federação por possuir uma natureza bela, exuberante e praticamente intocada.

Portanto, o Tocantins, no discurso do jornal em pauta, foi enaltecido, seja por sua modernidade, seja pela coragem de seu líder e de seu povo, seja por suas belezas naturais. É um Tocantins representado como moderno, afinado com as tendências neoliberais da contemporaneidade e apto para solucionar os problemas do Brasil. Como vimos, o Jornal do Tocantins, que sempre esteve em consonância com o poder constituído e, por conseguinte, com os segmentos sociais ligados às atividades econômicas hegemônicas do estado, nos permite inferir que essas representações veiculadas no discurso em pauta respondiam aos interesses desses grupos. Estes, ligados aos setores mais dinâmicos da agropecuária no estado, aplaudiam o processo de autonomia, já que este viabilizou uma maior arrecadação de recursos, e ansiavam, cada vez mais por uma maior modernização do Tocantins como meio de dinamizar seus negócios.

Ademais, consideramos que tais classificações extremamente elogiosas veiculadas pelo jornal, responderam a uma lógica situacional. Foi a autonomia e a

consolidação do estado, ocorridas naquele momento, que orientaram as escolhas das representações relativas ao Tocantins veiculadas pelo periódico analisado. Afinal, um estado recém-criado precisava legitimar-se e construir sujeitos orgulhosos de sua terra, e para isso, era necessária a afirmação, insistente e positiva, dessa nova identidade político-administrativa. Além disso, o jornal sempre aliado ao poder instituído, esforçava-se por legitimar, aprovar e enaltecer as atitudes de um governo que perdurou por dez dos primeiros quatorze anos de existência do estado.

Ora, um discurso que categorizou o Tocantins como um estado moderno que experimentava um desenvolvimento acelerado e que tinha, dentre outros atributos, um povo lutador e que mudou o mapa geopolítico do Brasil esforçava-se por construir e interpelar um sujeito tocantinense orgulhoso e satisfeito com o local em que vivia. Sujeito esse, que foi construído, na lógica discursiva analisada, como um indivíduo que, por viver em um estado onde a harmonia social vigorava, era possuidor de muitas oportunidades. Além disso, percebemos que esse sujeito tocantinense foi retratado, no discurso em foco, de uma forma homogeneizada, onde diferenças de ordem social, étnica, religiosa ou de gênero não interferiam na condição do mesmo usufruir da condição de ser tocantinense.

Faz-se importante destacar que, conforme o que foi desenvolvido, consideramos que tanto o discurso literário de José Liberato Costa Póvoa quanto o discurso do Jornal do Tocantins são autorizados e legitimados por serem veiculados por instituições privilegiadas da sociedade em questão e também por serem emitidos por jornalistas, políticos, intelectuais e literatos, ou seja, por autoridades que detêm capital simbólico para nomear, categorizar e falar em nome de grupos.

São discursos autorizados que divergem entre si, sobretudo no que tange às questões ligadas à tradição e à modernidade. O discurso literário, categorizando o Tocantins como tradicional, estava ligado a uma comunidade discursiva que comungava dessa lógica. Comunidade que enaltecia a simplicidade de uma vida rural que, entre outros aspectos, era marcada pelo assistencialismo, pelo apadrinhamento e pela submissão feminina.

Já o discurso do Jornal do Tocantins, veiculando e enaltecendo a ideia de modernidade para o estado, além de estar sintonizado com o poder instituído, estava atrelado a uma comunidade de emissores e receptores mais ligados a uma cultura urbana e um mercado mais competitivo.

Nesse sentido, observamos que os discursos aqui analisados, apesar da divergência entre si, não se excluem no que tange à importância de veicular representações identitárias tocantinenses. Afinal, se as identidades são constantemente construídas e resultantes de lutas entre representações, o que percebemos aqui é um estágio no qual existe uma luta das representações para nomear e adjetivar o Tocantins e seus sujeitos sociais. Essa é uma luta que revela, entre muitos outros aspectos, um conflito identitário entre o que preservar e o que mudar nessa mais nova unidade federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

ARBUÉS, Margareth P. A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988). In: GIRALDIN, Odair (Org). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002. p. 395–442.

AQUINO, Napoleão Araújo de. *A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins*. 1996. Dissertação (Mestrado em História) -- UFG, Goiânia, 1996.

AQUINO, Napoleão Araújo de. A construção da Belém Brasília e suas implicações no processo de urbanização do Estado do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair (Org). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002. p. 315–350.

ALBUQUERQUE, Jr. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 1999.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.145-151, 1995.

ANSART, Pierre. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004. p. 15-36.

BARBOSA, M. *Imprensa, poder e público*. 1996. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Rio de Janeiro, 1996.

BARTH, Frederik. *Los grupos étnicos e sus fronteras*. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. v. 5. Porto: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BEZERRA, Adão Bomfim. *Tocantins, um estado para a nova república*. Goiânia: O Popular, 1986.

BORGES, Valdeci Rezende. História e literatura: uma relação de troca e cumplicidade. *História & Perspectiva. Revista do Curso de História*, Uberlândia, v. 9, p. 31-42, jul./dez. 1993.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *A Economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: UNICAMP, 2004.

BRESCIANI, Stella; NAXARA Márcia (Org.). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. *O Movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) -- UFG, Goiânia, 1990

_____. *O discurso autonomista do Tocantins*. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (Org.). *A história contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.

DEBONI, Miriam Aparecida. *O papel das academias de letras na formação e caracterização da atividade literária no Tocantins*. 2007. Tese (Doutorado em Letras) -- UFF, Rio de Janeiro, 2007.

DIEHL, Astor Antônio. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru: EDUSC, 2002.

DINES, Alberto. *O Papel do jornal*. São Paulo: Summus, 1986.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. *Revista Fronteiras estudos midiáticos*. São Leopoldo, v. 6, n. 2, p. 101-116, jul./dez. 2004.

FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1992.

FERNANDES, Telma Dias. *História e literatura: Graciliano Ramos e a história*. X. 1998. Dissertação (Mestrado em História) -- UFPE; Recife, 1998.

FÉLIX, Loiva Otero. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: UPF, 2004.

FIRMINO, Eugênio Pacelli de Moraes. *Ensino de história, identidade e ideologia: a experiência do Tocantins*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) -- UFG, Goiânia, 2003.

_____. A participação das escolas no processo de construção da identidade cultural para o norte goiano, atual Tocantins. In: _____(Org). *Tocantins do passado (re) construído e do presente em construção: história, escola, universidade e conhecimento*. Goiânia: UCG, 2009. p. 33-64.

_____. (Org.). *Tocantins do passado (re) construído e do presente em construção: história, escola, universidade e conhecimento*. Goiânia: UCG, 2009.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Veja, 1992.

GIRALDIN, Odair (Org). *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-120.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Era do extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____; RANGER, Terence. *A Invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

JORNAL DO TOCANTINS, Palmas, 1989- 1997 - edições comemorativas

JORNAL DO TOCANTINS, Palmas, 1998 - 2002

LIMA, Fátima Maria de. *Programa pioneiros mirins no município de Araguaína –TO – DISCURSOS E PRÁTICAS (1989-2000)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) -- UFG, Goiânia, 2003.

LIRA, Elizeu Ribeiro. *A gênese de Palmas – Tocantins. Presidente Prudente*.1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) -- UNESP, São Paulo 1994.

MAIA, Maria Zoreide Britto. Poder político tocantinense e universidade pública. In: FIRMINO, Eugenio Pacelli de Moraes (Org.). *Tocantins do passado (re) construído e do presente em construção: história, escola, universidade e conhecimento*. Goiânia: UCG, 2009. p. 65-90.

MAINGUENAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 1989.

MELO, J. M. *Comunicação: teoria e política*. São Paulo: Sumus, 1985.

NAVARRO, Raúl Béjar; CAPPELLO Héctor Manuel G. *Bases teóricas y metodológicas en el estudio de la identidad y el carácter nacionales*. México: UNAM, 1990.

OLIVEIRA, Maria de Fátima de. *Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional 1880-1910*. 1993. Dissertação (Mestrado de História) -- UFG, Goiânia, 1993.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.

OLIVEIRA, Rosy. *O movimento separatista do Tocantins e a Conorte (1981-1988)*. 1998. Dissertação (Mestrado de História) -- UNICAMP, São Paulo 1998.

ORLANDI, Eni Pucinelli. *Discurso e leitura*. Campinas: UNICAMP, 1996.

_____. *Interpretação*. Petrópolis: Vozes, 1996.

PALACIN, Luís. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o Padre João e as três revoluções de Boa Vista*. São Paulo: Loyola. Goiânia: Cegraí, 1990.

PARENTE, Temis Gomes. *Fundamentos históricos do Tocantins*. Goiânia: UFG, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jathahy. Encontros e desencontros da ficção com a história. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 30 abr. 2005. Segundo Caderno.

PINTO, Céli. *Com a palavra o Sr. Presidente José Sarney: ou como entender os meandros da linguagem do poder*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PÓVOA, José Liberato Costa. *De Zé Goela a pé-de janta, os causos que o duro conta (novos causos tocantinenses)*. Goiânia: Livraria Três Poderes, 1989.

_____. Cheia, besta fera, bamburro, Antonhão e caso especial (contos). In: *Contos Tocantinenses*. Palmas: Bolsa de Publicações 'Maximiliano da Matta Teixeira'. Palmas: S/E, Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, Departamento de Cultura, 1994.

_____. *Mandinga*. Goiânia: Tocantins, 1998.

_____. *Conversa de compadres*. Goiânia: Kelps, 2001.

_____. *Um caso puxa o outro*. Goiânia: Kelps, 2001.

RIBEIRO, Fabrício de Almeida. *A invenção do Tocantins: memória, história e representação*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) -- Goiânia, 2001.

RIBEIRO, Luis Filipe. Literatura e história: uma relação muito suspeita. *Gragoatá Revista do Instituto de Letras do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, n. 2, p. 192-203, 2. sem.1997.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: UNB, 2000.

RICOUER, Paul. *La memoria, la historia, el olvido*. Madri: Trotta, 2003.

SAES, Décio. *República do Capital*. Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Márcio Seligmann (Org.). *História memória literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: UNICAMP, 2003.

SILVEIRA, Ramais de Castro. *Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil de Sarney a FHC*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) -- UFRGS, Porto Alegre, 2009.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: _____. (Org). *História no plural*. Brasília: UNB, 1994. p. 43-67.

THOMPSON E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *História do século XX*. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

_____. *Dez anos que abalaram o século XX: da crise do socialismo à guerra ao terrorismo*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.